

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO PÚBLICA

GABRIELLA RAMOS DE MOURA

**A COMUNICAÇÃO COMO INCENTIVADORA DA POLÍTICA DE AÇÕES
AFIRMATIVAS NO CAMPUS AVANÇADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ
DE FORA EM GOVERNADOR VALADARES**

JUIZ DE FORA

2018

GABRIELLA RAMOS DE MOURA

**A COMUNICAÇÃO COMO INCENTIVADORA DA POLÍTICA DE AÇÕES
AFIRMATIVAS NO CAMPUS AVANÇADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ
DE FORA EM GOVERNADOR VALADARES**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a qualificação do Mestrado Profissional
em Gestão e Avaliação da Educação Pública,
da Faculdade de Educação, Universidade
Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Prof. Dr. Julvan Moreira de Oliveira

JUIZ DE FORA

2018

Deleita-te também no Senhor, e Ele te concederá o que deseja o teu coração. Entrega o teu caminho ao Senhor, confia nele, e Ele o fará.

Salmos 37:4-5

AGRADECIMENTOS

Tantos quantos forem meus títulos e méritos acadêmicos, serão ainda maiores meus agradecimentos a Deus pelo apoio contínuo, por me sustentar nos dias de desânimo e por me permitir a oportunidade de cursar este Mestrado.

Faltam palavras que expressem minha gratidão por quem sempre esteve comigo, ainda que distante, do outro lado do mundo, mas constantemente ao meu lado, torcendo por mim. Mãe, obrigada por me incentivar a ser cada dia melhor, como mulher, filha, profissional e estudante. De todas as conquistas possíveis, a que mais almejo é me tornar, algum dia, metade da mulher que você é.

Agradeço também à minha família: pai, avós, tios e primos, em Ipatinga e Juiz de Fora (minha casa longe de casa), que compreenderam minha ausência durante os estudos, nas mudanças da vida e nos dias de angústia, quando o amor se mostrava o melhor remédio para os problemas do cotidiano.

Ao meu amor, Wesley, obrigada pelo carinho, afeto e paciência nos dias difíceis – que não foram poucos. Planejar o futuro é ainda melhor com você ao meu lado, espero dividir contigo as próximas conquistas que a vida proporcionar.

Aos meus amigos, por tornarem mais felizes os meus dias, e em especial à Alana, que me ofereceu mais do que hospedagem e as chaves de casa durante as etapas do mestrado, muito obrigada!

Chegar aqui não seria possível sem o apoio do meu orientador, Professor Julvan Moreira de Oliveira, que trouxe a luz que eu precisava para iluminar o tema da dissertação. Agradeço e confio essa conquista ao Agente de Suporte Acadêmico Daniel Eveling: obrigada por ter acreditado em mim quando nem eu conseguia, e por ter previsto dias melhores em meio às minhas crises de desespero!

Muito obrigada ao meu sempre mestre Professor Márcio Guerra, pelos constantes ensinamentos desde a Graduação. Aos colegas da equipe de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora em Governador Valadares, que perseveraram comigo, me incentivaram quando era necessário e vibraram por essa conquista.

Agradeço a todos que direta ou indiretamente me acompanharam até aqui; aos que cederam parte do seu tempo para a pesquisa de campo, e acreditaram nos frutos deste trabalho. Espero que esse Mestrado seja apenas um dos primeiros passos na nossa incessante busca por conhecimento e dias melhores, sem preconceitos ou distinções.

RESUMO

A presente dissertação é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão estudado discute de que forma o trabalho realizado pelo setor de Comunicação, Cultura e Eventos (CCE) da Universidade Federal de Juiz de Fora em Governador Valadares (UFJF-GV) pode incentivar a política de ações afirmativas no campus avançado. Os objetivos definidos para este estudo foram a compreensão da atual situação de apoio institucional às ações de grupos específicos e o levantamento de quais projetos poderiam ser implementados a fim de que as atividades sejam melhor divulgadas no campus avançado e para que haja maior representatividade na Instituição a partir do trabalho de Comunicação. Como embasamento deste trabalho, foram analisadas as campanhas e os materiais de comunicação produzidos pelo setor de Imagem Institucional do campus sede, em Juiz de Fora, a fim de que se possa pontuar, estabelecer e aplicar ações a serem desenvolvidas no campus avançado. Utilizamos como metodologia a pesquisa qualitativa, a partir dos instrumentos de entrevistas semiestruturadas junto aos atores que compõem nosso público-alvo de estudo, a saber: servidores técnico-administrativos, docentes e discentes da Universidade. Foram entrevistados servidores do setor de CCE da UFJF-GV e integrantes da comunidade acadêmica da Universidade, abrangendo o campo docente, discente e técnico-administrativo. As questões abordaram a avaliação dos entrevistados acerca do atual posicionamento da UFJF-GV no que tange às ações afirmativas, os entraves para a adoção de políticas do gênero no campus avançado, as ações comunicacionais do campus sede sobre o tema, e ainda o apontamento de sugestões para o planejamento de atividades do setor de CCE. As conclusões advindas da pesquisa subsidiam as propostas que compõem um Plano de Ação Educacional, cujo objetivo é estabelecer diretrizes de ações a serem aplicadas na UFJF-GV, abrangendo atividades do setor de CCE, tais como campanhas realizadas e as ferramentas de comunicação utilizadas, bem como reuniões entre a equipe gestora e integrantes do campus sede para solucionar lacunas e propor ações integradas em favor da implantação de uma política de ações afirmativas no campus avançado de Governador Valadares.

Palavras-Chave: Ações Afirmativas. Comunicação. Comunicação Comunitária. Comunicação Institucional. Política Afirmativa.

ABSTRACT

This present dissertation is developed within the Professional Master in Management and Evaluation of Public Education (PPGP) of the Center for Public Policies and Education Evaluation of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd/UFJF). The management case studied discuss how the work realized by Communication, Culture and Events (CCE) sector of the Federal University of Juiz de Fora in Governador Valadares (UFJF-GV) can encourage the affirmative action politic on the advanced campus. The objectives defined for this study were the understanding of the current situation of institutional support to the actions of specific groups and the survey of which projects could be implemented so that the activities are better disseminated in the advanced campus and so that there is greater representation in the Institution to communication work. As a basis for this work, the campaigns and communication materials produced by the Institutional Image sector of the headquarters campus in Juiz de Fora were analyzed in order to be able to score, establish and apply actions to be developed in the advanced campus. We used as qualitative research methodology, from the instruments of semi-structured interviews with the actors that make up our target audience, namely: technical-administrative servants, lecturers and students of the University. Servants from the CCE sector of UFJF-GV and members of the university's academic community were interviewed covering the teaching, student and technical-administrative fields. The questions addressed the interviewees assessment of the current positioning of the UFJF-GV regarding affirmative actions, the obstacles to the adoption of policies of the genre in the advanced campus, the communicative actions of the headquarters campus on the subject, as well as the suggestions for the planning of CCE sector activities. The conclusions of the research subsidize the proposals that comprise an Educational Action Plan, whose objective is to establish guidelines for actions to be applied in UFJF-GV, covering activities of the CCE sector, such as campaigns carried out and the communication tools used, as well as meetings between the management team and members of the headquarters campus to solve gaps and propose integrated actions in favor of the implementation of an affirmative action policy in the advanced campus of Governador Valadares.

Keywords: Affirmative Actions. Communication. Community Communication. Institutional Communication. Affirmative Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Outdoor</i> no campus sede que expõe campanha da Diaaf/UFJF.....	35
Figura 2 – <i>Outdoor</i> que expõe campanha da Diaaf/UFJF.....	36
Figura 3 – Material de divulgação de campanha da Diaaf/UFJF	37
Figura 4 – Material de divulgação de campanha da Diaaf/UFJF	39
Figura 5 – Material de campanha da Diaaf/UFJF	43
Figura 6 – Organograma da Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Governador Valadares.....	48
Figura 7 – Folder de divulgação do projeto Vamos ler!	51
Figura 8 – Foto de uma das edições do Almoço com Cantoria.....	52
Figura 9 – Folder do Cine Acadêmico	53
Figura 10 – Campanha UFJF-GV sobre combate à LGBTTIfobia	94
Figura 11 – Post na fanpage da UFJF-GV sobre combate à LGBTTIfobia	95
Figura 12 – Vídeo da UFJF-GV de combate à LGBTTIfobia.....	96
Figura 13 – Alteração fachada FAGV	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição de entrevistados por lotação	73
Quadro 2 – Eixos de análise das perguntas feitas aos entrevistados	74
Quadro 3 – Perguntas básicas da ferramenta 5W2H	111
Quadro 4 – Síntese das ações a serem desenvolvidas durante a execução do Plano de Ação Educacional	113
Quadro 5 – Síntese da ação 1 sob a ótica do modelo 5w2h	114
Quadro 6 – Síntese da ação 2 sob a ótica do modelo 5w2h	117
Quadro 7 – Programação do evento Integração social e convívio saudável – a importância de lidar com o outro	118
Quadro 8 – Síntese da ação 3 sob a ótica do modelo 5W2H	122
Quadro 9 – Síntese da ação 4 sob a ótica do modelo 5W2H	124
Quadro 10 – Síntese da ação 5 sob a ótica do modelo 5w2h	126

LISTA DE ABREVIATURAS

CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CCE	Comunicação, Cultura e Eventos
CEAD	Centro de Educação a Distância
CONSU	Conselho Superior
DIAAF	Diretoria de Ações Afirmativas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAGV	Faculdade de Administração de Governador Valadares
GV	Governador Valadares
IAD	Instituto de Artes e Design
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE	Instituto de Ciências Exatas
ICB	Instituto de Ciências Biológicas
ICH	Instituto de Ciências Humanas
ICHL	Instituto de Ciências Humanas e Letras
ICSA	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
ICV	Instituto de Ciências da Vida
LGBTTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
MEC	Ministério da Educação
NUDIs – GV	Núcleo de Debates sobre Diversidade e Identidades de Governador Valadares
PAE	Plano de Ação Educacional
PPGP	Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública
PBP	Programa de Bolsa Permanência
RU	Restaurante Universitário
SIGA	Sistema Integrado de Gestão Acadêmica

SIPLAN	Sistema de Planejamento
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TAEs	Técnicos-Administrativos em Educação
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFJF-GV	Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Governador Valadares
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNB	Universidade de Brasília
UNIPAC	Faculdade Presidente Antônio Carlos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	24
1 O CONTEXTO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS E AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS.....	19
1.1 AS AÇÕES AFIRMATIVAS E SEU HISTÓRICO NO CENÁRIO BRASILEIRO	21
1.2 O PAPEL DAS UNIVERSIDADES NA APLICAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS	26
1.3 A DIRETORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DA UFJF	31
1.4 O CAMPUS AVANÇADO DE GOVERNADOR VALADARES	44
1.5 O SETOR DE COMUNICAÇÃO DO CAMPUS GV	49
1.6 O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFJF-GV	55
2 O PAPEL DAS AÇÕES AFIRMATIVAS E DA COMUNICAÇÃO NA UFJF-GV	62
2.1 O PRINCÍPIO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS	63
2.2 O PAPEL DA COMUNICAÇÃO	67
2.3 METODOLOGIA	71
2.4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS	76
2.4.1 Percepções relacionadas ao conceito de ações afirmativas	76
2.4.2 Percepções relacionadas à política de ações afirmativas	81
2.4.3 As ações do campus avançado e sua abrangência na comunidade acadêmica	88
2.4.4 Percepções sobre a necessidade de a UFJF-GV discutir inclusão na cidade de Governador Valadares	98
2.4.5 Principais problemas encontrados durante a pesquisa de campo	107
3 CAMPANHAS, DIÁLOGOS, CONVERSAS: ESTRUTURAR AÇÕES AFIRMATIVAS NO CAMPUS AVANÇADO DA UFJF.....	110
3.1 AÇÃO 1: CONSTRUIR UM DIAGNÓSTICO DA COMUNIDADE ACADÊMICA DA UFJF-GV	114
3.2 AÇÃO 2: PROMOVER EVENTOS DE CONSCIENTIZAÇÃO E INCENTIVO AO DEBATE NAS ÁREAS COMUNS OCUPADAS PELOS ESTUDANTES	116
3.3 AÇÃO 3: ORGANIZAR CAMPANHAS QUE INCENTIVEM A CONVIVÊNCIA E O RESPEITO	121
3.4 AÇÃO 4: REPENSAR AS FORMAS DE INTERAÇÃO E VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS PELO SETOR DE CCE	123
3.5 AÇÃO 5: ESTABELECEER UMA AGENDA DE DISCUSSÕES ENTRE A DIAAF, A IMAGEM INSTITUCIONAL, A UFJF-GV E MOVIMENTOS ESTUDANTIS DE GV	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICE A – Instrumento de Pesquisa de Campo: Roteiro de entrevistas com o	

setor de Comunicação, Cultura e Eventos para levantamento de evidências para a pesquisa “A COMUNICAÇÃO COMO INCENTIVADORA DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO CAMPUS AVANÇADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA EM GOVERNADOR VALADARES”.....	142
APÊNDICE B – Instrumento de Pesquisa de Campo: Roteiro de entrevistas com o setor de Comunicação, Cultura e Eventos para desenvolvimento de pesquisa “A COMUNICAÇÃO COMO INCENTIVADORA DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO CAMPUS AVANÇADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA EM GOVERNADOR VALADARES”.....	143
APÊNDICE C – Instrumento de Pesquisa de Campo: Roteiro de entrevistas com integrantes do campus avançado para desenvolvimento de pesquisa “A COMUNICAÇÃO COMO INCENTIVADORA DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO CAMPUS AVANÇADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA EM GOVERNADOR VALADARES”.....	145
ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a ser entregue durante as entrevistas do capítulo 2.....	147
ANEXO B – Nota de Esclarecimento do Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora sobre o programa “Na hora do Lanche”..	148

INTRODUÇÃO

A comunicação foi estabelecida inicialmente como ferramenta de contato, propulsora de notícias e veículo de transmissão dos acontecimentos cotidianos, mas, contemporaneamente, percebemos contínuas mudanças como as de sua estrutura, sobretudo nos meios de disseminação e nos emissores que dela utilizam. Atualmente, os veículos de comunicação são utilizados, também, como disseminadores de políticas e discursos de diferentes grupos e coletivos propulsores de ideias e representatividades. Em tal perspectiva, segundo Mendes Júnior e Costa (2014, p.5),

[...] as redes sociais podem ser definidas como uma estrutura ou laço social que é composta por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, que partilham valores e objetivos comuns.

E é nesse aspecto que desenvolvemos a presente dissertação: a comunicação como instrumento capaz de mobilizar e estabelecer formas de ações afirmativas no campus de Governador Valadares da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF-GV).

Podemos citar como exemplos das novas formas comunicativas a utilização de perfis criados em redes sociais para divulgar as atividades e as premissas de seus grupos relacionados. Páginas como a ‘LGBTQI’¹, no Facebook, com mais de 23 milhões de curtidas e a ‘Empodere duas mulheres’², com pouco mais de um milhão de curtidas, colocam em cena discussões sobre gênero e sexualidade em “espaços alternativos” de comunicação. Ao mesmo tempo fomentam espécies de fóruns virtuais de debate, em seus comentários, por meio da vinculação de notícias relativas aos motes iniciais de suas autoras.

É importante ressaltar, porém, que espaços de discussão podem ser, também, cenários oportunos para que indivíduos propaguem suas opiniões de ódio a diversas causas, como a questão Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (LGBTTI) e a luta pela igualdade racial. Usuários empenhados em praticar discursos de ódio e ataques pessoais veem nessas postagens - que buscam respeito e propagam sentimentos de compaixão e igualdade, uma oportunidade para proferir ameaças, críticas e ofensas generalizadas. É preciso, portanto, que a comunicação seja estruturada de forma a abranger

¹ A página é americana, e divulga artigos, notícias e assuntos relacionados à causa LGBTQ. Disponível em: <<https://www.facebook.com/LGBTQ/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

² A página discute temas como os posicionamentos feminino e masculino frente a questões do dia a dia como tarefas de casa, cuidado com os filhos e questões profissionais. São divulgadas notícias de veículos de comunicação que servem como pontapé inicial para o debate da questão de gênero no país e no mundo. Disponível em: <<https://www.facebook.com/empodereduasmulheres/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

os setores públicos, e que os usuários tenham consciência do alcance de suas palavras quando proferidas em meio virtual, buscando promover ações respeitosas e igualitárias.

Nesse cenário de estruturação da comunicação e sua abrangência surge a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em especial o Campus Avançado de Governador Valadares. Internamente ao Campus GV, está o trabalho realizado pelo setor de Comunicação, Cultura e Eventos (CCE), cujas atividades são alvo de análise neste trabalho, especificamente as voltadas para as ações afirmativas. Apesar de possuir menor alcance, mas com importância afim, as redes sociais de universidades e centros educacionais em geral tornam públicas as ideias institucionais, e servem como apoiadores dos ideais de seus integrantes, de suas comunidades³.

Os materiais divulgados nas redes sociais da UFJF, em ambos os campi, atingem não só seus estudantes, professores e servidores, mas são vistos pela comunidade das cidades e regiões nas quais ela se insere. Com o aumento das funcionalidades das redes sociais, é possível compartilhar notícias e fazer com que essas atinjam um número incalculável de pessoas. Tal poder de acesso enseja bastante cautela e posicionamento no ato de se divulgar notícias e ações em uma página institucional, principalmente de uma Universidade.

A partir da necessidade de avaliar a função da comunicação enquanto incentivadora e propagadora de ideais, o presente trabalho foi pensado. Buscamos compreender como as atividades de um setor de Comunicação podem auxiliar na legitimação e divulgação de causas coletivas, como políticas afirmativas de gênero, étnico-raciais⁴, cultura e segmento socioeconômico, uma vez que a comunicação promovida pelo setor tem o sentido de propagar ideias igualitárias e de respeito coletivo. Por se tratar de uma instituição, que visa à divulgação de mensagens que representam a postura da Universidade, tanto no sentido de disseminar seus valores quanto no objetivo de desenvolver ações de integração, é possível destacar o campo de ação de duas vertentes comunicacionais: a comunicação comunitária e a comunicação institucional.

³Atualmente, a *fanpage* do campus sede da UFJF possui mais de 61 mil curtidas, enquanto a do campus avançado foi curtida por pouco mais de 4.500 pessoas, conforme dados de outubro de 2017.

⁴Utilizamos o termo étnico-racial como uma construção política e social, a partir dos conceitos abordados pelo antropólogo Kabengele Munanga. Segundo Munanga (2017, s.p), os conceitos de etnia e raça são, atualmente, ideologicamente manipulados. Para o autor, “[...]a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas”. Etnia, por sua vez, “é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território”.

Segundo Peruzzo (2006), o ideal de dar voz aos anseios da comunidade e de favorecer a integração coletiva se insere no campo de atuação da comunicação comunitária, conforme a seguir:

[...] a comunicação comunitária se caracteriza por processos de comunicação baseados em princípios públicos, tais como não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de educação, cultura e ampliação da cidadania (PERUZZO, 2006, p.9).

A atenção a essas causas coletivas que envolvem minorias é objeto de alguns setores que desenvolvem ações de inclusão, como setores de comunicação e diretorias especializadas no tema das ações afirmativas, conceito que será abordado na sequência.

Também observada nas ações comunicacionais da UFJF, outra vertente da comunicação estabelece ações no sentido de enfatizar o posicionamento de uma empresa ou marca: a comunicação institucional. Segundo os ensinamentos de Kunsch (2003), essa vertente é responsável pela criação e manutenção de uma imagem e identidade corporativas que se ressaltem e divulguem a organização. Dessa forma, a UFJF utiliza dos aparatos comunicacionais para reforçar sua posição enquanto instituição de ensino e destacar seus valores educacionais e de igualdade. Essa comunicação pretende estabelecer uma compreensão do significado da organização, seu papel, sua razão de existir, tanto interna quanto externamente.

A partir desse pressuposto, buscamos compreender como a comunicação, em sua vertente institucional, pode auxiliar na divulgação e na realização de atividades voltadas às políticas de ações afirmativas, neste ponto incluindo, além de grupos étnico-raciais, também outras minorias como mulheres, população LGBTTI, indígenas e pessoas com deficiência.

Para favorecer o entendimento acerca das ações afirmativas e sua contextualização na Universidade, utilizo o conceito abordado por Piovesan (2008). Para a autora, ações afirmativas são políticas organizadas de modo a “[...] acelerar o processo de igualdade, com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos socialmente vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, entre outros grupos” (PIOVESAN, 2008, p. 891).

A escolha do tema deste trabalho se deu por ser um assunto relativo ao meu cotidiano profissional. Sou jornalista, lotada no setor de CCE do campus avançado da UFJF-GV. Entre as atividades realizadas, está a divulgação de eventos institucionais, de campanhas voltadas à comunidade acadêmica e, também, da própria comunidade. Diariamente, postamos em nosso site e nas redes sociais diferentes conteúdos de interesse comum à UFJF.

Após analisar a diversidade de conteúdos postados pelo setor de Comunicação em Juiz de Fora que dizem respeito às ações afirmativas da Universidade, e apoiam as políticas relativas aos diferentes grupos que integram a Instituição, percebi que pouco se faz nesse sentido no campus avançado de GV. Nosso foco, neste trabalho, se direciona ao aprimoramento das atividades realizadas pelo setor de Comunicação em Governador Valadares, de modo a compreender o que é feito no campus sede e, assim, otimizar e aperfeiçoar o trabalho realizado no campus avançado.

As campanhas afirmativas divulgadas em Juiz de Fora são idealizadas em conjunto com a Diretoria de Ações Afirmativas (Diaaf). Entretanto, as ações não chegam previamente ao campus GV, que não replica as campanhas, e, dessa forma, não realiza atividades no sentido de incentivar essas políticas. Caso neste trabalho fique estabelecido que os materiais devam ser produzidos individualmente no campus avançado, buscaremos estabelecer estratégias que minimizem a carência de ações no planejamento e na realização das campanhas, para, assim, dar início a essa política de mobilização.

Frente a isso propomos como questão norteadora do trabalho a ser realizado: “Como o setor de Comunicação pode incentivar a política de ações afirmativas no campus avançado da UFJF em Governador Valadares?”. A partir dessa indagação, este trabalho tem como objetivo geral compreender de que formas o trabalho realizado pelo setor de Comunicação, Cultura e Eventos em Governador Valadares pode incentivar a representatividade de minorias no contexto educacional da Instituição. Como objetivos específicos foram definidos:

- 1) descrever as políticas afirmativas e sua inserção na UFJF;
- 2) analisar de qual maneira é estruturada a participação da UFJF-GV no planejamento das ações afirmativas,
- 3) identificar como a comunicação pode auxiliar projetos de ações afirmativas;
- 4) propor um plano de ação que aprimore a atuação da UFJF-GV no sentido de incentivar as políticas de ações afirmativas.

Essas preocupações surgem da necessidade de discutirmos políticas públicas voltadas para grupos de ações afirmativas. Segundo Feres Júnior; Zoninsein (2006, s.p *apud* DAFLON; FERES JUNIOR; CAMPOS, 2013, p. 306) as ações afirmativas são definidas como “[...] medidas redistributivas que visam a alocar bens para grupos específicos, isto é, discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica e/ou cultural passada ou presente”. Ao inserir esse conceito no ambiente universitário, compreendemos que ações afirmativas visam à sensibilização e mobilização da comunidade acerca da convivência social com as diversas

realidades presentes no campus, que englobam grupos de igualdade de gênero, etnia, tradição a culturas e vulnerabilidade socioeconômica.

A comunidade acadêmica, formada por professores, técnico-administrativos e estudantes, é composta por integrantes de diferentes grupos étnicos, de gênero, socioeconômicos e culturais. Dessa forma a comunicação tende a se inserir como ferramenta de integração e contato entre esses grupos distintos, por meio de duas de suas vertentes: a comunicação institucional, com suporte da comunicação comunitária. Os conceitos serão apresentados e debatidos em momento oportuno neste trabalho.

As ações afirmativas buscam a inserção de grupos específicos em ambientes sociais. Portanto, entendemos a comunicação como uma ferramenta integradora de discussões para favorecer essa adaptação e inclusão, fornecendo espaços de fala e escuta aos grupos historicamente afastados.

Ao aproximar essas preocupações conceituais do cenário profissional no qual me insiro, percebemos que é grande a necessidade de adaptar o trabalho do setor de CCE a essa realidade de grupos étnicos, de gênero, socioeconômicos e culturais presentes na UFJF-GV. Desse pensamento, surgiu a preocupação de demonstrar como as ações afirmativas podem ser pensadas em Governador Valadares, um campus ainda recente, com apenas cinco anos de história, em fase de estruturação e carente de políticas que o tornem inclusivo e acessível a todas e todos que o compõem. A representatividade da Instituição é um dos objetivos a serem pensados pelo setor, e, para isso, utilizaremos esse trabalho como embasamento e precursor de ações.

Para alcançar os objetivos propostos, realizamos aqui um estudo de viés qualitativo, que visa a analisar, a partir da percepção dos sujeitos que compõem a Universidade, de que forma a Comunicação pode se estruturar para incentivar a política de ações afirmativas no campus avançado. A intenção, com o presente trabalho, é identificar o cenário de atuação da Comunicação, conhecer o que atualmente é realizado e, ainda, pontuar posturas de trabalho e atividades práticas que possam ser realizadas a fim de garantir maior representatividade da UFJF-GV enquanto divulgadora de campanhas e políticas estudantis que buscam a igualdade e o respeito.

Buscamos realizar uma comunicação mais expansiva em seu objetivo inicial de aproximar pessoas e promover um melhor fluxo de informação dentro e fora da Universidade. Dessa forma, entendemos como fundamentais as campanhas realizadas pelo campus sede, e pretendemos, com este estudo, coletar estratégias que nos aproximem ainda mais do trabalho

realizado em Juiz de Fora, de modo a tornar mais inclusivo e representativo o campus avançado.

A fim de favorecer o entendimento acerca do tema e esclarecer as instâncias que o compõem, este trabalho será estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo traz informações sobre as ações afirmativas em geral, a partir do conceito do tema e seu histórico de políticas realizadas no Brasil, nas últimas décadas. Exploramos a participação das instituições de ensino na divulgação da política de ações afirmativas e das campanhas realizadas em seu contexto; apresentaremos a Diaaf no ambiente da UFJF, e os setores de comunicação da Instituição, abrangendo o campus avançado de Governador Valadares e seu histórico de criação e estruturação. Finalizo o primeiro capítulo com o panorama de ações afirmativas na UFJF-GV: as lacunas de divulgação, as necessidades do campus avançado não contempladas pela política de ações afirmativas da Universidade e o planejamento necessário para modificar a atual realidade.

O segundo capítulo deste trabalho busca estabelecer debates sobre as ações afirmativas em si, retomando seu conceito, as descrições metodológicas de seu estudo e sua relação com a comunicação. Nesse debate, retomo o conceito de comunicação institucional, enquanto ferramenta para inserção da UFJF na comunidade e divulgação de políticas afirmativas. A comunicação representa uma ferramenta de disseminação de ideais sociais, que visam ao acolhimento dos diferentes segmentos da sociedade em busca de um ambiente igualitário e acessível. Dessa forma, relacionamos a Comunicação Institucional ao trabalho realizado no setor de Comunicação da UFJF-GV, de forma que buscamos integrar os diferentes participantes da Instituição. Neste capítulo, apresentamos também a metodologia utilizada no trabalho, a forma pela qual a pesquisa foi idealizada e como foi realizada, por meio de entrevistas com integrantes da comunidade acadêmica da UFJF-GV e também com servidores técnico-administrativos do Setor de Comunicação, Cultura e Eventos da Universidade. Ao final do segundo capítulo, apresentamos uma síntese dos principais problemas apontados pelos entrevistados durante a pesquisa de campo, no que tange às ações afirmativas na UFJF-GV e às condições de convivência observadas na Instituição. Esses dados são utilizados como base para a produção de um estudo final com sugestões a serem implementadas pela equipe gestora do campus.

O terceiro capítulo consiste na apresentação do Plano de Ação Educacional (PAE), produzido a partir dos resultados da pesquisa de campo, analisados sob a luz do referencial teórico utilizado neste trabalho. O PAE traz uma série de intervenções propostas à implementação no campus avançado de Governador Valadares, tais como a realização de

eventos e campanhas que fomentem a reflexão e o debate, e também a promoção de reuniões entre representantes dos dois campi, a fim de que sejam solucionadas as lacunas apresentadas no decorrer do trabalho, e para auxiliar no desenvolvimento da política de ações afirmativas da UFJF-GV.

1 O CONTEXTO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS E AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

A Constituição Federal (CF) de 1988, em seu artigo 5º, apresenta uma premissa de igualdade a todos os cidadãos, ao mencionar que

[...] todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988, n.p.).

Esse nivelamento de todos os cidadãos é baseado na igualdade formal, de maneira geral, objetiva e genérica, que, por sua vez, não considera as desigualdades históricas que desnívelam as capacidades de alcance e conquista dos cidadãos. Diante do contexto de desigualdades vivenciado no país, torna-se ineficiente tratar todos os cidadãos de uma maneira igual, uma vez que nem todos estão preparados em seu contexto social e histórico para alcançar e enfrentar os obstáculos que se fazem presentes. Para Piovesan (2008), é preciso especificar o sujeito ao qual o direito está relacionado, através de suas peculiaridades e condições particulares.

Dessa ótica, é chegada a necessidade de conferir a determinados grupos e minorias condições diferenciadas, com base em sua própria vulnerabilidade. A partir desse aspecto, surge a ideia de desenvolver políticas de ações afirmativas, baseadas na igualdade material, substantiva, à qual a população está submetida. São ações que visam a "[...] avançar na reavaliação positiva de identidades discriminadas, negadas e desrespeitadas; na desconstrução de estereótipos e preconceitos; e na valorização da diversidade cultural" (PIOVESAN, 2008, p. 889).

A mesma Constituição Federal prevê, entretanto, dispositivos que busquem a diminuição das desigualdades sociais e de gênero. Constam em seus objetivos "[...] construir uma sociedade livre, justa e solidária, mediante a redução das desigualdades sociais e a promoção do bem de todos, sem quaisquer formas de discriminação" (BRASIL, 1988, s.p). Ao seguir nessas determinações legais a CF/88 prevê a adoção de políticas afirmativas para mulheres e pessoas com deficiência, conforme consta no Art. 7º, inciso XX, "[...] proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei" (BRASIL, 1988, s.p).

Para Campos (2013), a igualdade material se contrapõe à concepção formal de igualdade, defendida pelo modelo liberalista norte-americano, segundo o qual a oferta de

acesso igual à educação e ao mercado de trabalho basta para garantir igualdade de oportunidades. Ações afirmativas, portanto, podem ser também consideradas uma forma de discriminação positiva, pois são políticas desenvolvidas de modo a garantir direitos a grupos minoritários, como negros, mulheres e pessoas com deficiência. Segundo Campos (2013, p.2),

[...] discrimina-se para incluir, levando-se em consideração idiosincrasias de gênero, etnia, raça e classe social. Nesse contexto, as políticas públicas de educação e trabalho passam a ser direcionadas para esse indivíduo, que há muito deixou de ser universal.

No conceito da igualdade material ocorre uma espécie de discriminação inclusiva, na qual trata-se os “diferentes” de forma diferente, para garantir que eles tenham as mesmas condições de acesso a serviços básicos que a outra parcela da população, esta menos prejudicada. Remetemos, neste ponto, à citação de Boaventura de Sousa Santos quando nos diz que

[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (SANTOS, 2003, p.56).

Neste ponto, consideramos como “diferentes” não apenas as minorias étnico-raciais, mas também as de gênero e classe social.

Mas não é apenas a população de afrodescendentes a única marginalizada pela falta de acesso ou pela desigualdade de condições: mulheres, indígenas e pessoas portadoras de necessidades especiais também precisam ser discriminados e discriminadas positivamente. A forte tradição do patriarcado no Brasil ainda destina às mulheres salários inferiores aos dos homens, mesmo quando possuem a mesma qualificação e ocupam as mesmas posições no mercado de trabalho. Do mesmo modo, criam-se cotas para portadores de necessidades especiais garantirem seus direitos como pessoas economicamente ativas e não dependentes de um inexistente Estado de Bem- Estar Social (CAMPOS, 2013, p.2).

Tomamos como base essas preocupações para estruturar os estudos a serem realizados neste capítulo: buscaremos contextualizar as ações afirmativas nas políticas realizadas em universidades públicas e compreender que atividades estão sendo desenvolvidas para incentivar os ideais de igualdade e respeito nos ambientes educacionais oferecidos pelo governo à sociedade.

Para favorecer o conhecimento e o entendimento acerca da importância do tema, partimos da conceituação de ações afirmativas, apresentando fatos importantes de seu histórico no cenário brasileiro e, por fim, nas universidades. Buscamos conhecer quais foram as discussões e as decisões que levaram até a promulgação da Lei de Cotas e das políticas que vemos atualmente nas instituições.

Na sequência, partimos para o contexto educacional da UFJF, através da apresentação de seus dois *campi* e das ações afirmativas realizadas em ambas as instituições. Apresentamos a Diaaf da UFJF, setor responsável pela formulação das políticas no âmbito da UFJF, a Imagem Institucional, setor que divulga as ações planejadas nesse sentido e o setor de Comunicação, Cultura e Eventos, responsável pela divulgação institucional do campus avançado de Governador Valadares (UFJF-GV).

1.1 AS AÇÕES AFIRMATIVAS E SEU HISTÓRICO NO CENÁRIO BRASILEIRO

O Brasil vivenciou a escravidão em suas terras de 1530 a 1888. Durante os 358 anos em que o racismo, o escravismo e o preconceito contra os negros predominaram sobre as relações sociais, muito se privou ao povo afrodescendente, desde condições mínimas de sobrevivência até oportunidades de trabalho digno e estudo. Conforme destacado por Cardoso (2003, p. 161): “[...] o escravo era considerado como coisa, pois era representado pelos homens livres e também se autorepresentava como um ser incapaz de ações autônomas”. A inferioridade do negro, segundo este autor, era sentida desde as primeiras fases da vida: quando da infância as crianças tinham suas vivências reguladas. “Desde criança o senhor regulava suas expectativas considerando o escravo como um ser incapaz de vontade, objeto de toda sorte de caprichos e perversidades” (CARDOSO, 2003, p.176).

Entre as consequências do regime escravocrata está a estratificação social, em situações tanto econômicas quanto sociais, nas quais ocorre a classificação de pessoas e grupos de acordo com sua situação socioeconômica. O termo é esclarecido por Santos (2016, p. 26), que destaca que

[...] em todas as sociedades complexas, os bens socialmente valorizados são distribuídos desigualmente, com os indivíduos ou famílias mais privilegiadas gozando de parte desproporcional da renda, do poder e de outros recursos. O termo “sistema de estratificação” se refere ao complexo das instituições sociais que geram as desigualdades desse tipo.

Rememorar tal discussão histórica, nos dias de hoje, 130 anos desde a abolição da escravidão no Brasil coloca em cena a necessidade do debate sobre a estruturação de ações afirmativas. Principalmente em momentos observados com frequência, nas ocasiões do dia a dia, em que as diferenças raciais se sobrepõem e orientam relações de trabalho, educacionais e interpessoais. Apesar do fim da escravidão, racismo, preconceito e discriminação racial predominam na sociedade brasileira. Pensadores contemporâneos como Kabengele Munanga e Abdias do Nascimento defendem que a raça é determinante nas relações sociais.

O reflexo desse passado histórico ainda se perpetua na marginalização de homens e mulheres negros e negras na disputa por um posto no mercado de trabalho, por um registro de matrícula nas universidades e na busca por bens sociais e materiais nas demais esferas sociais contemporâneas. Ainda há parcelas fortemente segregadoras na sociedade atual, nas quais o acesso a serviços como educação e saúde apresenta discrepâncias relacionadas à descendência e à classe social do indivíduo.

Diante desse cenário de segregação e disparidades, as ações afirmativas estabelecem a busca pela igualdade de oportunidades aos que seguem em desnível dos demais na busca por inclusão profissional, social, de estudo, e renda. Conforme Laudares (2017),

Eu ainda espero ver o dia em que a chance de um brasileiro negro de terminar o ensino básico e uma boa universidade seja a mesma de um branco, e a probabilidade de uma jovem quilombola ser empregada em um banco de investimentos da Avenida Faria Lima, centro financeiro de São Paulo e reduto eleitoral do partido Novo, seja a mesma do filho de um paulista quatrocentão⁵ (LAUDARES, 2017, s.p).

Neste viés, cabe ressaltar o argumento de Reis e Souza (2005, n.p.), que pontuam que a ação afirmativa “pode e deve ser utilizada para qualquer tipo de minoria, tanto que o grupo que mais tem se beneficiado, nos Estados Unidos, com as medidas de Ação afirmativa é o das mulheres (brancas e negras, e mais aquelas do que estas)”.

Os autores destacam, ainda, a existência de diferentes formas de discriminação: a aberta, na qual a diferenciação perante um grupo específico é explícita, e as segregações ocorrem claramente, tal qual ocorreu no Apartheid, na África do Sul; e a velada, que ocorre “por baixo dos panos”, em que a população se recusa a admitir que promove. Os autores destacam que a segunda é a mais difícil de se combater, e completam: “[...] em nosso país, começamos

⁵O termo designa a elite paulista tradicional, ou seja, a aristocracia e oligarquia paulista. No passado, os quatrocentões eram referidos como "primeiros povoadores" e "nobreza da terra".

a perceber que racismo, sexismo e demais tipos de discriminações existem, o problema é que ninguém as comete” (REIS; SOUZA, 2005, s.p).

No sentido de diminuir as desigualdades supracitadas, as ações afirmativas são pautadas em três campos de atuação, conforme Reis e Sousa (2005). São eles: o mercado de trabalho, no qual as políticas afirmativas visam à inserção de minorias e ao aumento de suas possibilidades de contratação e crescimento; a área empresarial, na qual empresas pertencentes a essas minorias possam ter oportunidades semelhantes de contratação e negócios com os governos federal, estadual e municipal, e ainda na área educacional, onde o que se busca é garantir oportunidades de estudo e acesso ao ensino superior. Segundo os autores, apesar de serem esses os três campos de atuação das ações afirmativas, estas se manifestam de diferentes formas, que não apenas as cotas.

Além das cotas, são exemplos de ações afirmativas a oferta de vagas de emprego nos grandes veículos de comunicação, permitindo que minorias comumente discriminadas tenham acesso à divulgação, e, sobretudo, sejam avaliadas em igualdade de condições; a concessão de espaços para manifestações de minorias em veículos de grande abrangência, para que toda a população tenha conhecimento da existência e da importância de diferentes grupos sociais, além do respeito pelas tradições, como a manutenção dos espaços de áreas quilombolas e de etnia indígena, como os Krenak⁶, em Minas Gerais. A existência de grupos indígenas na região onde está localizado o campus avançado da UFJF será pontuada oportunamente neste capítulo.

A busca pela regularização de melhores condições e pelo respeito aos povos marginalizados teve capítulo importante em 1997, quando o senador Abdias Nascimento, do Partido Democrático Trabalhista do Rio de Janeiro, apresentou o projeto de Lei nº52, que previa que fossem qualificados como crime as práticas de racismo, a discriminação em relação a orientação sexual, religião, idade, deficiência, procedência nacional, etc (BRASIL, 1997). Entretanto, em seu artigo 4º, o projeto previa como não configuração de crime

[...] a distinção realizada com o propósito ***de implementar uma ação compensatória*** em função de situações discriminatórias históricas ou passadas, ou quando existe uma relação lógica necessária entre a característica na qual se baseia a distinção e o propósito dessa distinção, ou ainda por previsão legal. (REIS; SOUZA, 2005, s. p.)

⁶População indígena remanescente do município de Resplendor, no estado de Minas Gerais. Os Krenak representam a nação dos chamados Botocudos. Sua história será melhor apresentada na sequência.

Podemos compreender que o projeto previa, então, uma ação afirmativa como forma de reverter parte dos danos causados pelas discriminações anteriores. A discriminação realizada no intuito de igualar discrepâncias estruturais e/ou históricas não seria, naquele contexto, configurada como crime. Entretanto, o projeto foi arquivado ao final da legislatura do senador Abdias.

Reverberando questões internacionais como a Marcha pelos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, a criação do Grupo Interministerial e da Conferência de Durban, assuntos e eventos relacionados à promoção da igualdade racial, em 26 de agosto de 2002, durante seu mandato, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, editou a medida provisória nº63, que criou o Programa Diversidade na Universidade. Seu objetivo era implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros. A medida foi transformada em Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002 (BRASIL, 2002).

Como exemplo de atitude tomada no sentido de diminuir a disparidade de acesso à educação pública no país, citamos a seguir um exemplo ocorrido no Rio de Janeiro, através de uma política estadual. Em 4 de setembro de 2003, a Lei Estadual nº 4.151, instituiu o sistema de cotas para ingresso nas Universidades públicas estaduais. Seu objetivo era reduzir desigualdades étnicas, sociais e econômicas, de estudantes carentes oriundos da rede pública de ensino; negros; pessoas com deficiência e integrantes de minorias étnicas (RIO DE JANEIRO, 2003). Também no Rio de Janeiro, em 24 de março de 2004 foi instituída a reserva de 10% das vagas em instituições de ensino fundamental e médio da rede particular para alunos excedentes da rede pública, através da Lei nº 4.296 (RIO DE JANEIRO, 2004).

Segundo Moehlecke (2004, p. 758), o sistema de ensino superior brasileiro “[...] tem diante de si o desafio de encontrar soluções que respondam à questão das desigualdades raciais no acesso às suas instituições e na permanência nelas”. As ações desenvolvidas no tocante ao ingresso e conclusão do ensino superior devem levar em conta as discrepâncias históricas trazidas na bagagem da população negra e indígena.

Conhecida como Lei de Cotas, a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012a), regulamentada pelo Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 estipulou que em quatro anos, pelo menos 50% das vagas nas universidades públicas fossem reservadas para alunos cotistas que cursaram todo o Ensino Médio em escola pública (BRASIL, 2012b). Desse percentual, metade deveria ser destinada aos estudantes de baixa renda (renda per capita igual ou inferior a 1,25 salários mínimo), e a outra metade reservada a negros, pardos e indí-

genas, distribuídas proporcionalmente, de acordo com o percentual populacional da unidade federativa identificado no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O restante do total de vagas deveria ser, então, destinado à ampla concorrência.

Segundo dados da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, nos dois primeiros anos após ser regulamentada (2013/2014), a Lei de Cotas permitiu a entrada de 111.671 negros nas universidades públicas (O DIA, 2015). De acordo com Guarnieri e Melo-Silva (2007), a priorização étnica desses povos se dá pela justificativa de que as vagas não são preenchidas por negros e membros das comunidades indígenas em função de insuficiências circunstanciais desses grupos. A Lei de Cotas, neste caso, colabora na diminuição das disparidades entre os diferentes grupos que buscam acesso ao ensino superior, mas os negros não são os únicos representantes desse público que luta pela igualdade de acesso.

Indígenas também constituem grupos marginalizados no acesso à educação superior no Brasil. De forma a estimular seu acesso e permanência nas universidades, o Governo Federal criou, a partir da Portaria nº 389, de 09 de maio de 2013, o Programa Bolsa Permanência (PBP)⁷ do Ministério da Educação. Com ele, estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e estudantes indígenas e quilombolas passam a ter acesso à chamada Bolsa Permanência, que lhes garante R\$ 400 mensais, valor equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de Iniciação Científica (BRASIL, 2013).

Porém, para estudantes indígenas e quilombolas, será garantido um valor diferenciado, igual a, pelo menos, o dobro da bolsa paga aos demais estudantes, em razão de suas especificidades com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal (BRASIL, 1988). Segundo o Ministério da Educação, seu objetivo é minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação vulnerável financeiramente.

Além de negros e indígenas, as pessoas com deficiência também fazem parte dos grupos marginalizados no acesso à educação superior. Segundo a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência define, em seu artigo 1º, pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais,

⁷ O PBP exige do estudante, entre outros tópicos, estar matriculado em cursos de graduação com carga horária média superior ou igual a cinco horas diárias. Entretanto, indígenas e quilombolas, independente da carga horária dos cursos nos quais estão matriculados, poderão receber o recurso. Disponível em: <<http://permanencia.mec.gov.br/>>. Acesso em: 19 out. 2017.

em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

O Censo 2010 do IBGE, concluiu que o Brasil possui 45.606.048 pessoas com deficiência, índice que representa 23,9% da população brasileira. Dentre a população de pessoas com deficiência com mais de 15 anos de idade, 61,13% não possuem instrução, ou possuem o Ensino Fundamental completo; 14,15% têm Ensino Fundamental completo ou Médio incompleto, 17,67% possuem Ensino Médio completo ou superior incompleto, enquanto apenas 6,66% possuem Ensino Superior Completo (IBGE, 2010).

Em novembro de 2016, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 2.995, de 15 de setembro de 2015 do Senado, que alterou a Lei de Cotas Sociais (BRASIL, 2015). O Projeto de Lei nº 2.995/2015 visava à inclusão de pessoas com deficiência entre os beneficiários da reserva de vagas nas universidades federais e nas escolas federais de ensino médio técnico. Essa política visa assegurar às pessoas com deficiência o ingresso e as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional no ensino superior.

Em 20 de abril de 2017, a partir do Decreto nº 9.034, foram regulamentadas as normas para matrícula de pessoas com deficiência nas universidades federais (BRASIL, 2017). Com a mudança, ficou definido que a reserva de vagas para pessoas com deficiência nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio deverá ter a mesma proporção da presença de pessoas com deficiência na unidade Federativa na qual a instituição de ensino está localizada, segundo o último censo do IBGE.

A partir das resoluções apresentadas acima, podemos iniciar a discussão acerca do papel das universidades na aplicação das políticas de ações afirmativas, ou seja, como as atividades propostas e realizadas no ambiente acadêmico podem incentivar as políticas de respeito e integração que visam à inserção de minorias na sociedade. Para favorecer esse entendimento, apresentamos os resultados de um estudo realizado com integrantes de minorias que convivem em uma instituição que favorece tais eventos integrativos.

1.2 O PAPEL DAS UNIVERSIDADES NA APLICAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Até a aprovação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012a), a Lei de Cotas, as ações afirmativas se disseminaram no Brasil de forma heterogênea, sem seguir um padrão constante, a partir de iniciativas locais, leis estaduais e deliberações internas. A primeira universidade a adotar o sistema foi a Universidade Estadual do Rio de Janeiro

(UERJ), no âmbito federal, a primeira universidade a adotar a política de cotas foi a Universidade de Brasília (UnB), a partir de 2004. No mesmo ano, conforme estudos de Santos (2016), a UFJF aprovou resolução de adesão às cotas e as inseriu nos processos seletivos de 2006.

Para favorecer o entendimento da discussão, neste tópico, faz-se necessário apresentar informações acerca do processo de instauração da UFJF, cuja criação se deu em 23 de dezembro de 1960, por ato do então presidente Juscelino Kubitschek. Os primeiros cursos criados foram Ciências Econômicas, Direito, Engenharia, Farmácia, Medicina e Odontologia. Posteriormente, vieram os cursos de Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Filosofia, Geografia, História e Letras. Entretanto, apenas na década de 1970 foram estabelecidos três institutos de ensino partícipes da Instituição: Instituto de Ciências Exatas (ICE), Instituto de Ciências Biológicas (ICB) e Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL). Na sequência, em 1999, foi criado o Centro de Ciências da Saúde, que reunia os cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Medicina. Em 2006, foram criados o Instituto de Artes e Design (IAD) e a Faculdade de Letras, esta como desmembramento do ICHL que tornou-se Instituto de Ciências Humanas (ICH) (UFJF, 2018a).

Nos dias atuais, sendo reconhecida nacional e internacionalmente por seus padrões de Ensino, Pesquisa e Extensão, a UFJF oferece cursos de graduação, pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*, além dos ensinamentos fundamental e médio, ofertados pelo Colégio de Aplicação João XXIII. A Universidade está inserida, também, na cidade de Governador Valadares, por meio de seu primeiro campus avançado, criado em 2012 – os procedimentos de constituição do campus Governador Valadares, bem como sua estrutura e núcleos integrantes serão esclarecidos em momento oportuno deste trabalho.

Frequentam o campus sede da UFJF, diariamente, cerca de 20 mil alunos, distribuídos em 93 cursos de graduação, 36 programas de pós-graduação, sendo 29 cursos de mestrado, 6 cursos de mestrado profissional e 19 de doutorado. A Instituição oferece, também, ensino a distância a mais de 3 mil estudantes, em polos localizados em diversos estados do país. Em Governador Valadares, em menos de seis anos de atividade, estima-se que mais de 2.500 estudantes estão ou estiveram inseridos nos programas de ensino, entre graduação, mestrado e doutorado (UFJF, 2018b). Em uma visão generalizada, mais de 25 mil estudantes estão alocados na UFJF, em seus dois campi. A partir desse cenário, torna-se importante detalhar o procedimento de adoção ao sistema de cotas pela Instituição, mudança que garante melhorias de condições a milhares de estudantes nos dois campi.

Santos (2016) destaca que as discussões acerca da adesão da UFJF às cotas tiveram início em 2004, por meio de resolução do Conselho Superior, que instituiu uma comissão responsável por discutir e apresentar sugestões para a implantação de uma política de cotas, nos termos do projeto de Lei nº 3.627/2004 do governo federal, que tratava da reserva de vagas em instituições federais de ensino.

A chamada Comissão de Cotas era presidida pelo então diretor do Instituto de Ciências Humanas e de Letras e integrante do Departamento de História da UFJF, prof. Ignácio José Godinho Delgado, e contava com a participação de professores, acadêmicos, sindicalistas, representantes de movimentos sociais e outras entidades estudantis públicas e particulares. No plano de trabalho, constavam audiências para debater temas como os fundamentos éticos e políticos da proposta de discriminação positiva/ação afirmativa, implicações constitucionais da introdução do sistema de cotas nas universidades federais e análise da legislação. Os eventos reuniam a comunidade acadêmica e os integrantes da comissão, em encontros que eram realizados na Universidade, em locais como as unidades acadêmicas e o prédio da Reitoria, por exemplo (ACESSA, 2004).

Dos debates promovidos pela comissão, foi produzida a Resolução nº 16, de 04 de novembro de 2004 (UFJF, 2004), que instituiu o sistema de cotas, considerando a condição socioeconômica do aluno, medida pela permanência em escolas públicas e pela condição étnica. A presente resolução estabeleceu, para o concurso vestibular de 2006, reserva de 30% das vagas, de todos os cursos, para egressos de escolas públicas; para 2007, de 40%; e de 50%, para 2008. O documento instituiu, ainda, dentro deste percentual, uma reserva de 25% de vagas para autodeclarados negros, ou seja, 12,5% do total de vagas da UFJF.

A vigência do sistema se daria por dez anos, a partir do ingresso dos alunos em 2006, com previsão de revisão após três anos de implementação. Dessa forma, o ingresso pelo sistema de cotas na UFJF começou, de fato, nos processos seletivos do ano de 2006.

Segundo Bello (2005), as ações afirmativas têm dois grupos de objetivos a serem atingidos: os mediatos e os imediatos. Figuram entre os objetivos imediatos a inserção de grupos excluídos no ambiente sociável, a partir da implantação da igualdade de oportunidades nos estudos e no trabalho. O autor acrescenta, ainda, aos objetivos das ações afirmativas:

[...] a eliminação das chamadas *glass ceiling* (barreiras artificiais e invisíveis – não institucionalizadas – que obstam a ascensão pessoal e profissional de certas pessoas em virtude da prática de discriminações inconscientes baseadas em conceitos de senso comum pré-formulados acerca de etnias, gêneros, idades e etc) (BELLO, 2005, p.37).

Por outro lado, dentre os objetivos mediatos, podemos salientar a busca pela conscientização da população, através da eliminação e resquícios de superioridade racial ou privilégios oriundos de vantagens aquisitivas, e ainda a redistribuição de renda no sentido de favorecer as classes mais pobres da sociedade. Ao analisarmos a comparação entre os objetivos imediatos e os mediatos, com relação às cotas na UFJF, podemos estabelecer a seguinte lógica: na UFJF, o sistema de cotas cumpre o objetivo imediato das ações afirmativas – inserir grupos excluídos no ambiente acadêmico, enquanto estabelece ações para atingir os mediatos (conscientização social e também convivência igualitária e respeitosa, por exemplo).

O instrumento das ações afirmativas pode ser considerado uma ferramenta instituída para corrigir os históricos problemas de discriminação social no Brasil. Entretanto, vale ressaltar que esse instrumento deve ter caráter temporário, uma vez que não pode representar solução definitiva para os problemas de desigualdade que já assolam e maltratam a sociedade menos abastada e distante socialmente das oportunidades de crescimento.

Segundo Oliven (2007), o planejamento universitário, como campo de pesquisa, precisa trabalhar para responder aos desafios que as políticas de ação afirmativa estão colocando para as universidades brasileiras, no que se refere à inclusão e ao acompanhamento de alunos pertencentes a grupos até recentemente pouco representados nos cursos mais seletivos. Para ela, “[...] o aumento da diversidade nas instituições de educação superior propiciará novos questionamentos quanto à forma como a universidade se relaciona com a sociedade” (OLIVEN, 2007, p.160).

Com o aumento no acesso de jovens negros e de baixa renda ao ensino superior - parcela antes segregada e distante do contato com uma educação de qualidade, a universidade passa a ter papel importante na formação social dos jovens brasileiros. Cada vez mais jovens negros, pobres, índios e homossexuais terão acesso ao conteúdo acadêmico das escolas de nível superior, e, assim, conquistarão mais oportunidades de ocupar espaços na política, na cultura, na saúde e nos demais setores estratégicos e determinantes para o país.

Além de comporem a classe estudantil das universidades, os jovens marginalizados integrantes das minorias sociais serão parte da classe pensante da universidade, que propõe eventos e campanhas de integração, de respeito e de igualdade no ambiente universitário. Esses jovens tendem a estruturar coletivos e grupos de pesquisa, a fim de disseminar continuamente os ideais afirmativos. Frente a tais preocupações Amaral (2013) expõe em seu trabalho a opinião de militantes de três Coletivos Universitários de Diversidade Sexual do estado de Minas Gerais sobre a realização de eventos que busquem a disseminação de ideias afirmativas e políticas de inclusão. Os militantes entrevistados atuam nos coletivos segundo

uma proposta de militância acadêmica, uma produção do conhecimento científico que esteja preocupada com seus impactos na transformação da sociedade.

O trabalho de Amaral (2013) destaca a importância que ações afirmativas universitárias têm para incentivar o pensamento coletivo e a disseminação das noções de igualdade e respeito dentro do ambiente acadêmico. Segundo Amaral (2013), os militantes dos coletivos universitários de diversidade sexual articulam diferentes formas de atuação para o enfrentamento à homofobia nas universidades.

Em seus repertórios de ação eles realizam atividades clássicas de militantes de movimentos sociais L.G.B.T., como protestos, petições e organização de eventos de visibilidade (como a Parada do Orgulho L.G.B.T.). Eles também constroem espaços de debate e diálogo, como debates públicos e engajamento em grupos de discussão e trabalho na formulação de políticas públicas. Essas ações são atravessadas por atividades de cunho acadêmico, como a organização de seminários, congressos e cursos/oficinas de capacitação; marcadas sempre pelo envolvimento por parte de alguns membros em atividades de pesquisa e extensão em parceria com outros grupos das universidades (AMARAL, 2013, p. 251).

As atividades citadas relacionam-se às que acontecem em Juiz de Fora, no campus sede da UFJF. Mais a frente, abordaremos em detalhes algumas das campanhas definidas para a Universidade. Em seu contato com os militantes, o autor coletou informações sobre atividades acadêmicas realizadas no sentido de incentivar a convivência e o respeito às minorias, dentro e fora da universidade.

Entre ações de diálogo construídas dentro e fora das universidades, eles citaram debates públicos com a comunidade acadêmica. A construção de canais de diálogo com a comunidade como um todo é importante, pois permite que os militantes exponham seus pontos de vista, sejam ouvidos/os e ouçam o que a comunidade tem a dizer (YOUNG, 2001, s.p *apud* AMARAL, 2013, p. 252).

Amaral destaca a importância dada para a interação entre academia e militância para a disseminação das políticas de igualdade trabalhadas pelos coletivos. Enquanto as atividades acadêmicas oferecem subsídios teóricos “[...] para se pensar as formas de ativismo, a militância oferece elementos para se considerar de forma crítica o campo das teorias das desigualdades sociais” (AMARAL, 2013, p. 252). Há, portanto, uma via de colaboração mútua, uma vez que a universidade apoia os grupos de pensamento coletivo e esses grupos auxiliam a promoção do pensamento crítico no ambiente acadêmico.

Entre essas ações (que incentivam a diversidade), os coletivos mineiros apontaram as Semanas Universitárias de Diversidade Sexual como momentos importantes dos grupos. Esses eventos são, basicamente, encontros em que se conjugam uma série de atividades (como debates, oficinas, mesas redondas, filmes, etc.) que acontecem ao longo de uma semana dentro das universidades e possuem a temática da diversidade sexual como norteadora. Eles marcam esses eventos como pontos cruciais na trajetória dos grupos pelo impacto que elas provocaram na universidade ao dar visibilidade para essa temática (AMARAL, 2013, p. 253).

Diante dos relatos apresentados, é possível compreender os desdobramentos de ações inclusivas realizadas no ambiente acadêmico. Na sequência, exploramos um pouco do que é realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora no sentido de promover a diversidade, a inclusão e o respeito.

1.3 A DIRETORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DA UFJF

Criada em 2014, a partir da Portaria nº 1.172, de 15 de setembro de 2014 (UFJF, 2014), a Diaaf da UFJF está vinculada ao Gabinete do Reitor. Atualmente, o diretor da Diaaf é o Prof. Dr. Julvan Moreira de Oliveira, que conta com ouvidoria especializada da Profa. Dra. Cristina Simões Bezerra, nomeada para o cargo em agosto de 2018, em decorrência da aposentadoria da então ouvidora Profa. Dra. Vânia Maria Freitas Bara. Sua criação se deu mediante a necessidade de promover estruturas institucionais para a implementação e o acompanhamento de políticas sociais voltadas às ações afirmativas na UFJF, envolvendo não só discentes, mas docentes e técnico-administrativos em Educação da Instituição⁸.

Segundo o sítio institucional da UFJF, compete à Diaaf:

[...] estabelecer diretrizes que permitam a contextualização das ações da comunidade universitária frente à Política de cotas para o ingresso no ensino superior, em cursos de graduação, determinada pela Lei n. 12.711 de agosto de 2012; adotar estratégias técnicas e político-institucionais que visem o acompanhamento dos grupos de alunos cotistas, mediante o levantamento de dados diversos e o incentivo de oferta de políticas institucionais a serem mobilizadas por órgãos e agentes públicos da UFJF e da sociedade em geral; constituir e articular ações próprias à sensibilização e mobilização da comunidade universitária para a convivência cidadã e social com as diversas realidades que presentes na diversidade social (correlacionadas à gênero e sexualidade, à etnia, à tradição das culturas, e à vulnerabilidade socioeconômica) atuando especialmente na diretriz da discriminação positiva, em todos os segmentos da Universidade; fomentar e consolidar o cuidado e

⁸Esclareço ao leitor que em outubro de 2017, época da escrita desse texto a equipe da Diaaf era formada pelo diretor Prof. Dr. Julvan Moreira de Oliveira, dois intérpretes de Libras, dois assistentes administrativos, uma ouvidora (Profa. Dra. Vânia Maria Freitas Bara), uma psicóloga e uma terapeuta ocupacional, basicamente a mesma de sua formação original.

atuação no campo da acessibilidade física e psicológica das pessoas integrantes da Universidade, propiciando sua convivência integrada na comunidade universitária, e assessorar órgãos diversos no planejamento e programação de ações que apontem para a atenção à vivência da diversidade na Universidade (UFJF, 2017a, n.p.).

No contexto de mobilizar a comunidade acadêmica para promover uma convivência cidadã e social com as diversas realidades presentes no campus, é possível compreender parte da atuação da comunicação comunitária na UFJF. No sentido de incentivar as práticas sociais e a convivência respeitosa dentro e fora do campus, as ações da Comunicação visam a disseminar os valores de diferentes grupos e a importância do respeito às diferentes condições e situações do cotidiano. A Diaaf, através do trabalho realizado na UFJF, reforça a possibilidade de acesso e permanência de diferentes realidades em um mesmo ambiente. A atuação dos grupos de conversa, dos movimentos estudantis e dos coletivos de discussão na UFJF permite que a temática das ações afirmativas se dissemine, atinja cada vez mais pessoas e reforce sua importância no meio acadêmico.

Miani (2011) complementa o raciocínio pontuando a relação entre os materiais da comunicação comunitária e sua importância na comunidade. Para ele, as produções de comunicação estão diretamente relacionadas com os interesses da comunidade, “[...] neste sentido, os conteúdos são mais dirigidos e focalizados para atender à demanda de informação e conhecimento de cada um dos indivíduos e do coletivo ao mesmo tempo” (MIANI, 2011, p. 230).

Além de trabalhar para disseminar políticas de incentivo à reflexão da igualdade e do respeito mútuo entre todos os integrantes da comunidade acadêmica, a UFJF se empenha em garantir que pessoas que se sintam prejudicadas tenham um canal de apoio para solucionar as situações de desrespeito, violência e discriminação. Esse suporte é realizado através da atuação da Ouvidoria Especializada.

A Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas tem como funções:

Receber denúncias e depoimentos a respeito das situações de discriminação, preconceito, violência e opressão vivenciadas no ambiente universitário, garantindo o sigilo dos (as) envolvidos (as); realizar o acolhimento e o encaminhamento para serviços de atendimento especializado no interior da UFJF ou na rede pública; dar apoio e orientação aos membros da comunidade acadêmica da UFJF, vítimas de discriminação, preconceito, violência e opressão ou em situação de vulnerabilidade social, jurídica e psicológica; sistematizar dados com vistas a subsidiar a formulação de novas políticas de ações afirmativas e apoio à diversidade pela gestão da UFJF, e articular-se sistematicamente com a Ouvidoria Geral da UFJF, no processo

de acolhimento e encaminhamento dos assuntos referentes às ações afirmativas (UFJF, 2017b, n.p.).

Em conjunto com as atividades promovidas pela Diaaf, a Ouvidoria Especializada tem como função receber as demandas dos estudantes, terceirizados, Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) e professores da UFJF. Qualquer integrante da comunidade acadêmica que tenha se sentido vítima de discriminação, preconceito, violências ou opressões no ambiente universitário pode procurar a ouvidoria e relatar a situação. Além de receber as demandas, o setor promove o acompanhamento das denúncias e oferece assistência psicopedagógica durante todo o processo.

A Ouvidoria Especializada foi instituída em maio de 2016, a partir de proposta da administração superior ao Conselho Gestor da UFJF. Entre os objetivos de sua criação estavam melhorar as políticas de identificação, apoio e prevenção a casos de violência de quaisquer gêneros.

As campanhas afirmativas da UFJF são realizadas pela Diaaf com o apoio da Imagem Institucional da UFJF. É importante promover o entendimento das funções de um setor de Imagem Institucional, bem como sua importância na construção de uma boa relação entre a Instituição e seus públicos-alvo. A fim de conceituarmos o termo “Imagem Institucional”, utilizaremos os conceitos de Rabaça e Barbosa (2002) e Argenti (2011). A Imagem de uma instituição é a percepção que seu(s) público(s) alvo(s) tem sobre seus serviços e sua colocação na sociedade. Construir e manter uma boa imagem institucional são ações importantes na reputação de qualquer empresa, instituição ou órgão.

Segundo Argenti (2011, p. 64), “[...] imagem é a empresa vista pelos olhos de seu público. Uma organização pode ter diferentes imagens perante diferentes públicos”. A imagem, neste caso, é a colocação da empresa frente aos seus *stakeholders*, ou públicos de interesse. De acordo com Rabaça e Barbosa (2002, p. 377), a imagem é um:

Conceito ou conjunto de opiniões subjetivas de um indivíduo, do público ou de um grupo social, a respeito de uma organização, empresa, produto, marca, instituição, personalidade etc. [...] A imagem pode ser avaliada mediante técnicas de pesquisa e eventualmente modificada ou reforçada por técnicas e campanhas de relações públicas, de marketing e de propaganda.

Dessa forma, podemos compreender a importância da imagem institucional para o posicionamento da UFJF junto à sociedade e à comunidade acadêmica. Por meio das campanhas produzidas, a Instituição reforça seus princípios de igualdade e de respeito.

Ciente de suas obrigações políticas, entendidas aqui como forma de se posicionar nas ações cotidianas, a UFJF, em conjunto com a Diaaf, promove ações para mobilizar e sensibilizar a comunidade no contexto das ações afirmativas. Para exemplificarmos, traçamos um panorama das principais atividades já realizadas pela Diaaf na UFJF. Elencaremos na sequência alguns dos eventos promovidos na Universidade no sentido de disseminar políticas igualitárias e de respeito coletivo.

A Diaaf atua em parceria com as pró-reitorias, favorecendo a criação e o acompanhamento de ações voltadas à inserção e socialização de todos os públicos que compõem a Universidade. Os projetos da Diaaf abrangem grupos como a população negra; LGBTTI; pessoas com deficiência e pessoas com vulnerabilidade social. Além disso, a diretoria visa a garantir uma melhor relação entre todos os públicos presentes no ambiente institucional; dessa forma, além de garantir espaço para que todas as ‘vozes’ da UFJF sejam ouvidas, a Diaaf trabalha para que as relações interpessoais aconteçam de forma a respeitar o espaço individual e as realidades de cada um.

As demandas por ações e campanhas surgem por diversas vias: espontânea de discentes, docentes e TAEs, e também a partir de diálogos com outros setores, como a Imagem Institucional, a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, grupos de pesquisas, coletivos, entre outros.

De forma a contextualizar as ações da Diaaf e exemplificar sua atuação junto à UFJF, cito aqui alguns dos eventos e ações já realizados na Instituição. Um dos públicos atingidos pelos projetos da Diaaf é o de novos estudantes da UFJF. Em meio às recepções de calouros, a diretoria realiza o projeto “Acolhimento acadêmico: uma estratégia de inclusão para discentes com necessidades educacionais específicas”.

Segundo o portal da UFJF, a ação tem como objetivo propor estratégias pedagógicas e institucionais para que aluno com necessidades educacionais específicas possam ter as mesmas oportunidades de acesso ao aprendizado na Universidade. Essa acessibilidade acontece por meio de uma assistência psicopedagógica, seguindo as demandas individuais e coletivas. Neste caso, o acompanhamento ao discente é agendado via telefone ou e-mail.

Além da recepção e acolhida aos estudantes com necessidades educacionais específicas, também é importante a organização de eventos para acolhida dos calouros na Universidade. O início da vida acadêmica representa um momento de mudanças na vida do jovem, que, muitas vezes, tem que se mudar de cidade para as aulas e conviver com uma realidade diferente da que tinha costume.

Segundo o portal da UFJF, em 2015, dos 1.488 aprovados pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), 750 eram oriundos de outras cidades, o que representa um percentual de 50,4%. Entre os estudantes que se mudaram para Juiz de Fora, havia representantes do estado de Minas Gerais, das cidades de Belo Horizonte (34), Barbacena (32), Santos Dumont (25) e Ipatinga (21), e do Rio de Janeiro, como Petrópolis (18), e de São Paulo, incluindo a capital (19) e São José dos Campos (16) (UFJF, 2015b).

A primeira campanha desenvolvida em *banners* pela Diaaf na UFJF ocorreu em 2014, ano de criação da Diretoria, com a temática de Intelectuais Negros e Negras⁹. Destacou nomes como Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva – destacada na figura abaixo, Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes, Jurema Pinto Werneck, Adenilde Petrina Bispo, Francisco Solano Trindade e Maria Stella de Azevedo Santos.

Figura 1 – Outdoor no campus sede que expõe campanha da Diaaf/UFJF.



Fonte: Grupo NEAB(2015)¹⁰.

⁹Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=951808601551985&set=pcb.1012489022106823&type=3&theater&ifg=1>. Acesso em 30 nov. 2017.

¹⁰Imagem disponível em <

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=951808601551985&set=pcb.1012489022106823&type=3&theater&ifg=1>> Acesso em 24 ago. 2017.

Nos anos seguintes, mais ações foram promovidas na UFJF no sentido de combater o preconceito racial e estimular o pensamento sobre o assunto. Em 2015, foi criada a campanha “Quantos professores negros você tem?”, com a *hashtag* #nãoécoincidência. A ação viralizou nas redes sociais, não só nas páginas relacionadas à UFJF, mas em sites como Extra (2016), Portal Áfricas (2016), *Hypeness* (2016), entre outros. Ao todo, foram mais de 32 mil curtidas e sete mil compartilhamentos na postagem original realizada na *fanpage* da UFJF no Facebook.

Conforme pode ser visto na Figura 2, diversos *banners* foram espalhados por todo o campus com a mesma mensagem: “Quantos professores negros você tem?”. As imagens traziam profissionais da UFJF, docentes que atuam em diversos departamentos da Universidade.

Figura 2 – Outdoor que expõe campanha da Diaaf/UFJF



Fonte: UFJF (2016a).

Já em 2016, a campanha “Por que a gente te incomoda?” foi amplamente compartilhada nas redes sociais por levantar questões que indagam a origem do preconceito

nas pessoas. A ação foi pensada em celebração ao Dia Internacional contra a Homofobia, comemorado em 17 de maio. A campanha se inseriu na semana de combate à LGBTTIfobia, juntamente com debates e palestras que visavam a fomentar a discussão a respeito do tema.

A semana de combate à LGBTTIfobia foi realizada pelo Grupo de Pesquisa em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade¹¹, da Faculdade de Educação da UFJF, pelo Coletivo da Diversidade Sexual e de Gênero Duas Cabeças¹², pelo Diretório Acadêmico Benjamin Colucci, da Faculdade de Direito, com apoio das diretorias de Ações Afirmativas e Imagem Institucional.

A ação foi divulgada em diferentes sites como o Catraca Livre (2016) e o Uol (BRAGON, 2016). Nas imagens exibidas em todo o campus, transexuais, gays, lésbicas e integrantes dos coletivos citados exibiam a questão “Por que a gente te incomoda?”, como pode ser visto na figura 3.

Figura 3 – Material de divulgação de campanha da Diaaf/UFJF



Fonte: UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora (2016)¹³.

¹¹Grupo integrante do Programa de Pós-graduação em Educação da UFJF, que visa a desenvolver atividades tendo como foco as temáticas de estudo de gênero e sexualidade em articulação com outras categorias de análise como corpo, geração, classe, raça, etnia e religião. (UFJF, 2017c)

¹²Grupo para discussão de assuntos relacionados à diversidade sexual, que iniciou suas atividades em 2014 na UFJF. (COLETIVO DUAS CABEÇAS, 2017).

¹³Disponível em:

<<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.1172091196155566.1073742021.184067934957902&type=1&l=9f14fb30cc>>. Acesso em 24 ago. 2017.

Além das imagens, a UFJF divulgou um vídeo¹⁴, no qual aparecem todos os participantes da sessão de fotos, em uma espécie de manifesto. No material, é apresentada a seguinte mensagem em voz: “Por que eu te incomodo? Por que a gente te incomoda? É o nosso amor? É a nossa vida? É o quê? O que te faz sentir isso? Por quê? Por que você acha que temos algo de errado? Somos como você, como qualquer um. Somos eu, você, nós. Por que te incomoda?”. Em agosto de 2017, o vídeo contabilizava 2.890 visualizações.

Na *fanpage* da UFJF, foi criado um álbum com nove imagens da campanha. Entre os principais comentários positivos, estão: “Emocionante! Parabéns demais equipe, que brilho, que sensibilidade. Não tenho palavras pra definir o que senti ao ver isso” (ANTÔNIO. Comentário realizado no Facebook em 16 maio 2016)¹⁵, com 70 curtidas; e, com 26 curtidas o comentário:

UFJF, parabéns pela campanha! Aos alunos e funcionários (servidores e agentes públicos) obrigada por protagonizarem uma campanha maravilhosa. Aos grupos de pesquisa e DAs/CAs, obrigada pela atuação imprescindível (MARIA. Comentário realizado no Facebook em 16 de maio de 2016):

Com 52 curtidas, um comentário gerou certo debate, uma vez que questiona a postura das minorias quanto ao preconceito:

Vocês não incomodam nada! O que incomoda é que ficam pensando que são parte de uma minoria oprimida e merecem algum benefício, por conta disso. No momento que o vitimismo acabar e começarem a pensar que são homens, mulheres.. seres humanos uns iguais aos outros, essa "diferença" acaba. Ninguém tem direitos maiores ou diferentes que os outros. Cada qual deve respeitar o próximo e o seu devido espaço. Um cara vai com a camisa do Bolsonaro sei lá onde e é hostilizado como nunca vi alguém ser hostilizado em publico antes. Estando esse, pacificamente parado. A opressão, tá dentro de vocês mesmo. Tratem de agir como seres humanos normais, tipo, desprendam essas correntes imaginárias e essas bolas de aço amarradas às pernas que só vocês acham quem carregam, e o mundo de vocês COM CERTEZA vai melhorar (PEDRO. Comentário realizado no Facebook em 17 de maio de 2016).

Consideramos relevante expor neste trabalho as diferentes posturas adotadas pelos internautas na *fanpage* da UFJF, bem como apresentar suas análises acerca das campanhas e seu posicionamento, seja contrário ou favorável, às ações de comunicação. A partir da exposição dos diferentes pontos de vista dos usuários do Facebook, podemos ver de que

¹⁴Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=q6MK8W2p3i0>>. Acesso em 24 ago. 2017.

¹⁵ Optamos por manter o anonimato do sujeito, portanto, os nomes utilizados são fictícios. Esclarecemos ao leitor que para os comentários do Facebook adotaremos esse procedimento.

forma as campanhas de ações afirmativas da UFJF são recebidas pela comunidade. Na sequência do trabalho, apresentaremos comentários referentes a demais postagens relativas a campanhas afirmativas da Universidade.

Dando continuidade à apresentação das principais atividades da Diaaf em conjunto com a Imagem Institucional, temos a participação em uma mostra artística. Em novembro de 2016, mês em que comemora-se o Dia da Consciência Negra, a Diaaf esteve presente na organização e também na realização de eventos e manifestações institucionais sobre a consciência racial (UFJF, 2016b). Foi realizada na UFJF a mostra fotográfica “AfroBrasilidades”, destacada na foto abaixo, em parceria com a Creche Municipal Leila de Mello Fávero, localizada em Juiz de Fora. Na ação, foi possível desenvolver com as crianças fotografadas e suas famílias a discussão sobre a cultura negra, o preconceito e a igualdade racial. A atividade foi realizada novamente em 2017.

Figura 4 – Material de divulgação de campanha da Diaaf/UFJF



Fonte: UFJF(2016a).

Outra ação estruturada pela diretoria foi a recepção aos calouros dos cursos de graduação presencial do segundo semestre de 2017, a UFJF promoveu uma programação especial, que contou, além da fala oficial do reitor Marcus David, com a participação da *drag queen* Femmenino.

A personagem é interpretada pelo estudante do Bacharelado em Artes e Design, Nino de Barros. Femmenino foi responsável por conduzir o evento, informando aos calouros, de forma bem-humorada, as orientações referentes à UFJF, bem como o funcionamento dos setores, as oportunidades de serviços dedicados à comunidade acadêmica e as ofertas de bolsas concedidas pela Instituição. Nino também é integrante da equipe responsável pelo programa “Na hora do lanche¹⁶”, material produzido pela Diretoria de Comunicação da UFJF para tratar de temas atuais, irreverentes e polêmicos, bem como para ouvir a opinião da comunidade acadêmica da UFJF. Em notícia publicada no dia 28 de julho, no site da Universidade, que divulgou a recepção dos calouros com a participação de Femmenino, o estudante explicou a importância da participação “porque desconstrói os padrões estéticos vigentes. O primeiro contato dos calouros com uma *drag queen* já abre as portas para que conheçam o perfil da universidade na qual estão ingressando” (UFJF, 2017j).

Femmenino, porém, integrou uma polêmica envolvendo a UFJF e a sociedade juizforana, em finais de 2017. Durante a edição do “Na hora do lanche¹⁷” em comemoração ao Dia das Crianças, o personagem visitou estudantes do Colégio de Aplicação João XXIII para debater, entre outros assuntos, o que seriam brinquedos adequados a meninas e a meninos. Na ocasião, as crianças concluíram em coro que separar os presentes de acordo com o gênero da criança é “preconceito”. O vídeo foi realizado e divulgado pela equipe da Diretoria de Imagem Institucional da UFJF.

Com mais de 3.700 compartilhamentos no Facebook e mais de 11 mil reações à postagem da UFJF¹⁸, o vídeo dividiu opiniões a favor e contrárias à ação. A postagem na *fanpage* da Instituição rendeu diversos comentários, baseados em inúmeras opiniões, em concordância ou discordância com a ação da UFJF.

Comentários preconceituosos e que incitassem a violência foram excluídos pela administração da página, que postou a seguinte mensagem:

Prezados e prezadas, apreciamos a discussão de ideias. As manifestações a respeito do vídeo certamente serão objeto de discussão e análise pelos responsáveis. Mas comentários homofóbicos, que contenham palavrões, injúria ou firam a política de comentários da página serão excluídos (ou escondidos automaticamente pelo Facebook). Temos cópia de todos eles para não haver dúvidas sobre o procedimento adotado, como a exclusão das manifestações "tem de fuzilar", "poderia jogar gasolina no próprio

¹⁶Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wjepdtr1MSg>>. Acesso em: 06 set. 2017.

¹⁷Disponível em: <<https://www.facebook.com/UFJFoficial/videos/1691393580891989/>>. Acesso em: 20 out. 2017.

¹⁸Conforme contagem realizada em novembro de 2017.

corpo. #VaiTerDragSim” (UFJF, Comentário realizado no Facebook em 2017).

A mensagem transcrita teve 1.700 reações ‘amei’, 1.100 curtidas e 119 reações contrárias. Entre as respostas a esse comentário da UFJF, podemos selecionar as seguintes:

Jesus vai fazer a justiça! Nessa hora é que veremos quem tava com a verdade haha. Por enquanto sou totalmente contra esses ativismos gays esse esforço de querer ensinar ideologia de gênero (isso é uma aberração) (JUNIOR. Comentário realizado no Facebook em 17 de outubro de 2017).

UFJF lixo comunista (VINICIUS. Comentário realizado no Facebook em 13 de outubro de 2017).

Nossa, a que nível intelectual, educacional chegamos ??? Tô passada a ferro! Isso é Universidade Federal???? Socorro!!!! Vai ter Drag sim?! Vai ter mais o que??? Quero saber em termos educacionais. Muda o foco gente, já tá chato. Educadores, abram verdadeiramente as cabeças !!! Estão bitolados e chatos. Não pensam em outra coisa. Daqui a pouco não vão saber quanto é 2 mais 2. Tá por aí o nível”, (MARIANA. Comentário realizado no Facebook em 14 de outubro de 2016).

[...] e também “Aproveitem. 2018 tá aí ! E a libertinagem e a doutrinação gayzista está com os dias contados” (RAFAEL. Comentário realizado no Facebook em 12 de outubro de 2017).

Na página, existem, em contrapartida, centenas de comentários favoráveis, que defendem a UFJF, tais como os seguintes:

Os pais e mães que colocam os filhos no colégio de aplicação sabem, ou deveriam saber, que é uma escola que oferece um ensino plural e igualitário. Se você ta achando ruim que seu filho ou filha aprenda a respeitar os outros e a ser livre, é simples: coloca em outra escola e deixa a vaga pra outra criança (MARCELA. Comentário realizado no Facebook em 12 de outubro de 2017).

E ainda, de autoria da mesma pessoa do comentário anterior: “A longo prazo a gente vai viver numa sociedade que não exclui ninguém. Que reconhece todo mundo. Vai ser maravilhoso demais” (MARCELA. Comentário realizado no Facebook em 12 de outubro de 2017).

Analisando os comentários, as inúmeras respostas, diversas ofensas destiladas à UFJF, à comunidade LGBTTI, e também as defesas promovidas a essas minorias, a impressão que fica é que ainda falta muito a se fazer para disseminar o respeito, não só na comunidade acadêmica, mas também fora dela. Enquanto criticam a postura da UFJF, muitas pessoas

ofendem as minorias LGBTTI, ofendem a equipe que idealizou e realizou a campanha, e, sobretudo, não reconhecem a alteridade e atacam com argumentos virulentos.

Percebemos assim, de certa forma, que as ações afirmativas, sobretudo relativas a esses grupos minoritários, geram comentários que passam do simples debate político institucional para beirar os pessoais. Em uma sociedade marcada, profundamente, por segregações sociais e culturais, os comentários tornam-se exemplares para mostrar a permanência de certa forma de pensar esses grupos, sendo necessário o posicionamento institucional para garantir representatividade política e social, e, sobretudo, a manutenção do respeito.

A série de reações a favor e contrárias à campanha da UFJF não ficou restrita ao Facebook; em meio a diversas moções de apoio e de repúdio, destacam-se as do Colégio de Aplicação João XXIII e da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Em nota (Anexo B) o João XXIII apoiou a ação da UFJF e destacou que em sua ação pedagógica não há qualquer elemento de doutrinação, mas de construção de uma autonomia e de um respeito às capacidades de entendimento dos estudantes. A administração do colégio ratificou o compromisso assumido com uma educação de qualidade, que estimule também a formação de cidadãos comprometidos com o respeito, com a justiça e com o desenvolvimento social.

A Câmara dos Vereadores de Juiz de Fora, porém, aprovou em seção realizada no dia 24 de outubro, por 10 votos contra sete, e uma abstenção, a moção de repúdio ao Colégio João XXIII e à UFJF. As opiniões contrárias ao vídeo tiveram início após o conselheiro tutelar Abraão Fernandes protocolar no Ministério Público Federal um pedido de providência sobre o vídeo da UFJF. Segundo o conselheiro, a fala de Femmenino, no vídeo, desrespeita o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Plano Municipal de Educação. O episódio destaca a necessidade de se discutir políticas afirmativas no sentido de mobilizar a sociedade, para além dos muros da UFJF. As imagens, a genuína felicidade das crianças, e sua desenvoltura em um assunto que deveria ser normal, destacam ainda mais a urgência em se inserir políticas de não-discriminação na sociedade contemporânea. A UFJF, contudo, mesmo após sucessivas críticas da sociedade e de usuários da rede, manteve seu posicionamento no sentido de fomentar políticas afirmativas e o debate de ideias.

Retomando as campanhas publicitárias, outra ação da Diaaf, no segundo semestre de 2017, foi a campanha “Respeite Todas as Mulheres”. Esta se deve à comemoração, no dia 19 de agosto, do Dia do Orgulho Lésbico, e, em 29 de agosto é comemorado o Dia da Visibilidade Lésbica. Durante a comemoração das datas neste ano de 2017, foi lançada uma campanha de Visibilidade Lésbica, divulgada com a *hashtag* #somostodaslesbicas. Nos

materiais, distribuídos e exibidos em banners pela Universidade, integrantes de toda a comunidade acadêmica (discentes, docentes e TAEs) protagonizaram fotos ao lado de outras mulheres também da Instituição. A ação foi realizada em parceria com o coletivo Flores Raras¹⁹, um Grupo de Estudos e Pesquisa Educação, Comunicação e Feminilidades. A constituição desse material pode ser visualizada na figura 5.

Figura 5 – Material de campanha da Diaaf/UFJF



Fonte: UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora (2017)²⁰.

Na *fanpage* da Instituição no Facebook, foi publicado um álbum com cinco imagens da campanha. Entre os principais comentários estão dois que acenam positivamente à ideia da UFJF: “Que orgulho de ter feito parte da UFJF, precisamos de mais universidades assim”, e também “Muito orgulho por ter estudado na UFJF!!! Parabéns pela campanha lindíssima!” (THAÍS. Comentário realizado no Facebook em 31 de julho de 2017, 2017).

Por outro lado, o seguinte comentário nos demonstra outro ponto de vista, dessa vez questionando os métodos utilizados:

¹⁹Grupo de estudos composto por professoras e alunas da UFJF e de outras instituições, organizadas em duas linhas de pesquisa: Movimentos Sociais, Políticas Públicas, Educação e Cidadania, Relações de Gênero, Socialização, Comunicação e Democracia (UFJF, 2017l).

²⁰Disponível em: <<https://www.facebook.com/UFJFoficial/posts/1612096042155077>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

Muito importante a UFJF fazer essa campanha, só achei desnecessário colocar bi e héteros, pois a mulher hétero não sabe o que é ser lésbica e pra que colocar a orientação de cada uma no cartaz? Sendo que a proposta, pelo que entendi, é somos iguais "#somostodaslesbicas". Tenho orgulho sim de ter formado pela UFJF, acho que é uma das poucas universidades que apoiam a diversidade, mas como lésbica, não me senti 100% representada e nem com visibilidade (FLÁVIA. Comentário realizado no Facebook em 1º de agosto de 2017).

Assim, vemos que as atividades realizadas pela Diaaf visam à promoção do debate, da conscientização e do combate ao preconceito de qualquer natureza, seja ele baseado em questões étnico-raciais, de gênero ou religião.

As campanhas apresentadas demonstram parte das ações realizadas em Juiz de Fora no sentido de incentivar a tolerância, o respeito e a diversidade entre os grupos pertencentes à comunidade acadêmica do campus sede. Cerca de 450 km distante de Juiz de Fora, está localizado o campus avançado da UFJF na cidade de Governador Valadares, instituição em desenvolvimento há cinco anos, que será apresentada a seguir.

1.4 O CAMPUS AVANÇADO DE GOVERNADOR VALADARES

A Universidade Federal de Juiz de Fora está presente em duas cidades de Minas Gerais, são elas: Juiz de Fora, onde está localizada a sede da UFJF, e Governador Valadares, cidade que abriga o campus avançado da Instituição.

Localizada no Vale do Rio Doce, na região leste de Minas Gerais, Governador Valadares ocupa área de 2.342,319 km² e possui aproximadamente 280 mil habitantes. Além das populações urbana e rural da cidade, GV possui também comunidades indígenas²¹ que totalizam cerca de 335 pessoas, segundo o Censo de 2010. Segundo o Cedefes (2017), na região de Governador Valadares existem populações como Krenak, Pataxó e Maxakali. Especificar essa questão indígena na cidade do campus avançado da UFJF é fundamental, uma vez que essa população é um dos grupos a quem podem ser direcionadas ações afirmativas.

Em Governador Valadares os Krenak têm sua origem no município de Resplendor, na região Leste de Minas Gerais. Atualmente são cerca de 70 famílias que totalizam 270 índios, habitantes da margem esquerda do Rio Doce, na zona rural do município de Resplendor, nu-

²¹No Estado de Minas Gerais há atualmente doze etnias indígenas espalhadas em dezessete territórios diferentes. São elas: Maxakali, Xakriabá, Krenak, Aranã, Mukuriñ, Pataxó, Pataxó hã-hã-hãe, Catu-Awá-Arachás, Caxixó, Puris, Xukuru-Kariri e Pankararu. Existem aproximadamente 15 mil indivíduos distribuídos no Estado de Minas Gerais.

ma reserva de quatro mil hectares. Os Krenak representam a nação dos chamados 'Botocudos', nome com o qual os portugueses pejorativamente os designavam, em referência aos adornos usados nas orelhas e nos lábios, ou 'Borum' - termo que significa 'gente', em língua indígena. A expressão Krenak significa cabeças da terra, uma vez que *Kren* é cabeça, e *nak* significa terra. Já a população Pataxó também é grande nas regiões urbanas de Minas Gerais e em Governador Valadares há um grupo de aproximadamente vinte pessoas que vivem no distrito de Pontal. Os Maxakali estão situados no nordeste de Minas Gerais, entre os vales do Mucuri e do Jequitinhonha. Por preservar sua língua e tradições originais, eles são considerados símbolo de resistência indígena no estado. Atualmente, vivem nas aldeias de Água Boa, no município de Santa Helena de Minas; aldeia de Pradinho e Cachoeira, no município de Bertópolis; aldeia Verde, no município de Ladainha e no distrito de Topázio, no município de Teófilo Otoni, a 138 km de Governador Valadares.

Nessa realidade contextual foi feita a proposta de implantação do campus avançado em Governador Valadares. Essa foi aprovada na reunião do Conselho Superior (CONSU) da UFJF em 16 fevereiro de 2012 (UFJF, 2012b) e as atividades no campus avançado da UFJF tiveram início em 2012, com cerca de 750 vagas oferecidas anualmente.

As obras do campus da UFJF em Governador Valadares foram orçadas inicialmente em cerca de 100 a 120 milhões de reais (UFJF, 2012a). A área a ser construída abrangia um total de 53,2933 ha (cinquenta e três hectares, vinte e nove ares e trinta e três centiares). Entretanto, apenas as ações iniciais de implantação da infraestrutura física do terreno custaram cerca de 61 milhões de reais, de acordo com o anteprojeto de implantação do campus avançado.

Conforme estudos de Vasconcelos (2018), para viabilizar o início das atividades em Governador Valadares, foram alugadas as instalações do prédio da Faculdade Pitágoras, no centro da cidade. A proposta apresentada à comunidade acadêmica era de construir um campus próprio em um prazo de até dois anos. Porém, devido a irregularidades no processo licitatório e posteriores ajustes no contrato da obra, o prazo de construção teve de ser ampliado.

As obras civis a serem realizadas no terreno do campus foram licitadas em 2012 por R\$ 141.513.927,79 (BRASIL, 2014), valor superior ao orçamento total previsto inicialmente para o campus; discrepância que deu início a uma série de inviabilizações para a obra. Com a recente crise econômica pela qual o país tem passado, houve interrupção do repasse de verbas para a construção do campus. Na sequência, ocorreu a suspensão do contrato e posterior rescisão com a construtora inicialmente contratada. Dessa forma, atualmente as obras estão

paralisadas, e as atividades da UFJF-GV são realizadas apenas em locais alugados. Até o presente momento, não há previsão para a retomada das obras do campus avançado. A Universidade divulgou, em junho de 2018, a abertura de edital para contratação de empresa a fim de iniciar as obras de construção do novo prédio dos cursos de Farmácia e Nutrição do campus Governador Valadares (UFJF, 2018d). Os prédios, entretanto, não serão construídos no terreno doado à UFJF-GV para se estabelecer o campus avançado.

Inicialmente, em 2012, locando parte das instalações do Pitágoras, a UFJF-GV oferecia nove cursos de graduação à população (Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição e Odontologia). Em março de 2014, o campus avançado passou a ofertar, também, o curso de Educação Física. Com a expansão das atividades, foi preciso locar mais instalações na cidade para abrigar os cursos da Universidade. Assim, a UFJF-GV instalou-se, também, na Universidade Vale do Rio Doce (Univale).

Em agosto de 2017, após o fim do contrato de locação com a Univale, a UFJF-GV passou a oferecer suas atividades também na Faculdade de Administração de Governador Valadares (FAGV) e na Faculdade Presidente Antônio Carlos (Unipac), duas outras faculdades de Governador Valadares. Com as mudanças, o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), onde acontecem as graduações das áreas sociais, está localizado no interior do Pitágoras, enquanto o Instituto de Ciências da Vida (ICV), responsável pela oferta dos cursos da saúde, está dividido entre instalações na Unipac e também no Pitágoras, onde funciona o Departamento Básico.

Dessa forma, diante da inexistência de um campus físico de propriedade da UFJF, o campus avançado se divide em dois institutos e três sedes, nos quais estão lotados estudantes, servidores técnico-administrativos e professores da Instituição. A falta de uma sede própria é um problema com o qual a comunidade acadêmica convive há cinco anos.

Desde o início das atividades até abril de 2014, o campus avançado ficou sob gestão do professor Carlos Elísio Barral Ferreira, que, à época, era Pró-Reitor Adjunto de Planejamento. Seu sucessor, professor Rubens de Oliveira, então Assessor de Gabinete da Reitoria, ficou na gestão até a oficialização do cargo de diretor do campus avançado pela UFJF.

A oficialização ocorreu em 2014, após a eleição do reitor Júlio Maria Fonseca Chebli. O novo reitor, após assumir o cargo, promoveu mudanças na organização do campus avançado e indicou como primeiro diretor o professor Flávio Iassuo Takakura, que acumulou

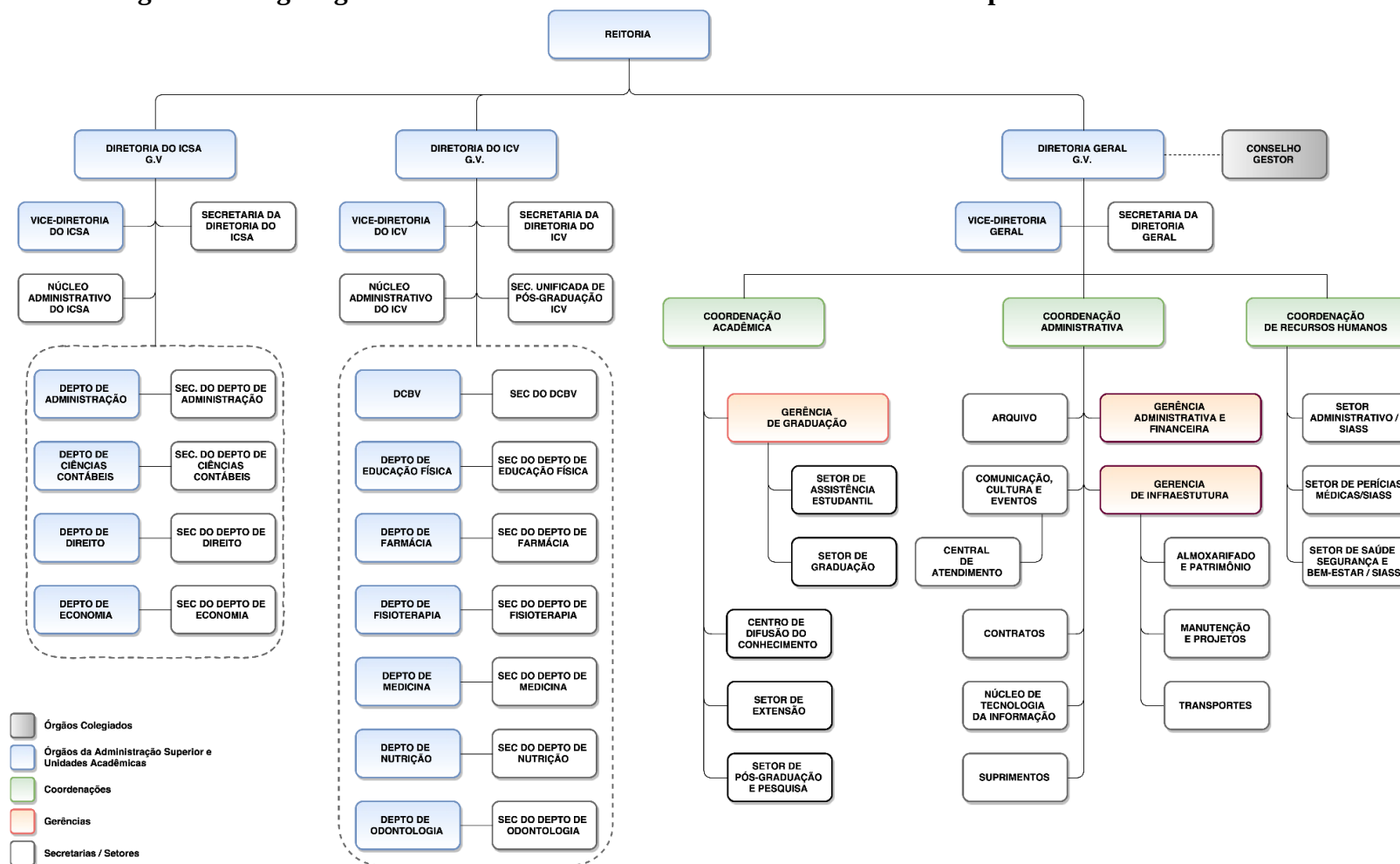
ainda a direção do Centro de Educação a Distância da UFJF (Cead) e a Diretoria de Gerenciamento de Projetos da UFJF.

Em maio de 2015, então, Flávio Takakura foi substituído pelo diretor *pró-tempore* Peterson Marco de Oliveira Andrade (UFJF, 2015a). Peterson continuou na gestão interina do campus avançado até a realização das primeiras eleições para diretor e vice-diretor da UFJF-GV, em agosto de 2016. Após eleições diretas, nas quais estudantes, docentes e técnico-administrativos votaram, Peterson Andrade e Fábio Pieri foram eleitos pela chapa única, “Juntos por GV”, como diretor e vice do campus avançado na gestão 2016-2020 (UFJF, 2016c).

A chapa vencedora obteve 96% dos votos entre os estudantes que compareceram às urnas contra 4% de brancos ou nulos. Já entre docentes e servidores técnico-administrativos, Peterson e Fábio obtiveram 82,3% dos votos contra 17,7% de brancos ou nulos. A atuação dos setores da UFJF-GV, bem como sua disposição no planejamento da Instituição, estão definidas no organograma do campus avançado. O documento contém a estrutura organizacional da Instituição, sendo essencial para compreender quais setores respondem a determinadas chefias, de onde saem as principais decisões que influenciam o caminho do campus e demais questões de hierarquia relacionadas. O organograma da UFJF-GV pode ser visto na figura 6.

No organograma da UFJF-GV, o órgão superior é o Conselho Gestor (UFJF, 2017e), no qual são definidas as estratégias de atuação da Universidade e no qual são tomadas as decisões operacionais que favorecem os trabalhos realizados. A partir das reuniões do Conselho Gestor, são também definidas as comissões responsáveis por acompanhar procedimentos que envolvem a Universidade.

Figura 6 – Organograma da Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Governador Valadares



Fonte: UFJF (2017d)..

Em 2017, por exemplo, foi definida em reunião do Conselho a Comissão de Obras, responsável por buscar e apresentar informações referentes às providências para infraestrutura do Campus de Governador Valadares. Após uma série de reuniões, a referida Comissão publicou um relatório acerca da situação das obras e das providências a serem tomadas pela Instituição (UFJF, 2016d).

As diretorias que compõem a UFJF-GV são a diretoria do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, na pessoa do Prof. Denis Perdigão, a diretoria do Instituto de Ciências da Vida, representada pelo Prof. Ângelo Denadai e a diretoria-geral do campus avançado, com o referido candidato eleito Peterson Andrade, conforme citado anteriormente.

A diretoria-geral do campus é desmembrada em três coordenações distintas, que são as de Recursos Humanos, Administrativa e Acadêmica. O setor de Comunicação, Cultura e Eventos, foco deste trabalho, está subordinado à Coordenação Administrativa, e tem, sob sua abrangência, a Central de Atendimento. A inserção da Central sob comando do setor de CCE se deu após a realização dos trabalhos da Comissão de Reestruturação Administrativa, cujos resultados foram divulgados em agosto de 2017 (UFJF, 2017e).

1.5 O SETOR DE COMUNICAÇÃO DO CAMPUS GV

O setor de CCE da UFJF-GV foi instituído em 2014, dois anos após o começo das atividades da Universidade em Governador Valadares. A nomeação dos primeiros servidores lotados no setor ocorreu com o concurso nº12/2014, que selecionou profissionais para os cargos de Jornalista e Produtor Cultural. Em dezembro de 2017, o setor era composto por dois jornalistas, três produtores culturais e um assistente administrativo²². Há a necessidade de contratação de mais servidores para compor o setor, uma vez que em demandas maiores como a recepção de calouros e as colações de grau, fica evidente a falta de recursos humanos. Em ocasiões como as citadas, é sempre necessário solicitar colaboração de servidores de outros setores.

O setor de CCE funciona das 7h às 19h. Os produtores culturais realizam carga horária de 6h diárias, estando presentes durante todo o dia, em escala de trabalho. A assistente-administrativo cumpre carga horária das 13h às 19h, ficando, dessa forma, o setor descoberto desse auxílio na parte da manhã. Os jornalistas, por sua vez, cumprem carga horária semanal

²²Conforme contabilização realizada em 12 de dezembro de 2017.

de 25h, de acordo com o Artigo 303 da Consolidação das Leis do Trabalho (BRASIL, 1943). Dessa forma, um jornalista trabalha das 8h às 13h, e outro das 13h às 18h²³.

Com a restrita carga horária dos jornalistas e o pequeno quadro de servidores do ramo, o setor fica sem o profissional do jornalismo em dois períodos do dia, das 7h às 8h e das 18h às 19h. Frequentemente, é necessário que os jornalistas façam horas extras, a fim de garantir a cobertura de eventos realizados nestes horários, e também para garantir a presença da comunicação em eventos que, porventura, aconteçam no mesmo horário. Não raro acontecem eventos como palestras e seminários em horários coincidentes, e, assim, é preciso que os servidores se desloquem entre as atividades.

O setor de CCE atua em diversas frentes na UFJF-GV: na assessoria institucional, na promoção de eventos de cultura e na realização de atividades institucionais. A atuação dos produtores culturais pode ser observada no suporte à realização de eventos institucionais e eventos nos quais a Universidade se insere.

Enquanto uma produtora cultural se dedica à promoção de eventos culturais e realização de atividades que envolvem os alunos como o Coral Universitário e o “Vamos Ler!” (campanha que divulga poesias mensalmente nos ônibus que levam os alunos ao Restaurante Universitário), outra produtora cultural se dedica à realização de eventos institucionais como a formatura, a recepção de calouros e seminários nos quais a Comunicação é solicitada como suporte. O terceiro produtor cultural, que também é representante do setor junto à direção geral, atua na realização de materiais gráficos de divulgação e marketing institucional da UFJF-GV. Além disso, o servidor é responsável por conduzir todo o planejamento de trabalho do setor de CCE.

Os jornalistas do setor executam a divulgação e cobertura de ações institucionais, eventos dos cursos e da cidade de Governador Valadares nos quais a UFJF-GV se insere. Após o envio da demanda por qualquer membro da comunidade acadêmica, os jornalistas fazem a divulgação do material nas redes sociais e no site da UFJF-GV e planejam a cobertura da atividade e divulgação. Além disso, os profissionais realizam a assessoria da Universidade junto à imprensa local, respondendo hierarquicamente ao setor de Imagem Institucional em Juiz de Fora.

Além de eventos pontuais que surgem a partir da demanda dos cursos, o setor de CCE realiza, semestralmente, alguns eventos que têm como público alvo os alunos da Instituição.

²³Com a nomeação de mais um jornalista, que entrou em exercício em 21 de dezembro de 2017, o setor conta com pelo menos um profissional da área durante todo o expediente. Após a mudança, os horários de trabalho ficaram definidos da seguinte forma: 7h às 12h, 12h às 17h e 14h às 19h.

São exemplos os projetos “Vamos Ler!”, o “Almoço com Cantoria” e o “Cine Acadêmico”. As ações visam à inserção cultural no ambiente acadêmico, através do incentivo ao contato com materiais literários e também ações solidárias que beneficiem instituições filantrópicas da sociedade valadarensense, como ocorre na gincana.

O “Vamos Ler!” consiste na afixação de poesias e/ou textos literários nos corredores do Restaurante Universitário (RU) e nos ônibus que fazem o deslocamento dos estudantes entre as aulas e o RU. As obras são apresentadas e plastificadas em formato A5, e afixadas com cordões de barbante nos locais escolhidos. O objetivo é sensibilizar estudantes e servidores para a importância da literatura. A cada edição do projeto, um tema é escolhido pelo setor de CCE, a partir de sugestões dos discentes, para servir como inspiração para os poemas. Além disso, a equipe idealizadora disponibiliza um endereço eletrônico para que os estudantes possam enviar seus próprios textos para serem divulgados. A figura 7 ilustra uma das edições do projeto, exibida em março de 2016 com a temática “Mulher”.

Figura 7 – Folder de divulgação do projeto Vamos ler!



Fonte: UFJF (2016e).

O Almoço com Cantoria é um evento realizado mensalmente pelo setor de CCE em uma das duas unidades do RU da UFJF-GV, sob regime de revezamento. Durante o almoço, no período das 11h às 14h, um palco é montado, com equipamentos de som para que estudantes de todos os cursos e períodos se apresentem, cantando ou dançando. A atividade visa à integração entre estudantes da UFJF-GV, bem como a criação de um ambiente mais agradável e animado para o horário do almoço. A figura 8 ilustra uma das edições do Almoço com Cantoria.

Figura 8 – Foto de uma das edições do Almoço com Cantoria



Fonte: UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora (2016) ²⁴.

Outra atividade desenvolvida é Cine Acadêmico caracterizado como uma realização do setor de CCE, em parceria com grupos de estudo da Instituição, como o Centro Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas e o Instituto de Ciências da Vida da UFJF-GV. A cada edição, um material audiovisual é escolhido para exibição, sempre relacionado a alguma temática que proporcione um debate ao final do evento. O debate geralmente é promovido por docentes de departamentos da UFJF-GV, ou profissionais relacionados ao tema.

Na edição de março de 2016, o Cine Acadêmico acompanhou a temática da mulher, que serviu de base ao Vamos Ler! e exibiu o documentário “Noivas do Cordeiro”, do diretor

²⁴Disponível em: <https://www.facebook.com/ufjfcampusgv/photos/pcb.1443085829050175/1443084955716929>. Acesso em: 20 set. 2017.

Alfredo Alves. Após a exibição do material, foi realizada uma roda de conversa com os participantes. A figura 9 traz um dos anúncios de exibição do Cine Acadêmico.

Figura 9 – Folder do Cine Acadêmico



Fonte: UFJF (2016e).

O contato do setor de CCE com a Diretoria de Imagem Institucional ocorre por duas vias: ocasionalmente via telefone e email, quando enviamos matérias que sejam de interesse de publicação no site do campus sede; quando temos algum questionamento relativo ao trabalho do setor, devido ao *know-how* da equipe de Juiz de Fora, e também quando recebemos alguma demanda da imprensa que esteja relacionada à reitoria, e semanalmente, na reunião de pauta.

A reunião de pauta ocorre todas as segundas-feiras, às 13h30, em Juiz de Fora, e a participação de Governador Valadares ocorre desde o segundo semestre de 2016, via *Skype*. O diretor de Imagem Institucional, prof. Márcio de Oliveira Guerra, em visita ao campus avançado, sugeriu que iniciássemos a participação nas reuniões de pauta, a fim de repassar à

equipe de Juiz de Fora as demandas semanais previamente organizadas e receber de lá possíveis orientações para o campus avançado.

A participação nas reuniões de pauta nos permite informar os eventos que irão acontecer nos dias seguintes, as demandas que recebemos para a semana e possíveis questões de trabalho que ensejem apoio do setor de Juiz de Fora. Na reunião, todos os integrantes da Imagem Institucional, incluindo o participante de Governador Valadares, têm oportunidade para apresentar as pautas semanais e receber orientações do diretor para a execução das atividades. Com as mudanças, atualmente, há uma maior possibilidade de articulação do setor de CCE com a Diretoria de Imagem Institucional, situação que há pouco não existia.

Nas reuniões, frequentemente a equipe da Imagem dialoga a respeito do planejamento de campanhas para o campus sede, os membros do setor apresentam opiniões, dão sugestões, e, a cada reunião, vemos as campanhas citadas anteriormente criarem forma. Entretanto, o material planejado em Juiz de Fora fica restrito ao campus sede. O campus avançado não recebe, ou demora a receber, os materiais, e não replica as ações em Governador Valadares, e, diante dessa ausência de participação, não acompanha o trabalho de grupos de estudo relacionado a ações afirmativas no campus avançado.

Em GV, em datas de feriados nacionais e comemorativas, ocasionalmente divulgamos materiais relacionados, mas não há regra nem frequência predefinidas. E, além disso, as campanhas realizadas não se inserem no contexto das ações afirmativas, ficando restrita a possíveis materiais sobre Dia das Crianças, Natal, e Réveillon. Até o início da elaboração deste trabalho – em meados de 2017, nada era realizado no campus avançado para comemorar o Dia do Orgulho Lésbico ou o Dia Internacional de Combate à LGBTTI, por exemplo.

O problema inicial que motivou a idealização do presente trabalho era compreender de que forma o setor de CCE, em Governador Valadares, poderia replicar as campanhas de Juiz de Fora, ou, ainda mais relevantemente, criar suas próprias campanhas, a fim de “abraçar as causas” que são abraçadas em Juiz de Fora com tanta frequência. Buscamos aprender com o trabalho realizado em Juiz de Fora, diante da experiência que a equipe do campus sede tem, objetivando melhorar o trabalho do campus avançado.

Redirecionar um olhar à Comunicação durante a organização de campanhas e ações afirmativas pode auxiliar na inserção do campus avançado no processo criativo e estratégico das ações. Além disso, englobar o setor de GV pode também auxiliar na abrangência das causas existentes na região de Governador Valadares quando da ação de inserir a comunidade acadêmica no coletivo.

1.6 O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFJF-GV

O campus avançado da UFJF sediou, em junho de 2017, o evento Diversidade na UFJF. O evento em Governador Valadares foi organizado pela Diaaf, e representou uma continuidade ao realizado em Juiz de Fora. Seus objetivos eram traçar ações e debater fundamentos a serem desenvolvidos no âmbito das Relações Étnico-raciais, da Inclusão e Acessibilidade das pessoas com deficiência, da Identidade de Gênero e Diversidade Sexual e da Vulnerabilidade Social, e também retirar representantes de GV para comporem o Fórum Permanente de Diversidade da UFJF (UFJF, 2017k).

Toda a comunidade acadêmica foi convidada a participar, mas a adesão foi menor do que o esperado, e, na ocasião, foram eleitos representantes das três categorias acadêmicas (estudantes, docentes e técnico-administrativos em educação) para participar do Fórum da Diversidade, em Juiz de Fora. Por motivos operacionais, os representantes de Juiz de Fora foram selecionados no evento “Diversidade: da universidade à pluriversidade na educação superior”, realizado em agosto de 2018 no campus sede (UFJF, 2018c)²⁵.

Para além das ações expostas até aqui, as demais atividades relacionadas a campanhas de ações afirmativas na UFJF tendem a ficar restritas à cidade de Juiz de Fora, no campus sede. A fim de coletar evidências para corroborar essa afirmação, compreender a visão dos servidores a respeito da temática abordada nesse trabalho e promover um maior esclarecimento acerca do assunto, realizamos entrevistas com quatro servidores do setor de CCE em Governador Valadares. As entrevistas foram feitas por email, devido à incompatibilidade de horários entre os servidores e, sobretudo, pela preferência dos colegas em responder as questões em casa, fora do ambiente de trabalho, e por email. O roteiro das entrevistas encontra-se no Apêndice B, ao final do texto.

As perguntas buscavam obter opiniões sobre o conceito de ações afirmativas; o relacionamento do setor no campus avançado com o setor de Juiz de Fora; a percepção de pertencimento dos servidores de GV, e a importância das ações afirmativas realizadas na Instituição, bem como compreender o entendimento dos servidores a respeito do que pode ainda ser realizado no campus avançado para disseminar tais políticas e o distanciamento entre as ações realizadas nos dois campi.

Os entrevistados apresentaram opiniões convergentes a respeito do conceito de ações afirmativas, e de forma correspondente ao conceito abordado nesse trabalho. Há concordância

²⁵ Os representantes escolhidos nos dois campi participarão do Fórum Permanente de Diversidade da UFJF, que tem como objetivo a construção participativa e democrática de uma Política de Ações Afirmativas para a Universidade.

dos entrevistados com relação ao conceito de ações afirmativas abordado por Piovesan (2008), que define ações afirmativas como políticas que visam à aceleração do processo de igualdade por parte de grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais.

Ao serem questionados sobre o conceito de ações afirmativas, um deles resumiu da seguinte forma: “[...] acho que as ações afirmativas são uma forma de assegurar que todos possam ter voz no ambiente acadêmico” (ENTREVISTADO B. Entrevista realizada em 5 de setembro de 2017). Acreditamos que a carência dos jovens em geral não seja uma característica exclusiva do ambiente acadêmico. As lacunas deixadas pela intolerância e pela discriminação perpassam os muros da Universidade e atingem múltiplas frentes, tanto na política, no dia a dia, no mercado de trabalho, no contexto pessoal, entre outras tantas ocasiões em que seus ideais e suas ideias são “sufocados” por serem diferentes do padrão estabelecido pela maioria. Neste ponto, retomamos a ideia de Boaventura Santos, já abordada nesse trabalho, a respeito da necessidade de estabelecer uma igualdade que reconheça as diferenças, e uma diferença que não enseje mais desigualdades.

A necessidade de uma instituição federal desenvolver programas que visem ao respeito e à convivência foi pontuada por um dos participantes, que declarou:

[...] permitir que a universidade seja um espaço de reconhecimento das diferenças é algo crucial para o desenvolvimento das instituições de educação pública. [...] A meu ver, esse é um papel fundamental nas universidades: o de ser um espaço vanguardista no diálogo entre as diferenças (ENTREVISTADO A. Entrevista realizada em 5 de setembro de 2017)²⁶.

Essa fala nos traz à tona uma das principais funções sociais da universidade enquanto formadora de sujeitos ativos. O indivíduo que sai de uma instituição, independente do grau, de ensino leva consigo valores que o auxiliem a conviver em sociedade e aplicar todo o conhecimento adquirido em prol de um bem comum. Os profissionais formados na universidade têm, então, em sua bagagem acadêmica e pessoal, recursos de um convívio sadio, igualitário e tolerante, embasado no diálogo e no respeito às diferenças, conforme citado pelo Entrevistado A.

Quando questionados a respeito do recebimento de materiais de campanhas realizadas no campus sede, todos os entrevistados relataram a discrepância entre as ações realizadas em Juiz de Fora e em GV. Eles pontuaram que o setor de CCE, em GV, não é consultado durante a preparação de campanhas inclusivas, nem recebe previamente os materiais para divulgação.

²⁶Por questões éticas e de sigilo garantidos aos respondentes, optamos por mantê-los em anonimato.

“Não recebemos material de divulgação, e também ainda não fomos consultados sobre a produção” (ENTREVISTADO A. Entrevista realizada em 5 de setembro de 2017); “Os materiais não chegam ao setor de Governador Valadares, e também não somos consultados sobre o que é feito” (ENTREVISTADO B. Entrevista realizada em 5 de setembro de 2017), e ainda “A UFJF-GV fica sabendo dos materiais de campanha quando estes já foram criados e publicizados. De modo que nunca fomos consultados” (ENTREVISTADO C. Entrevista realizada em 6 de setembro de 2017).

A postura apresentada pelos entrevistados demonstra o comportamento passivo do setor de GV em relação a Juiz de Fora, uma vez que nos deparamos com as campanhas apenas quando elas já foram lançadas e estão expostas nas redes sociais. Quando os entrevistados citam pouco acesso às campanhas se referem ao fato de não termos consultados ou informados com antecedência sobre as postagens e as peças produzidas pela Imagem Institucional, do campus sede. Acreditamos que a intenção dos servidores de Governador Valadares seja replicar as imagens e campanhas produzidas por JF, a fim de construir um discurso único, e que torne o campus avançado tão integrador e inclusivo quanto o campus sede.

O sentimento observado nas entrevistas com os servidores é de vontade de participação, tanto na produção das campanhas quanto na comunicação diária, em si. Acredito que os integrantes do setor tenham desejo de colaborar com ideias e também inserir detalhes que adequassem as campanhas à realidade do campus avançado. Assim, passaríamos de meros espectadores a também produtores e divulgadores de materiais, não apenas os inclusivos, mas também os relativos a campanhas de comemoração em geral, como Dia dos Pais, Dia das Mães, Dia do Professor, etc.

Nesse sentido é conveniente destacar a importância do setor de Comunicação para divulgar políticas de ações afirmativas, tanto em Juiz de Fora quanto em Governador Valadares, todos os entrevistados seguiram um mesmo caminho em suas respostas, ao considerarem de grande importância o trabalho realizado pela comunicação. Um deles pontuou:

Creio que as ações afirmativas estão bem presentes no campus sede e o trabalho que a comunicação faz é fundamental para a publicização e implementação destas políticas. É uma pena que tais ações, principalmente as campanhas, não cheguem ao campus avançado (ENTREVISTADO C. Entrevista realizada em 6 de setembro de 2017).

Enquanto outro relatou que:

[...] nos últimos anos, tenho visto algumas ações empreendidas pela universidade nessa área. Mas acredito que boa parte delas não chegam no campus de Valadares. Parte dessa falta de alcance seria, justamente, papel da Comunicação, de dar vazão às campanhas que são criadas. O braço da Comunicação da universidade em GV praticamente não é envolvido nesse tipo de ação (ENTREVISTADO D. Entrevista realizada em 6 de setembro de 2017).

As respostas dos dois entrevistados seguem o mesmo caminho, quando pontuam a importância das ações realizadas no campus sede, e, em contrapartida, a pequena participação do campus avançado no que diz respeito à produção e/ou divulgação de campanhas e materiais. Conforme vimos anteriormente quando exploramos os objetivos da Comunicação Comunitária - difundir conteúdos com a finalidade de educação, cultura e ampliação da cidadania, compreendemos a baixa participação do setor de CCE em GV, e vemos que muitas delas poderiam ser favorecidas caso houvesse um maior contato entre os setores.

Há que se estudar e propor maneiras para fazer com que o “braço” da Comunicação em GV tenha atividade e funções ativas na região em que o campus avançado está inserido. Nossa intenção é aprender com o setor de Juiz de Fora, no qual trabalham pessoas experientes e já inseridas nas políticas afirmativas da Universidade. Nosso objetivo é destacar a importância do trabalho realizado e promover a criação de estratégias para compartilhar essas ações ao campus avançado, a fim que de nos tornemos um só setor, com discurso uniforme e ações convergentes.

É preciso levar em conta a indagação sobre a replicação de materiais do campus sede no campus avançado: se constitui um entrave para a equipe da Imagem Institucional, ou seja, se há algum impedimento por parte daquele setor a respeito do compartilhamento por este de Governador Valadares. Caso haja alguma normatização a respeito, é preciso que sejam estudadas as campanhas já realizadas e que se criem novas em GV, a fim de manter discurso e posicionamento uniformes entre os campi, uma vez que ambos os setores representam a mesma Universidade.

Entre os problemas identificados pela equipe de GV com relação ao desenvolvimento de ações afirmativas no campus avançado, figuram entre as mais citadas a falta de orçamento, recursos humanos e apoio especializado. Entre as declarações, temos:

Por não ter um campus próprio, é muito complicado realizar qualquer intervenção junto à comunidade acadêmica. A inserção de banners, cartazes e afins é muito limitada. Até mesmo reuniões com os grupos é difícil, já que os espaços estão disponíveis quase que exclusivamente para as aulas (ENTREVISTADO A. Entrevista realizada em 5 de setembro de 2017),

Acreditamos que a dificuldade estrutural apresentada no comentário anterior seja reflexo da falta de um espaço próprio da UFJF em Governador Valadares. Essa lacuna dificulta a criação e o desenvolvimento, nos alunos, do sentimento de pertencimento à Universidade, bem como causa transtornos no planejamento de ações a serem realizadas no campus, ou em um local único onde a UFJF-GV esteja instalada.

Cabe salientar, também, que os servidores, professores e estudantes da UFJF-GV estão distribuídos em três instituições da cidade, como fora citado anteriormente. O fato de não possuir um campus próprio, localizado em uma instalação apenas, contribui para o aumento das dificuldades apresentadas acima. Em GV não há a possibilidade de espalhar cartazes, banners e outdoors pelo campus, pois não temos um campus. Torna-se difícil inclusive a organização de reuniões, uma vez que estudantes, professores e servidores estão dispostos em diferentes locais de trabalho. A declaração do Entrevistado A nos remete a esse obstáculo encontrado para organizar reuniões com os grupos que compõem as minorias da sociedade e representam grupos de interesse para a realização de ações como as realizadas em Juiz de Fora.

A presença da UFJF em Governador Valadares é recente. Somando a isso a falta de um campus, compreende-se a falta de vinculação da Instituição à cidade, ou seja, a população ainda não absorveu a ideia de que possui uma Universidade Federal na cidade. Com isso, a questão da Imagem Institucional na região adquire ainda mais importância; ou melhor, a necessidade de reforçar essa imagem torna-se ainda mais urgente.

Também consta entre as declarações que retratam os problemas encontrados no campus avançado a seguinte fala: “nossa equipe é muito reduzida, temos uma falta de diálogo e autonomia com relação à comunicação de JF, além da falta de verba, de equipamentos e de profissionais especializados” (ENTREVISTADO B. Entrevista realizada em 5 de setembro de 2017).

Quando comparada à de JF, a equipe de GV é bastante reduzida, mas as discrepâncias vão além do quantitativo de servidores: não temos autonomia para criar campanhas, ou se existe essa autonomia não temos ciência dela, e não temos um organograma pré-definido que defina a quem devemos recorrer para obter respaldo às nossas ações. Além disso, eventos, palestras e grupos de trabalho demandam também recursos financeiros, o que representa outro dos nossos entraves no campus avançado. Com todas as dificuldades apresentadas, justifica-se a não realização de campanhas afirmativas em GV, embora sua necessidade seja visível e compreendida.

Por fim, quando questionados a respeito dos grupos que compõem o escopo das ações afirmativas no campus sede e no campus avançado, temos diferentes caminhos, que serão apresentados a seguir:

[...] apesar de acreditar que todas as universidades precisam se adequar às diferentes realidades, há situações mais emergentes em cada região. Governador Valadares demanda, por exemplo, de ações ligadas às comunidades indígenas (Krenaks, Pataxós), quilombolas e caboclinhos (ENTREVISTADO A. Entrevista realizada em 5 de setembro de 2017),

A partir da declaração acima, podemos perceber que não se trata apenas de replicar as campanhas de Juiz de Fora no campus avançado, pois temos grupos diferentes na região Leste de Minas Gerais. As especificidades observadas na região que abriga o campus avançado demandam um estudo prévio para que as atividades sejam de fato integradoras e efetivas.

Entretanto, ainda no âmbito da questão acerca dos grupos que compõem as ações afirmativas no campus avançado, outro servidor pontuou:

[...] creio que sejam os mesmos grupos e creio também que aqui as campanhas devam ser ainda mais trabalhadas. Uma vez que Governador Valadares é uma cidade mais interiorana que Juiz de Fora, mais conservadora e que ainda não tem um perfil de cidade universitária (ENTREVISTADO C. Entrevista realizada em 6 de setembro de 2017).

A partir das diferenças observadas nas declarações, podemos ver que não há um consenso acerca dos grupos que compõem o público-alvo das ações afirmativas em GV. Nesse sentido, um terceiro entrevistado acrescentou a seguinte declaração:

[...] acredito que alguns grupos de GV podem corresponder aos de Juiz de Fora, mas imagino que existam diferenças, tanto na identificação dos grupos quanto nas dimensões e questões vivenciadas e enfrentadas por cada um deles. Historicamente, as cidades são muito diferentes. Culturalmente também (ENTREVISTADO D. Entrevista realizada em 6 de setembro de 2017).

A declaração acima resume o panorama de comparação entre Governador Valadares e Juiz de Fora, no que diz respeito aos grupos pertencentes às minorias. Apesar de haver semelhanças, como população negra, LGBTQI+, mulheres e pessoas com deficiência, GV traz particularidades como os grupos quilombolas da região. Assim, vemos que será necessário, a priori, levantar quais grupos constituem as minorias da região e analisar em que se assemelham e em que se diferem dos de Juiz de Fora.

A partir da análise das respostas coletadas, é possível compreender que há muito a ser feito no campus avançado no sentido de incentivar a realização de políticas de ações afirmativas. O campus de GV ainda é muito incipiente na temática trabalhada neste trabalho, talvez pelo fato de ainda estar no começo de sua trajetória. Os entrevistados citaram o baixo desenvolvimento do campus no sentido de promover ações afirmativas, e colocaram na lista de motivos para isso a falta de recursos humanos, financeiros e a falta de autonomia com relação ao campus sede.

Entre as dificuldades apresentadas pelos integrantes do setor para justificar a inércia nessa questão afirmativa, figura o problema da falta de estrutura, que depende de muitos fatores para ser resolvido: são questões financeiras, estruturais, licitatórias, assuntos que independem apenas do setor de Comunicação. Entretanto, o contato com Juiz de Fora e o repasse de informações a GV, a fim de estimular o pensamento afirmativo no campus avançado e desenvolver aqui atividades similares às de Juiz de Fora, são ações que podem e necessitam ser implantadas.

Vale ressaltar que antes de iniciar programas de incentivo às ações afirmativas no campus avançado, é importante conhecer quem são os grupos de minorias que o compõem, quem são as pessoas que buscam representatividade e como ela pode ser incentivada de maneira mais efetiva e inclusiva. Dessa forma, faz-se necessária a realização de pesquisas de campo e entrevistas com grupos específicos para promover um trabalho inclusivo e abrangente.

Necessário é, também, salientar que a intenção nesse trabalho é não apenas dar luz aos problemas encontrados no contato entre os setores de comunicação da UFJF, mas sim destacar as experiências exitosas observadas no campus sede, as campanhas realizadas, e ainda promover reflexões e levantar possibilidades acerca de caminhos conjuntos que podem ser traçados para otimizar o trabalho realizado em Juiz de Fora e em Governador Valadares. Buscamos nesse estudo, dessa maneira, uma forma de apresentar o trabalho já existente e vislumbrar o que poderíamos fazer, caso a integração se torne uma constante e a comunicação, uma prática rotineira entre os setores.

2 O PAPEL DAS AÇÕES AFIRMATIVAS E DA COMUNICAÇÃO NA UFJF-GV

Neste capítulo, abordamos e discutimos os conceitos de ações afirmativas e de comunicação, em suas vertentes institucional e comunitária, bem como sua aplicação no âmbito da UFJF. Posteriormente, buscamos desenvolver uma relação entre as duas temáticas no sentido de analisá-las como ferramentas incentivadoras da integração e da convivência, não apenas no ambiente acadêmico, mas em sociedade, e nas demais frentes como o mercado de trabalho e a vida pessoal.

O conceito de ações afirmativas foi desenvolvido a partir das colaborações de Reis e Sousa (2005), Duarte (2014) e Gomes (2001). Usamos também as considerações de Susana Farber (2012), que relaciona as ações afirmativas no campo universitário, a fim de que se disseminem entre os estudantes valores que reafirmem a democracia e os direitos humanos, o respeito pelas diferenças e especificidades de cada pessoa.

O conceito de comunicação em sua vertente da comunicação comunitária foi abordado conforme as ideias de Peruzzo (2006) e Miani (2011). A Comunicação institucional, por sua vez, foi conceituada a partir das discussões de Margarida Kunsch (2003).

Na sequência, apresentamos as bases do estudo que será realizado neste trabalho: a pesquisa qualitativa junto aos atores que compõem nosso objeto de estudo. Entrevistamos novamente integrantes do setor de Comunicação, Cultura e Eventos da UFJF-GV, desta vez a partir de um viés mais direcionado à ação do setor enquanto incentivador das políticas afirmativas, e também entrevistamos integrantes e representantes das minorias que compõem o campus avançado.

A pesquisa qualitativa, que será melhor abordada posteriormente, foi escolhida por representar a alternativa mais adequada para o contato com o público alvo em questão. A partir de um roteiro pré-definido, em uma entrevista semiestruturada, buscamos conhecer melhor as pessoas que integram a comunidade acadêmica da UFJF-GV, seus anseios, suas lutas, sua opinião sobre o trabalho que atualmente é realizado pela UFJF, e mais precisamente pelo setor de Comunicação. Com a pesquisa, pretendemos obter ideias e argumentos que nos auxiliem a realizar um trabalho cada vez mais efetivo no sentido de promover a integração e a igualdade dentro e fora dos muros do ambiente acadêmico.

Em um terceiro momento, foi realizada a análise dos dados obtidos com a pesquisa. A intenção era compreender a opinião dos entrevistados e formular, a partir dessa análise, o Plano de Ação Educacional (PAE), que norteará as próximas ações do setor de Comunicação,

Cultura e Eventos, bem como o posicionamento da UFJF-GV no que tange às ações afirmativas.

2.1 O PRINCÍPIO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Conforme Reis e Sousa (2005), o termo ações afirmativas foi usado, inicialmente, em 1961, pelo então presidente dos Estados Unidos da América, John Fitzgerald Kennedy, ao expedir o Decreto n.º 10.952, que criou a “*Equal Employment Opportunity Commission*”, além de projetos financiados com verba federal. Dessa forma, o presidente assegurava que candidatos seriam empregados, e, como tais, tratados sem discriminações raciais, de credo ou nacionalidade.

O objetivo era conceituar atitudes realizadas visando à reparação dos danos causados pela discriminação racial no país. Historicamente, a segregação nos Estados Unidos, especialmente nos estados do Sul, foi extremamente forte, nos sentidos separatista e discriminatório. Esse regime de segregação foi uma das causas da Guerra de Secessão (TODA MATÉRIA, 2018), ocorrida entre 1861 e 1865, nos Estados Unidos da América, cuja principal causa era a questão escravista. Enquanto o Norte dos Estados Unidos da América defendia uma campanha abolicionista, o Sul defendia práticas escravistas. Os sulistas usavam, inclusive, de violência para incitar o ódio e intimidar as comunidades negras. Essa segregação proporcionou o surgimento dos grupos de supremacia racial como a Ku Klux Klan (JÚNIOR, 2017) que pregavam o racismo como uma forma de segregação natural, na qual os brancos eram superiores aos negros, criando um racismo baseado na ciência.

Dessa forma, o decreto de Kennedy foi estabelecido no mesmo período em que a segregação racial começou a ter, então, sua existência questionada, e, também, no período em que começaram os conflitos sociais pelo fim da segregação social, e por consequência, do racismo no país. Lamentavelmente, ainda é comum vermos manifestações pessoais e coletivas de ódio ao próximo, de intolerância e de supremacia racial nos Estados Unidos, e, infelizmente, nas demais regiões do Brasil.

Reis e Sousa (2005) apresentam um pequeno exemplo do que seria a ação afirmativa em uma situação hipotética, conforme a seguir:

Há um conto que ilustra muito bem a Ação afirmativa: dois corredores, um amarrado e o outro solto. Não precisa nem dizer que este sempre venceria facilmente a corrida. Até que o público, percebendo a enorme injustiça que existia, pressionou os organizadores da competição para soltar as amarras do

atleta, mas este continuou perdendo, pois seus músculos estavam atrofiados. Para que o atleta que tanto tempo ficou sob amarras realmente competisse em igualdade de condições, necessário se fez algumas medidas para compensar a fraqueza de seus músculos atrofiados, como por exemplo garantir-lhe iniciar a corrida alguns segundos antes, colocá-lo alguns metros à frente do outro ou outras medidas semelhantes, para que, desta forma sim, disputasse em igualdade de condições (REIS; SOUSA, 2005, s.p).

O exemplo apresentado nos demonstra como as diferenças históricas (representadas pelo tempo em que o atleta ficou amarrado) podem influenciar nas conquistas futuras de uma pessoa. Se relacionarmos o trecho de Reis e Sousa (2005) à realidade contemporânea, podemos simular que, em uma entrevista de emprego, estejam competindo em igualdade homens e mulheres negros (que sofreram em sua trajetória escolar dificuldades no acesso à educação), homens e mulheres brancas de classe média, homossexuais e pessoas com deficiência.

Nessa situação hipotética, e relacionando-a ao exemplo dos autores, vemos que a parcela branca da população que não se enquadra em nenhuma das minorias citadas terá mais chances de acesso à vaga disputada. As ações afirmativas inserem-se nesse contexto quando direcionam vantagens aos grupos minoritários, não para colocá-los à frente dos demais, mas para fazer com que eles possam competir em condições de igualdade a despeito das discrepâncias históricas já vivenciadas.

De acordo com o raciocínio acima, Duarte (2014) destaca que as ações afirmativas têm como objetivo

[...] corrigir e compensar distorções históricas ou mesmo atuais, causadas por motivos escusos que foram se acumulando com o decorrer do tempo e acabaram por prejudicar certo grupo específico, seja por critérios de raça, etnia, religião, gênero, etc (DUARTE, 2014, p.5).

O conceito de ações afirmativas, entretanto, não deve ser confundido com o de cotas. Ainda segundo Duarte (2014), enquanto ações afirmativas representam o gênero, as cotas seriam a espécie, ou seja, fazem parte da abrangência das ações afirmativas, sem serem sua única aplicação prática. Para o autor, contratações ou promoções preferenciais para membros de grupos discriminados “seja por meio de cotas, bolsas de estudo, vantagens, medidas de proteção ou reparações financeira, são abarcadas pelo conceito de ação afirmativa” (DUARTE, 2014, p.5).

Gomes (2001) também destaca a comparação errônea ao se similarizar cotas e ações afirmativas. O autor destaca que:

Confunde-se ação afirmativa com sistema de cotas. Em realidade, as cotas constituem apenas um dos modos de implementação de políticas de ação afirmativa. A jurisprudência americana tem sérias restrições às chamadas “cotas cegas”, isto é, aquelas instituídas aleatoriamente, sem o propósito de corrigir uma injustiça precisa, que é a própria razão de existência das políticas de ação afirmativa. No Brasil, infelizmente, os poucos projetos de lei de ação afirmativa já apresentados no Congresso incorrem nesse erro. (GOMES, 2001, p.40).

Compreender essa diferença conceitual é importante para não recair no erro de relacionar ações afirmativas única e exclusivamente às cotas, ou seja, é um erro considerar apenas os negros como público-alvo das ações afirmativas. Como vimos anteriormente, além da população negra, compreendem as minorias das ações afirmativas também a população LGBTTI, mulheres e pessoas com deficiência.

A grande maioria dos projetos de lei brasileiros abarca apenas a população negra e pobre nas ações afirmativas. Nesse trabalho, encontramos outras diversas aplicações de políticas afirmativas no sentido de evidenciar as demais populações que compõem as minorias contemporâneas. Conforme evidenciou Gomes (2001), utilizar das chamadas “cotas cegas”, desvinculadas do propósito de sanar discriminações anteriores, faz com que o projeto perca seu ideal e sua importância iniciais. No âmbito de Governador Valadares, campus foco da pesquisa aqui empreendido, acrescentamos à lista de minorias as populações quilombolas, que sofreram com a colonização de suas áreas nos períodos históricos passados, conforme já abordado anteriormente.

No mesmo sentido, e para concluir essa explicação, Araújo (2009) destaca outras formas de se garantir vantagens a grupos minoritários, como a “oferta de treinamentos específicos para membros de certos grupos sociais com vistas à sua qualificação e o oferecimento de cursos preparatórios para melhorar seu rendimento no acesso à universidade” (ARAÚJO, 2009, n.p.).

Grin (2001) destaca as minorias raciais como sendo as principais receptoras das ações afirmativas em sua vertente das cotas. Para a autora, as ações afirmativas são

[...] medidas introduzidas por novos arranjos na legislação dos direitos civis ou por ordem do Executivo, pelas quais autoridades públicas, empresas privadas, instituições universitárias privadas e públicas e diversas entidades que recebem ajuda federal ou estão sujeitas à regulação do governo devem dedicar maior atenção à raça e à etnicidade (GRIN, 2001, n.p.).

Segundo Araújo (2009), os Estados Unidos da América foram o país pioneiro na adoção de políticas afirmativas para solucionar a marginalização social e econômica dos negros; “posteriormente, elas foram estendidas às mulheres, a outras minorias étnicas e nacionais, aos índios e aos deficientes físicos” (ARAÚJO, 2009, s. p.).

No sentido de promover a igualdade material, já exposta nesse trabalho, e respeitar as diversidades sociais do país, as ações afirmativas sugerem políticas de tratamento diferenciado a grupos distintos, por motivos de gênero, idade ou condição social. Entretanto, conforme destaca Duarte (2014), “o que se exige é que tais distinções sejam providas de razoabilidade e que, em sua essência, procurem atender ao interesse público” (DUARTE, 2014, p. 16). O mesmo autor complementa ressaltando a necessidade de se agir com embasamento do princípio da razoabilidade, conforme abaixo:

Não restam dúvidas de que a ideia central proveniente das políticas de ações afirmativas, a de, conforme anteriormente exposto, corrigir distorções e desequilíbrios prévios, tem amparo constitucional. Mais especificamente, no que concerne ao princípio da igualdade material, há legitimidade para tais medidas no Brasil, considerando o regime jurídico imposto pela CF de 1988. Desde que, vale ressaltar, o princípio da razoabilidade seja respeitado. (DUARTE, 2014, p. 20).

O ambiente universitário, nosso foco nesse trabalho, é o que mais desperta expectativas na sociedade quanto às maneiras de modificar a realidade da sociedade através da formação de jovens profissionais e melhores cidadãos. Segundo Farber (2014), o tripé ensino, pesquisa e extensão é a ferramenta da universidade para se tornar a engrenagem de mudanças. Assim, a instituição consegue “[...] preparar os indivíduos quanto aos conhecimentos técnicos e saberes profissionais para atuarem no mercado de trabalho e formar a pessoa humana, integrando-a na sociedade como verdadeira cidadã” (FARBER, 2012, p. 122).

No mesmo sentido, a autora ressalta o que considera os motivos para o desenvolvimento de ações afirmativas no ambiente universitário.

[...] espera-se que a universidade promova iniciativas para o desenvolvimento humano, social, político e econômico. Para tanto deverá assumir um posicionamento quanto suas próprias políticas de gestão, as que necessitam estar alicerçadas em valores que reafirmem a democracia e os direitos humanos, o respeito pelas diferenças e especificidades de cada pessoa (FARBER, 2012, p. 122).

A partir dessas abordagens conceituais, compreendemos o papel da Universidade enquanto incentivadora de ações que integram e inserem o jovem estudante no ambiente acadêmico, independente de sua condição, característica física, gênero ou classe social. Buscaremos, então, compreender o papel da comunicação enquanto divulgadora das ações afirmativas na UFJF.

2.2 O PAPEL DA COMUNICAÇÃO

As campanhas afirmativas da UFJF são divulgadas à sociedade e à comunidade acadêmica por meio das redes sociais (Facebook²⁷ e Instagram²⁸) e do portal da UFJF. Além disso, a Instituição possui um canal no YouTube²⁹, onde são divulgados os vídeos relacionados às ações. Os materiais são veiculados, como já exposto no capítulo anterior, pelos profissionais do setor de Comunicação do campus sede da UFJF.

Em sua origem etimológica a palavra comunicação significa “a ação de tornar comum”. O termo tem como raiz a palavra comum *communis*, que significa “pertencente a todos ou a muitos”. Segundo Peruzzo (2006), a comunicação, sem fins lucrativos, voltada para participação ativa da população, a fim informar a sociedade acerca de ações que visem ao seu convívio e bem-estar é chamada de comunicação comunitária.

Para Miani (2011, p. 9), a comunicação comunitária faz parte de um processo social desenvolvido no interior de uma comunidade, neste caso, podemos situar a comunidade acadêmica, com o objetivo de alcançar a cidadania aos que nela estão inseridos. Isso ocorre “[...] através de práticas participativas, e possibilitando aos indivíduos interagentes a construção de uma nova sociabilidade”. Peruzzo (2006, p. 9) complementa o conceito de comunicação comunitária como uma atividade que objetiva “[...] propiciar a participação ativa da população, ter propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de educação, cultura e ampliação da cidadania”.

Tendo com enfoque a conquista da credibilidade do receptor, a comunicação institucional atua nos esforços para atingir os públicos-alvo da instituição. Conforme discussões de Kunsch (2003), entre os objetivos da comunicação institucional estão a conquista da simpatia, credibilidade e confiança nos públicos-alvo da empresa, sejam consumidores, fornecedores, acionistas, entre outras categorias definidas como *stakeholder*.

²⁷Disponível em: <https://www.facebook.com/UFJFoficial/>. Acesso em: 20 out. 2017.

²⁸Disponível em: <https://www.instagram.com/ufjf/>. Acesso em: 20 out. 2017.

²⁹Disponível em: <https://www.youtube.com/user/tvufjf>. Acesso em: 20 out. 2017.

Como ‘empresa’, situamos aqui a UFJF, enquanto instituição que demanda aceitação, confiança e credibilidade junto aos seus públicos-alvo: estudantes e comunidade.

[...] fazer comunicação institucional implica conhecer a organização e compartilhar seus atributos (missão, visão, valores, filosofia e políticas), e não uma simples divulgação institucional e de marcas. Portanto, é algo complexo, e as organizações terão de se valer de estratégias e políticas bem definidas de comunicação, delineadas e planejadas estrategicamente [...] (KUNSCH, 2003, p.165).

Podemos compreender o trecho acima como o fundamento teórico das atividades comunicacionais realizadas na UFJF. Dentro das estratégias, ações institucionais e comunicacionais, estão as políticas de ações afirmativas. É a partir das publicações e das atividades desenvolvidas na Instituição que a Universidade reforça seus pressupostos de missão, visão e valores. As publicações são pensadas dentro de uma estratégia institucional, de maneira que representem a opinião e as políticas adotadas na UFJF aos seus diferentes públicos.

A Imagem Institucional, enquanto setor de Comunicação da UFJF, no campus sede, promove, a partir das mensagens divulgadas nos veículos oficiais, os ideais de convivência, respeito e tolerância às diferenças. Dessa forma, as mensagens oficiais da UFJF representam sua postura, seus princípios e valores.

Tal pressuposto, conforme dito anteriormente, relaciona-se ao conceito de comunicação institucional, debatido por Kunsch (2003). Segundo a autora essa comunicação pretende estabelecer uma compreensão do significado da organização, seu papel, sua razão de existir, tanto interna quanto externamente. Kunsch completa:

[...] a Comunicação Institucional está intrinsecamente ligada aos aspectos corporativos institucionais que explicitam o lado público das organizações e tem como proposta básica a influência político-social na sociedade onde está inserida (KUNSCH, 2003, p. 164).

Diante desses conceitos, compreendemos que comunicação institucional e comunicação comunitária são vertentes da comunicação que buscam estabelecer a postura e a imagem de uma instituição frente aos seus públicos-alvo, bem como difundir os ideais de respeito, inserção social e convivência igualitárias em ambientes sociais, respectivamente. Apresentamos neste trabalho os conceitos de comunicação comunitária e institucional, de modo a expor de que forma a articulação entre as duas vertentes colabora para a divulgação das mensagens e do posicionamento da instituição no contato com seus públicos-alvo.

A fim de compreendermos o papel da comunicação enquanto incentivadora da política de ações afirmativas junto à comunidade acadêmica da UFJF (em seus campi sede e avançado), iniciamos abordando o conceito de comunidade. Segundo Paiva (1998, p. 92), “[...] a ideia de comunidade como elemento de união entre os indivíduos reforça o espírito de fraternidade e convivência”. Miani complementa destacando que o ato de viver em comunidade significa “[...] envolver concretamente cada um dos indivíduos na dinâmica própria de um determinado grupo social, recuperando sua pessoalidade e valorizando sua subjetividade no contexto da coletividade” (MIANI, 2011, p. 225).

O sentido das ações afirmativas vai ao encontro dos conceitos expostos anteriormente por Miani, uma vez que visa ao convívio respeitoso entre as diferentes populações que coexistem em sociedade, combatendo o preconceito, as discriminações e a ideia de superioridade de um povo frente a outro.

Ainda no mesmo raciocínio, Miani explica que a comunidade deve ser entendida como o resultado de uma dinâmica social “estabelecida por um conjunto de indivíduos que se reconhecem como construtores de um sentimento coletivo de pertencimento no interior de um grupo social” (MIANI, 2011, p. 226).

Analogamente, podemos relacionar a comunidade descrita acima à comunidade acadêmica da UFJF, alvo das ações de comunicação analisadas neste trabalho. Essa comparação surge da similaridade entre o conceito acima e a realidade observada na Universidade. Os estudantes representam os indivíduos construtores de uma realidade que os insere em um grupo social: a comunidade acadêmica da instituição.

Dessa forma, compreendemos que as diferentes populações que convivem no ambiente universitário da UFJF, tanto no campus sede quanto no campus avançado, devem, naturalmente, respeitar suas diferenças e garantir que todas possam assumir suas ideologias, escolhas e condições, sem que com isso tenham cerceados seus direitos.

A partir dos conceitos e das abordagens apresentadas acima, podemos, então, compreender as semelhanças entre o conceito de comunicação institucional e a atividade realizada pela equipe de comunicação da UFJF em conjunto com a Diaaf, no sentido de dar voz às reivindicações dos integrantes da comunidade acadêmica e reforçar a postura da Instituição no que tange à igualdade de direitos e ao respeito às minorias. Através das campanhas divulgadas nas redes sociais, no portal da UFJF e no campus sede, os coletivos e grupos de pesquisa compostos por minorias como LGBTTTIs, negros, mulheres, podem reivindicar respeito e inclusão.

O ato de educar e preparar jovens para o convívio em sociedade é tarefa de diferentes instituições como a família, a escola e a igreja, conforme Peruzzo (1999). Enquanto educadora, a UFJF tem, também, influência nas relações interpessoais ocorridas no ambiente acadêmico. Dessa forma, Peruzzo (1999) relaciona educação e preparação para a socialização em comunidade, uma vez que “educação significa educar para a sociedade. [...]. É também educar para a convivência social e a cidadania, para a tomada de consciência e o exercício dos direitos e deveres do cidadão”. (PERUZZO, 1999, p. 211).

Segundo Moretti (1999, p.60 *apud* Peruzzo, 1999, p. 211),

[...] a escola, além de dedicar-se a ensinar os saberes científicos e a habilitar pessoas para a vida profissional, deve ter um objetivo maior, o de preparar as pessoas para o exercício de seus direitos. Dos direitos humanos, direitos de cidadão, ou seja, direitos civis, sociais e políticos.

Tal preparação envolve a abrangência das campanhas desenvolvidas pela Diaaf enquanto incentivadora de processos integrativos, que visam à convivência coletiva com minorias, a partir do respeito às diferenças. Essa é também a reivindicação dos movimentos sociais dos quais essas minorias fazem parte. Dessa forma, conforme Peruzzo (1999, p. 217),

[...] no contexto de tais movimentos, desenvolvem-se experiências de uma comunicação que pode ser denominada de popular ou comunitária, a qual evidencia características próprias, entre elas, o exercício da participação direta. Ali se faz possível que os receptores das mensagens dos meios de comunicação se tornem também produtores das mesmas, se tornem emissores do processo de comunicação.

Dito isso, compreendemos a relação entre a concretização das ações comunicacionais da Universidade e os anseios por respeito, integração e participação de integrantes do meio LGBTTI, negros, mulheres e pessoas com deficiência. A função das postagens, campanhas e mobilizações institucionais é, portanto, a conclusão do raciocínio de Peruzzo (1999), conforme a seguir.

Os meios de comunicação comunitários/populares — nem todos, obviamente — têm assim o potencial de serem, ao mesmo tempo, parte de um processo de organização popular e canais carregados de conteúdos informacionais e culturais, além de possibilitarem a prática da participação direta nos mecanismos de planejamento, produção e gestão. Contribuem, portanto, duplamente, para a construção da cidadania. Oferecem um potencial educativo enquanto processo e também pelo conteúdo das mensagens que transmitem. Por seus conteúdos podem dar vazão à socialização do legado do histórico do conhecimento, facilitar a compreensão das relações sociais, dos mecanismos da estrutura do poder (compreender melhor as coisas da

política), dos assuntos públicos do país, esclarecer sobre os direitos da pessoa humana e discutir os problemas locais (PERUZZO, 1999, p. 218).

Dar espaço à manifestação cultural de saberes, culturas e ideologias das minorias que compõem a comunidade acadêmica da UFJF é incentivar a diversidade, a integração e a aceitação de todas e todos no ambiente acadêmico e, também, fora dele. Não apenas com objetivo de informar, os veículos de comunicação da Universidade passam a ser também disseminadores de conteúdos educacionais, formadores de um cidadão apto a conviver em sociedade e em meio a diferentes grupos.

Os meios de comunicação, implementados no contexto das organizações progressistas da sociedade civil, assumem mais claramente um papel educativo, tanto pelo conteúdo de suas mensagens, quanto pelo processo de participação popular que eles podem arregimentar na produção, planejamento e gestão da própria comunicação. A participação popular é algo construído dentro de uma dinâmica de engajamento social mais amplo, em prol do desenvolvimento social e que tem o potencial de, uma vez efetivada, ajudar a mexer com a cultura, a construir e reconstruir valores, contribuir para maior consciência dos direitos humanos fundamentais e dos direitos de cidadania, a compreender melhor o mundo e o funcionamento dos próprios meios de comunicação de massa. Revelam-se, assim, como espaço de aprendizado das pessoas para o exercício de seus direitos e a ampliação da cidadania. (PERUZZO, 1999, p. 225).

Finaliza Peruzzo (1999), então, com a ideia de que a escola não é mais um espaço especializado em apenas educar; com o apoio dos meios de divulgação de mensagens, a Instituição divide com a comunicação o poder da educação e da preparação para cidadania.

2.3 METODOLOGIA

Por estarem localizadas em regiões consideravelmente afastadas geograficamente e com históricos distintos de sociedades, culturas e costumes, compreende-se que a realidade de Juiz de Fora seja diferente da de Governador Valadares. Dito isso, é preciso analisar bem o histórico de cada região para compreender a função das ações afirmativas enquanto incentivadoras da convivência social igualitária e respeitadora. As minorias e os grupos integrantes da região da Zona da Mata podem diferir dos da região Leste de Minas Gerais.

Sob um diferente ponto de vista, mas ainda buscando compreender melhor como a comunicação pode se inserir na busca por melhores condições de integração e igualdade também no campus avançado, nesta seção apresentamos uma pesquisa de cunho qualitativo, a

partir de entrevistas, observação da realidade e análises. Assim, estruturamos os elementos da pesquisa observando a subjetividade dos sujeitos. Ao optarmos por realizar uma pesquisa qualitativa para dar aos entrevistados oportunidade de apresentarem suas opiniões e transparecerem seus sentimentos - de pertencimento, orgulho, descaso, luta, discriminação, injustiça, resistência, entre outros que possam ser apresentados. Segundo Gaskel (2002, p.65 *apud* CÂMARA, 2013, p. 181), a pesquisa qualitativa:

[...] fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivação, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos.

Dessa forma, objetivamos a conhecer a relação entre os entrevistados e a política de ações afirmativas da UFJF, se existe uma interação, como ela se desenha, que ações auxiliam no sentimento de pertencimento à Universidade, e, sobretudo, quais outras atividades poderiam ser arquitetadas visando a uma maior integração.

Ainda segundo Gaskel (2002, p.65 *apud* CÂMARA, 2013, p. 181), o objetivo na pesquisa qualitativa é compreender o assunto que se estuda na visão dos entrevistados. Assim, enseja-se

[...] o fornecimento de uma descrição detalhada de um meio social específico, uma base para construir um referencial para pesquisas futuras e fornecer dados para testar expectativas e hipóteses desenvolvidas fora de uma perspectiva teórica específica (GASKEL 2002, p.65 *apud* CÂMARA, 2013, p. 181).

A fim de garantir maior envolvimento com os entrevistados e fazer com que da ocasião surja o maior número de informações e dados para a pesquisa, acreditamos que a entrevista semiestruturada proporcione maior liberdade para exposição de ideias, seguindo um roteiro pré-estabelecido e dando rumo próprio à conversa.

A escolha de entrevistas como instrumento de pesquisa se deu pelo intuito de promover maior individualidade a cada entrevistado, que teria, durante a pesquisa, um momento para apresentar suas opiniões e seus anseios na temática abordada. A entrevista, em substituição ao questionário, por exemplo, nos permite direcionar o assunto em momentos oportunos, a fim de garantir maior absorção da opinião e das ideias do entrevistado. Utilizaremos os aparatos da comunicação comunitária, como mobilizador teórico das análises empreendidas, por meio das ferramentas de comunicação utilizadas pelo setor de CCE e pela

Imagem Institucional para dar voz e oferecer ouvidos aos integrantes do campus e aos servidores da UFJF-GV.

Nossos objetos de estudo serão os integrantes do setor de Comunicação, Cultura e Eventos da UFJF-GV e também integrantes de grupos que compõem as minorias no campus avançado, tais como coletivos de resistência, e também estudantes da Universidade. Além de técnico-administrativos em Educação que compõem o setor de CCE, serão entrevistados servidores que integram o quadro da Instituição e estudantes da Universidade, a fim de abranger os diversos segmentos que compõem a comunidade acadêmica da UFJF-GV.

A escolha dos entrevistados se deu a partir da necessidade de conhecer essas pessoas, como elas se inserem na dinâmica na Universidade, como elas se caracterizam enquanto integrantes do campus avançado, quais são seus anseios e como analisam a comunicação enquanto ferramenta, potencializadora, ou não, de melhorias. Buscaremos, por fim, colher direcionamentos que nos ajudem a promover um trabalho mais integrador e igualitário. Foram realizadas entrevistas com oito sujeitos, organizados no Quadro 1 de acordo com sua lotação na UFJF-GV. Para as entrevistas, foram escolhidos três servidores do setor de Comunicação, Cultura e Eventos da Instituição; dois estudantes, sendo um do Instituto de Ciências da Vida (ICV) e outro do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA); um professor do ICSA; além de um psicólogo e um assistente social do setor de Apoio Estudantil da UFJF-GV.

Quadro 1 - Distribuição de entrevistados por lotação

Sujeito	Lotação
Entrevistado A	Setor de Comunicação da UFJF-GV
Entrevistado B	Setor de Comunicação da UFJF-GV
Entrevistado C	Setor de Comunicação da UFJF-GV
Entrevistado D	Estudante do ICSA, militante da causa negra e feminista
Entrevistado E	Estudante do ICV, militante da causa LGBTTI, integrante da Atlética LGBTTI.
Entrevistado F	Professor do ICSA
Entrevistado G	Assistente Social do Setor de Apoio Estudantil da UFJF-GV
Entrevistado H	Psicólogo do Setor de Apoio Estudantil da UFJF-GV e presidente da Comissão de Acessibilidade do campus avançado

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas, em sua maioria, nas dependências onde são oferecidas as atividades da UFJF-GV. A escolha do local se deu para facilitar a realização da conversa sem que a ocasião interferisse no cotidiano do profissional ou estudante.

Os Termos de Consentimento Livre Esclarecido apresentados aos entrevistados e assinados por eles (Anexo A) continham cláusulas que garantiam ao participante o sigilo no trato de sua identidade ao expor as ideias apresentadas durante a entrevista. Por esse motivo,

não será revelado o nome do entrevistado ao serem expostas suas considerações para o trabalho. A opção pelo sigilo é importante para que se preserve o entrevistado, ao mesmo tempo em que permite que sejam abordados exemplos e casos que, se houvesse a identificação de quem faz o relato, não seriam citados. Na sequência, apresentamos os resultados e a discussão advinda da pesquisa realizada.

O direcionamento da entrevista com os servidores do setor de CCE foi dado pelo roteiro, disponível no Apêndice B deste trabalho. Buscamos compreender o que os servidores consideram como entraves ou artifícios no processo de integração com a comunidade acadêmica, quais são as possibilidades de acesso das ferramentas de comunicação no contato com os diferentes grupos da região, e também quais são os desafios que se colocam no caminho para que esses objetivos de integração e coletividade sejam alcançados.

No Apêndice C, estão disponíveis as perguntas utilizadas como roteiro para direcionar o contato com os integrantes das minorias e do campus avançado que se relacionam ao tema. Na ocasião, buscamos absorver informações que nos ajudem a compreender como eles se sentem representados pela UFJF-GV, como as ações institucionais saciam, ou não, seu desejo de integração e atuação no meio acadêmico.

Nosso objetivo no contato com profissionais da comunicação e com a comunidade em si era compreender como a comunicação pode impulsionar ações que favoreçam a coletividade que compõe o campus avançado. Por fim, queremos, com isso, conhecer as minorias presentes na UFJF-GV, que grupos anseiam, se anseiam, por políticas afirmativas no campus avançado, e, como essa ação poderia ser planejada a fim de promover sua integração.

Quadro 2 - Eixos de análise das perguntas feitas aos entrevistados

Eixo de análise	Perguntas
Ações Afirmativas	Setor de Comunicação e Eventos: 1,2, 3 e 4. Integrantes da comunidade acadêmica: 1, 2 e 3.
Atuação da comunicação no incentivo à política de ações afirmativas	Setor de Comunicação e Eventos: 5, 6 e 7. Integrantes da comunidade acadêmica: 4, 5 e 6.
Avaliação das ações institucionais já realizadas pela UFJF nos dois campi	Setor de Comunicação e Evento: 12 e 13. Integrantes da comunidade acadêmica: 8, 9 e 10.
Entraves para o estabelecimento de ações inclusivas em Governador Valadares	Setor de Comunicação e Eventos: 8, 10 e 11. Integrantes da comunidade acadêmica: 7, 11 e 12.
Repercussão de campanha afirmativa do ‘Na Hora do Lanche’, da Imagem Institucional em JF	Setor de Comunicação e Eventos: 12 e 13. Integrantes da comunidade acadêmica: 13 e 14.
Sugestões para atuação do setor de Comunicação em GV	Setor de Comunicação e Eventos: 14. Integrantes da comunidade acadêmica: 16.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa.

É necessário esclarecer, neste ponto, que o quadro acima representa a base de organização das questões aplicadas aos entrevistados. Devido ao fato de ter-se optado pela

entrevista semi-estruturada, ocorreu aglutinação de questões em alguns momentos da pesquisa, bem como o surgimento de novas questões suscitadas pelo rumo da entrevista. Dessa forma, o desenvolvimento das entrevistas seguiu o quadro acima como base, mas passou por livre adaptação para adequar-se melhor ao diálogo.

Durante a produção do roteiro de entrevistas, buscamos formular perguntas que abrangessem a questão das ações afirmativas na Universidade, desde seu conceito até a avaliação das ações já realizadas pela instituição. O primeiro eixo de análise busca conceituar as ações afirmativas a partir da opinião dos entrevistados, visto que é importante nos assegurarmos sobre a ciência dos sujeitos da pesquisa acerca do tema do trabalho. O segundo eixo de análise vincula a comunicação à política de ações afirmativas, a partir do questionamento sobre a atuação do setor no que tange à aplicação da política. A avaliação das atividades já realizadas pela instituição é tema do terceiro eixo de análise; através do julgamento por parte dos entrevistados sobre as ações dos dois campi da UFJF.

Buscamos compreender, também, que motivos os entrevistados entendem como entraves para a aplicação de políticas afirmativas na cidade de Governador Valadares. Nesse ponto, o quarto eixo de análise visa entender como é a recepção da sociedade valadarense às atividades afirmativas da Universidade, na visão dos entrevistados. Para conhecer a opinião deles sobre uma das campanhas realizadas recentemente pelo campus sede, que gerou repercussões negativa e positiva tanto em Juiz de Fora quanto em portais de internet de todo o país, construímos o quinto eixo de análise: repercussão de campanha afirmativa do ‘Na Hora do Lanche’, da Imagem Institucional em JF. Por fim, no último eixo de análise, estipulamos questões que permitissem aos entrevistados apresentar suas sugestões para a atuação do setor de comunicação e para a Universidade no geral.

Estando esclarecidas as circunstâncias que antecederam a pesquisa de campo, realização das entrevistas, seleção dos entrevistados e produção dos questionamentos aplicados, passamos, então, para a análise dos dados coletados durante as entrevistas. Os trechos transcritos apresentam a percepção de servidores técnico-administrativos, professores e estudantes acerca das ações afirmativas na UFJF-GV, bem como as carências de ações em sua concepção, as sugestões para implementação de políticas e as considerações sobre a atual situação do campus avançado.

2.4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

Nesta seção são apresentados fragmentos das entrevistas semiestruturadas realizadas com três servidores do setor de Comunicação Cultura e Eventos e cinco integrantes da comunidade acadêmica da UFJF-GV. Junto aos depoimentos, apresentamos análises dos pontos considerados mais relevantes no sentido de compreender a atual situação da Universidade enquanto incentivadora da política de ações afirmativas, bem como do papel do setor de Comunicação nesse objetivo principal.

A partir do contato com os servidores do setor de CCE, buscou-se, por meio dos questionamentos, compreender sua opinião acerca do trabalho realizado no setor, suas expectativas no contato com a equipe da Imagem Institucional, a busca de apoio no campus sede e as sugestões para atuação no campus avançado. Por outro lado, durante as entrevistas com os integrantes da comunidade acadêmica, o objetivo era compreender a opinião acerca da atual situação da política de ações afirmativas no campus avançado – o diagnóstico atual, o que falta ser feito, possíveis ações e seus desdobramentos. Destacamos que isso se deve ao fato de algumas questões terem sido estruturadas para o levantamento de evidências do capítulo 1, sobretudo com o CCE. Assim, ao voltarmos a campo para (re)entrevistá-los, o foco recaiu em possibilidades de trabalho para a estruturação das ações afirmativas. Ao demais sujeitos o roteiro de entrevista apresentava elementos de suas percepções sobre o campo, ações afirmativas, bem como as possibilidades e desafios do campus. Essa característica proporcionou complementaridades dos sujeitos entrevistados.

Ante o exposto, percebemos que muitas são as conclusões decorrentes das entrevistas realizadas nesse trabalho. A fim de segmentar os resultados obtidos entre os dois grupos (servidores do Setor de CCE e comunidade acadêmica), os dados obtidos foram segmentados a partir das percepções relacionadas a temas que envolvem as ações afirmativas – o conceito, a política, os grupos envolvidos, as ações já realizadas e as sugestões de atuação, por exemplo. Essas análises subsidiaram o Plano de Ação Educacional, que constitui o capítulo 3 da presente dissertação, contendo sugestões de intervenções a serem implantadas no campus avançado.

2.4.1 Percepções relacionadas ao conceito de ações afirmativas

Um primeiro elemento a ser compreendido dentro dos processos de inclusão diz respeito à compreensão dos diferentes sujeitos sobre o entendimento do conceito de Ações

Afirmativas. Com intuito de compreender essa questão, para além do setor de Comunicação, Cultura e Eventos de GV, já integrante do primeiro capítulo deste trabalho, perguntamos aos demais sujeitos de pesquisa quais seriam suas percepções sobre o significado do termo “ações afirmativas” e o conteúdo trazido pela temática às discussões contemporâneas.

Os entrevistados apresentaram ciência do conceito de Ações Afirmativas, mostrando-se capazes de exemplificar políticas que se enquadrem no tema e, sobretudo, ações realizadas no contexto educacional no sentido de incentivar o debate sobre o assunto. Destacam-se entre as percepções obtidas elementos nos quais as ações afirmativas são vistas como medida de reparação a deficiências históricas que culminaram na exclusão de determinados grupos no que diz respeito ao acesso a serviços no geral. Em sua fala, o Entrevistado D considera ações afirmativas como o início de um processo que busca integrar grupos à sociedade. “Eu acho que é o início de um processo de inclusão, no que se trata da questão indígena e da questão racial, pelo menos” (ENTREVISTADO D. Entrevista realizada em 25 de abril de 2018).

De acordo com o Entrevistado G, as ações são uma forma de reparar danos já aplicados ao longo do tempo.

Medida de reparação de algumas situações que ocorreram ao longo da história e que acabaram por excluir essas pessoas de alguns direitos e garantias fundamentais, por exemplo, o acesso à educação. As mulheres demoraram a ter acesso à educação, os negros demoraram a ter acesso à educação, a comunidade LBGT, de forma geral, também é excluída de alguns processos, e dentre eles também a educação. Então temos as garantias básicas de vida fundamentais, e as minorias são excluídas dessas garantias, assim as políticas de ações afirmativas têm o papel de reparar um dano causado pela estrutura da nossa sociedade (ENTREVISTADO G. Entrevista realizada em 5 de junho de 2018).

Nas falas desses entrevistados podemos perceber que eles apontam para os elementos de reparação das deficiências históricas, nas questões sociais e culturais, e responsáveis por culminar na exclusão de determinados grupos. Assim, nota-se que para além das desigualdades raciais, as ações afirmativas têm sua aplicação na inclusão de grupos minoritários excluídos historicamente.

Vemos, com isso, uma aproximação entre essas falas e os apontamentos de Gomes (2001), ao ressaltar as cotas serem para além das questões étnico raciais. A partir das concepções do autor, o aspecto a ser percebido nesse trecho é a minoração das desigualdades sociais, o que torna-se importante para entendermos as formas de dar evidência a camadas da sociedade já vitimadas pelos processos de discriminação histórica.

É importante perceber a vinculação entre as ideias do autor e a concepção apresentada pelos entrevistados, a fim de garantir uma aceção ampla do conceito e de suas aplicações. Atestar o entendimento do conceito das ações afirmativas é uma das principais ações na busca pela ampliação de seu uso no ambiente acadêmico, através da atuação dos docentes, técnico-administrativos e no cotidiano dos discentes da Universidade.

No decorrer das entrevistas, foi abordada também a utilidade das ações afirmativas em seu aspecto de promoção da chamada ‘discriminação positiva’, termo já abordado no presente trabalho quando da conceituação inicial do tema. A fim de contextualizar ao leitor, o termo ‘discriminação positiva’ refere-se ao ato de tratar de forma diferente grupos já diferenciados por sua trajetória histórica, posição social ou situação socioeconômica. Campos (2013, p. 2) vincula as ações afirmativas a uma espécie de ‘discriminação positiva’, visto que “discrimina-se para incluir, levando-se em consideração idiosincrasias de gênero, etnia, raça e classe social”. Desse modo, as cotas sociais e raciais da Universidade são um exemplo de discriminação positiva o que aparece na fala do Entrevistado H ao dizer que ações afirmativas

[...] visam proporcionar alguma forma de discriminação, mas uma discriminação positiva, no sentido de oferecer para determinados grupos sociais (que foram historicamente desfavorecidos pelas circunstâncias) maneiras de realizar atividades e fazer aquilo que precisam na vida de uma maneira que possam estar em pé de igualdade com os grupos majoritários, que não foram tão prejudicados ao longo da história (ENTREVISTADO H. Entrevista realizada em 11 de junho de 2018).

Há uma convergência entre as ideias expostas pelo Entrevistado H e a autora citada, pois para Campos (2013) a aplicação das políticas de ações afirmativas configura a criação de oportunidades a grupos vitimados, o que vem a amenizar disparidades já existentes. Enquanto instituição pública, é ainda mais importante que a UFJF esteja atenta a questões que proporcionem sentimentos de igualdade e respeito nos integrantes da comunidade acadêmica, por ser um ambiente que promove a educação e estimula o pensamento crítico. Essas questões, neste contexto, referem-se à política de ações afirmativas, em seu objetivo de disseminar a igualdade e combater o preconceito em todas as suas formas.

O Entrevistado F complementa a percepção do tema ao destacar o papel da Universidade em promover a discussão sobre ações afirmativas, na busca pela correção de desigualdades históricas.

Principalmente num ambiente universitário público, se a gente percebe desigualdades, carências históricas socialmente, academicamente, profissionalmente, eu acho que a Universidade tem o dever objetivo,

inclusive constitucional, de exercer seu papel de correção dessas desigualdades. Uma das políticas de correção dessas desigualdades são as ações afirmativas, que podem se traduzir de diversas formas: cotas sociais, econômicas, raciais, mas também campanhas de inclusão, conscientização, e outros tipos de ações. Então eu vejo ações afirmativas de uma forma ampla, da qual, por exemplo, campanhas de conscientização são uma das espécies (ENTREVISTADO F. Entrevista realizada em 29 de maio de 2018).

Conforme podemos perceber em sua fala, a Instituição deve promover políticas de correção das diversas desigualdades - sociais, culturais e históricas, por exemplo. O Entrevistado F cita ainda formas utilizadas pela Universidade, tais como cotas sociais, econômicas, raciais e campanhas de inclusão. Sua fala reforça a opinião do integrante do setor de Comunicação, Cultura e Eventos – já apresentada no primeiro capítulo deste trabalho, quando diz que a instituição deve desenvolver programas que visem ao respeito e à convivência.

A comunicação pode ter papel importante nesse sentido de formação e reforço dos princípios institucionais, segundo Kunsch (2003) ao destacar que os objetivos da Comunicação Institucional perpassam a mera divulgação institucional por meio de materiais produzidos pela organização. Segundo a autora “[...] fazer comunicação institucional implica conhecer a organização e compartilhar seus atributos missão, visão, valores, filosofia e políticas” (KUNSCH, 2003, p.165). Aqui, para além das ações afirmativas, destaca-se o dever da Instituição enquanto formadora de opiniões e integrante ativa no processo de formação de jovens e adultos, que convivem em sociedade.

Neste ponto, o Entrevistado H converge e destaca como função da Comunicação a ação de reforçar conceitos e incentivar reflexões nos destinatários de suas mensagens.

Talvez a principal função seja essa... na medida em que você tem sempre *banner*, cartazes, imagens no Facebook, no Instagram falando sobre isso [ações afirmativas], as pessoas não esquecem. E aí na hora de agir, de se relacionar, elas vão pensar no que vai fazer diferença. Então acho que a principal função é essa: provocar e não deixar esquecer (ENTREVISTADO H. Entrevista realizada em 11 de junho de 2018).

Observamos, pois, uma aproximação entre a opinião exposta pelo entrevistado e Kunsch, pois ambos consideram a comunicação uma ferramenta para divulgar o posicionamento de uma empresa ou instituição, fazendo com que seus ideais e valores sejam conhecidos e lembrados pelos públicos que convivem ao seu redor.

Ainda no viés do incentivo ao pensamento crítico, o Entrevistado D reforça o papel das instituições públicas em fomentar o debate e promover informação a todos que nela convivem e que dela dependem.

[...] a UFJF tem papel fundamental nisso [na discussão de ações afirmativas]. No sentido de cumprir mesmo com o seu papel de universidade pública que é fomentar o debate e trazer pra sociedade que ta ali informação e serviço de boa qualidade, e pessoas que estejam dispostas a criticar e debater a diversidade mesmo (ENTREVISTADO D. Entrevista realizada em 25 de abril de 2018).

A mobilização da UFJF, neste caso, se dá a partir da ação da comunicação em transmitir conteúdo informativo e formador de opinião aos leitores, estudantes e comunidade no geral. A comunicação, através dos materiais divulgados pela Universidade, torna mais abrangentes e publiciza as questões de igualdade e respeito, necessárias à criação e manutenção de um ambiente inclusivo e civilizado, pautado no bem comum de seus integrantes. Em outras palavras, os materiais produzidos pelo Setor de CCE, como *banners*, cartazes e imagens, conforme dito pelo Entrevistado H, tornam comum e enfatizam um elemento que deve ser parte do dia a dia dos usuários das redes e da Universidade: o respeito. A partir da atuação dos profissionais de comunicação, podemos propagar as ações afirmativas em prol do bem comum, dentro e fora do ambiente acadêmico. Essa prática acontece por meio de ações voltadas a tornar comuns os ideais de convivência plural, igualdade e respeito entre os integrantes da comunidade acadêmica da Universidade e a sociedade como um todo e, retomando a fala de Peruzzo (2006) a origem da palavra vincula-se ao termo *communis*. Em outras palavras podem ser colocadas em cena, pelos meios comunicativos, temas, assuntos e objetos voltados à reflexão, proporcionando a igualdade e possibilidade equânime aos diferentes sujeitos.

A fim de compreender a política de ações afirmativas da UFJF sob a ótica dos entrevistados, produzimos questionamentos sobre as ações já realizadas pela Instituição e também a necessidade de criação de novas políticas em Governador Valadares. Na próxima seção, apresentamos as análises embasadas na opinião dos integrantes da UFJF-GV sobre a política de ações afirmativas na Universidade como um todo.

2.4.2 Percepções relacionadas à política de ações afirmativas

A discussão sobre a política de ações afirmativas da UFJF-GV, ainda que incipiente, é objeto de análises nesta seção do trabalho. Produzimos debates que versam sobre o que é realizado e, em certa medida, o que poderia ser organizado futuramente e os impactos dessas mudanças na comunidade acadêmica. Buscamos, nessa parte do texto, conhecer a opinião dos sujeitos sobre a atual política e as expectativas de melhorias para o campus avançado da UFJF.

Os entrevistados foram questionados, também, sobre o cenário de ações voltadas à questão afirmativa na Universidade. A respeito desse tópico, os três entrevistados do setor de CCE consideram que poderiam ser feitas mais ações, principalmente no campus avançado de Governador Valadares. “Pode ser fomentado, sobretudo em GV onde praticamente não existem campanhas nesse sentido, e se existe é muito pouco. Então acho que pode ser melhorado em GV e também em JF, pode ser aperfeiçoado” (ENTREVISTADO A. Entrevista realizada em 9 de maio de 2018).

A opinião do colega é corroborada pelo entrevistado B em sua fala, quando reforça que acontece, de fato, maior realização de campanhas em Juiz de Fora do que em Governador Valadares. Ele destaca uma possível demanda de encaminhamentos provenientes do campus sede ao campus avançado, no sentido de incentivar a realização de campanhas afirmativas na UFJF-GV: “Em JF a gente vê uma ação de publicidade maior. Em GV a gente tem tido poucas ações nesse sentido, muitas vezes porque se espera de JF esse encaminhamento, e também porque aqui não está muito aflorado esse debate” (ENTREVISTADO B. Entrevista realizada em 3 de maio de 2018).

Os excertos acima nos demonstram a carência de uma maior mobilização para a realização de campanhas e atividades inclusivas no campus avançado. A partir das falas extraídas das entrevistas, é possível ver trechos nos quais são demandadas ações de inclusão alinhadas à perspectiva das ações afirmativas, bem como há um desejo, por parte dos sujeitos de pesquisa, de inserção das diferentes minorias e grupos representativos. Dar voz às lutas populares por expressão e melhores condições de vida figuram entre os objetivos da comunicação comunitária, conforme Peruzzo (2006, p.4). A autora reforça que o modelo comunicacional tem o povo – iniciativas coletivas ou momentos e organizações populares – como protagonista principal e destinatário. “Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o ‘povo’ como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo”.

A discrepância na proporção das atividades promovidas em Juiz de Fora e em GV também figurou entre as queixas apresentadas durante os diálogos da pesquisa de campo. Cabe neste ponto salientar a importância de se levar em consideração a dimensão e a experiência do campus sede em relação ao campus GV, o que permite maior abrangência de ações em Juiz de Fora, maior incidência de atividades no campus sede, variedade de programas e oportunidades oferecidos à comunidade acadêmica. Entretanto, no presente trabalho, buscamos verificar o que é realizado em GV, o reflexo dessas atividades na comunidade acadêmica e os anseios dessa população por demais intervenções e condutas.

A carência de representatividade nos grupos minoritários é ilustrada pelo Entrevistado B, ao citar a prevalência de brancos em detrimento de negros na composição da reitoria da UFJF, por exemplo. Em sua opinião, o único negro na reitoria da Universidade é o diretor de Ações Afirmativas³⁰. O entrevistado aponta, também, que no Campus GV a discrepância é observada ao se analisar os ocupantes dos cargos de chefia: “No campus avançado, por exemplo, a maioria dos cargos de gestão está nas mãos dos homens, então essa questão do gênero, da presença da mulher ainda é muito menor” (ENTREVISTADO B. Entrevista realizada em 3 de maio de 2018).

As discrepâncias na composição do quadro docente da Universidade são citadas por mais de um entrevistado. Tais opiniões demonstram que a carência de igualdade no ambiente da UFJF é observada pelos entrevistados para além do contexto acadêmico.

[...] se houvesse, por exemplo, igualdade de gênero no dia a dia da Universidade, não haveria necessidade de *posts* sobre o feminismo ou campanha contra o machismo. No entanto, se percebe que essa não é a realidade do nosso dia a dia. É só ver, por exemplo, o perfil docente, você vai encontrar muito mais homens do que mulheres no ensino superior, e pesquisadores (ENTREVISTADO F. Entrevista realizada em 29 de maio de 2018).

A partir dos relatos apresentados, torna-se importante planejar a produção de um diagnóstico sobre a realidade da Universidade em Governador Valadares, as pessoas que compõem o quadro administrativo e acadêmico, a prevalência, ou não, de determinado gênero no quantitativo de servidores, bem como os índices de ocupação por raças. Amaral (2013) destaca que, apesar da crescente democratização do ensino superior, não se pode atestar que há, de fato, democracia no ambiente acadêmico. Segundo o autor, “mesmo a presença de

³⁰ Apesar de o entrevistado dizer que há apenas um negro na reitoria da UFJF, ressaltamos que existem mais integrantes nesse grupo. Essa diferenciação se dá devido à atual classificação racial do IBGE, que oferece cinco opções de autodeclaração, a saber: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Para a classificação da população negra, faz-se o somatório de quem se autodeclara preto e pardo.

determinados sujeitos e grupos sociais no interior das instituições acadêmicas brasileiras não é garantia de permanência igualitária nesse espaço” (AMARAL, 2013, p. 230). A partir do trecho extraído da obra de Amaral, em conjunto com os relatos prévios dos entrevistados, consideramos importante incluir a realização do diagnóstico da Universidade entre as ações futuras a serem implantadas. Isso se dá porque, segundo exposto pelo autor, não deve ser presumida a existência de uma ocupação igualitária nas instituições. Essa hipótese é reforçada pelos entrevistados, que relatam algumas das desigualdades observadas na Universidade, tanto no ambiente acadêmico quanto na ocupação de cargos de chefia de ambos os campi.

O Entrevistado B pontua a necessidade de se compreender quem são as pessoas que demandam ações que as concedam de volta a igualdade já historicamente diminuída. Conforme o Entrevistado B, o diagnóstico representa um desafio.

Existe um desafio para descobrir o que está invisível, quais são os grupos que estão invisíveis, que não se sentem à vontade para chegar até a direção e pedir apoio, até a comunicação e pedir apoio. Eu acho que isso é um desafio muito grande para a Universidade mostrar que está realmente aberta para esses grupos (ENTREVISTADO B. Entrevista realizada em 3 de maio de 2018).

Amaral (2013) discute a existência de grupos, que neste trabalho são as chamadas minorias, que têm suas vozes silenciadas em um ambiente prioritariamente dominado por outras camadas sociais – ou seja, que estão invisíveis, conforme citado pelo Entrevistado B. A universidade, segundo o autor, pode representar um local de segregação

[...] por ser um espaço tipicamente dominado por um grupo, uma elite, específico, ela constrói/sustenta relações de poder e hierarquias em que algumas vozes são consideradas legítimas enquanto outras são silenciadas. Desta maneira, alguns sujeitos permanecem fora da ação de produção do conhecimento ou relegados a espaços específicos onde o impacto do seu conhecimento seja minimizado e deslegitimado (CRUZ et al. 2010 *apud* AMARAL, 2013, p.230).

A partir da citação do autor é possível compreender a necessidade de se realizar um estudo prévio no ambiente acadêmico, visando ao levantamento de estatísticas referentes aos grupos que compõem a comunidade acadêmica. Essa carência de dados é observada pelo Entrevistado B, que pontua também a necessidade de um estudo prévio no campus GV, para conhecer os públicos que compõem o quadro de estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos da UFJF-GV, conforme se destaca:

Esse é um movimento que precisa ser grande porque, principalmente com a abertura da Universidade, com esse processo de democratização, estamos recebendo pessoas de muitos lugares do país, de diferentes culturas e, para que a Universidade possa ser orgânica, ela precisa compreender essas realidades. E isso só se faz com pesquisa, diagnóstico, então acho que o primeiro passo é JF e GV entenderem qual é o seu cenário, para depois pensar estratégias. Se a gente não faz isso, o setor de comunicação trabalha, faz o material, mas ele tá comunicando pra quem, por quem? (ENTREVISTADO B. Entrevista realizada em 3 de maio de 2018).

No mesmo sentido, o Entrevistado F completa o raciocínio do colega, pontuando que o diagnóstico da realidade do campus é uma necessidade que antecede a carência de materiais comunicacionais, como campanhas e *posts*, por exemplo. Conforme a argumentação exposta, pode se compreender a opinião dos entrevistados de que é preciso primeiro conhecer o problema para depois tratá-lo.

A partir do momento em que se percebe essas carências, eu acho que as ações comunicativas têm o objetivo de ou evidenciá-las ou propor ações de correção a elas. E aí tem que ter uma identificação prévia desses problemas. Por isso que talvez identificar o problema seja anterior ao *post*. Identificar a especificidade do campus de GV, de JF, quais são as demandas principais que têm que ser atendidas, para aí depois elaborar estratégias de comunicação específicas para esse tipo de carência (ENTREVISTADO F. Entrevista realizada em 29 de maio de 2018).

Farber (2012) destaca que além de ensinar e educar profissionalmente, é papel da universidade promover iniciativas para o desenvolvimento humano, social, econômico e crítico. Para isso, é preciso que a instituição assuma um posicionamento a partir de suas políticas de gestão, “que necessitam estar alicerçadas em valores que reafirmem a democracia e os direitos humanos, o respeito pelas diferenças e especificidades de cada pessoa” (FARBER, 2012, p.122). Podemos relacionar políticas de gestão, neste caso, à atuação das diretorias de Ações Afirmativas e de Imagem Institucional.

Ainda sobre a produção de conteúdo específico que vá atender aos diferentes públicos que compõem o campus avançado, o Entrevistado D ressalta a importância de construir os materiais com coerência. “Esse setor de comunicação deve levar a informação de forma simples, clara e completa também, de forma com que a pessoa vá se identificar” (ENTREVISTADO D. Entrevista realizada em 25 de abril de 2018).

Conforme vimos nos parágrafos anteriores, a partir do embasamento dado pelas entrevistas, é preciso diagnosticar as necessidades da(s) comunidade(s) que ocupa(m) a Instituição, de forma a produzir uma comunicação abrangente e inclusiva, que atinja todas as

pessoas que fazem parte da UFJF-GV. Contudo, cabe ressaltar que não figura como foco deste trabalho a realização de um diagnóstico sobre a comunidade integrante da UFJF-GV. O levantamento dos públicos que compõem a instituição, de modo a quantificar o quadro e qualificar os grupos que integram a Universidade, é tema para um estudo futuro; neste trabalho buscamos suscitar discussões que levem, num segundo momento, a realizar esse diagnóstico. Destarte, a temática e a sugestão foram expostas devido ao fato de terem sido pontuadas durante as entrevistas.

A comparação entre as atividades realizadas em Juiz de Fora e Governador Valadares foi citada também por outros entrevistados. Um deles inclusive destaca as reportagens e vídeos promovidos no campus sede.

[...] a gente corriqueiramente comenta entre os discentes que JF parece que é um mundo totalmente diferente daqui quando se fala em ações afirmativas. A gente não sabe o que acontece: se é culpa da atual gestão do campus (de GV), ou se é a comunidade local de GV, porque são comunidades diferentes... Mas não é o mesmo espaço, com certeza, de forma alguma. A gente vê que é bem diferente, né? Eu já vi várias reportagens, por exemplo, um cara que se veste de drag e vai entrevistar as pessoas... E aqui eu nunca vi isso, você não vê esse tipo de ação... (ENTREVISTADO E. Entrevista realizada em 14 de junho de 2018).

Moretti (1999, p.60 *apud* PERUZZO, 1999, p.214) reforça a importância de um posicionamento da Instituição, seja nas intervenções comunicacionais ou mesmo por meio da atuação da Diaaf, ao relacionar o papel de instituições de ensino à preparação da comunidade para o exercício de seus direitos: “dos direitos humanos, direitos de cidadão, ou seja, direitos civis, sociais e políticos”. É por meio da educação promovida na Universidade, e do posicionamento dessa instituição perante seus públicos, que os estudantes vão ter consciência de sua igualdade e da importância de garantir seus direitos perante a sociedade. Dessa forma, a citação destacada acima se relaciona à demanda do Entrevistado E, quando reforça a necessidade de a instituição se posicionar no que tange à realização de campanhas afirmativas. Por meio do posicionamento da Universidade, será enfatizada a política institucional de apoio aos que nela convivem e que dela dependem.

Um fator complementar é ainda acrescentado pelo entrevistado C, que traz a presença da Diaaf no campus sede, atuando como incentivadora na produção de campanhas e ações afirmativas naquele campus. Ele considera o cenário das políticas afirmativas na Universidade “[...] em JF bem mais atuante do que em GV, em parte porque lá existe uma Diretoria de Ações Afirmativas que cuida dessa parte em parceria com outras pró-reitorias e diretorias,

coisa que em GV não existe tanto” (ENTREVISTADO C. Entrevista realizada em 25 de maio de 2018).

Elementos que estimulem a atuação da UFJF na realização de ações afirmativas, bem como na promoção de debates que incentivem a igualdade na comunidade acadêmica, devem ser pilares da instituição, pois conforme os ensinamentos de Kunsch (2003, p. 164), os componentes da comunicação institucional têm “[...] como proposta básica a influência político-social na sociedade onde está inserida”. Em consonância, Peruzzo (2006, p.9) complementa com a vinculação à comunicação comunitária, que visa “propiciar a participação ativa da população, ter propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de educação, cultura e ampliação da cidadania”. Ou seja, a política de promoção da igualdade e a consciência da luta coletiva por inclusão serão promovidas a partir do posicionamento da instituição, das intervenções sociais e midiáticas promovidas por ela, juntamente com as diretorias que a compõem.

Também durante as entrevistas, foi citada a realização do Fórum da Diversidade, em Governador Valadares, evento já pontuado neste trabalho. Os entrevistados, porém, ressaltaram que essa talvez tenha sido uma das únicas participações diretas da Diaaf no campus avançado. Em sua fala, o Entrevistado H comenta a dificuldade de o setor de Apoio assumir a demanda de implantação da política de ações afirmativas em GV.

[...] conversando com a Gerência de Graduação e a pró-reitoria de Assistência Estudantil, a gente considera que a gente não pode contemplar mais essa demanda. Porque as ações de Assistência Estudantil são muito amplas também, então o ideal seria ter uma representação da Diaaf aqui. Mas enquanto isso não acontece, nada impede que nós, até individualmente enquanto servidores, possamos participar de ações, de eventos relacionados a isso, e de alguma maneira fazer esse intercâmbio. Mas o ideal mesmo seria a existência de uma representação da Diaaf aqui (ENTREVISTADO H. Entrevista realizada em 11 de junho de 2018).

Cabe destacar que o setor de Apoio Estudantil é vinculado à Pró-reitoria de Assistência Estudantil. Durante a pesquisa, entrevistamos dois servidores do setor de Apoio Estudantil; ambos destacam a necessidade de atuação da Diaaf no campus avançado, seja através de uma secretaria, um desmembramento da diretoria ou um servidor específico para a tarefa. O Entrevistado G cita a Ouvidoria, um setor especializado em receber as denúncias da comunidade acadêmica, mas que devido ao distanciamento – geográfico e de atuação - entre o campus sede e o avançado, teria sua aplicação prejudicada no sentido do retorno aos estudantes.

O ideal é ter um órgão da Diaaf aqui, uma Seção, um setor especializado que vai tratar disso. Por exemplo, a gente tem uma Ouvidoria Especializada para casos de denúncias envolvendo situações dessas questões afirmativas. E aí aqui os estudantes não têm um canal. Ele é atendido em JF, quando essa ouvidoria atende é em JF. Se tivesse aqui, poderia aproximar e agilizar a resolução ou o debate do tema que foi gerado pela denúncia. Como fica em JF, até chegar aqui para se averiguar a denúncia, para criar um hábito de dialogar entre a comunidade acadêmica, é uma morosidade (ENTREVISTADO G. Entrevista realizada em 5 de junho de 2018).

A carência de estratégias e alternativas para sanar a ausência da Diaaf no campus GV é evidenciada neste trecho da entrevista. A partir do posicionamento do entrevistado, percebemos a necessidade de se pensar uma possível vinculação ou setor secundário da Diaaf em Governador Valadares, a fim de que sejam possibilitadas maiores interações entre o campus avançado e a Diretoria, em Juiz de Fora, no sentido de incentivar a política afirmativa e combater episódios de preconceito. Essa demanda por pertencimento e amparo institucional na questão afirmativa pode ser considerada um dos objetivos de atuação da comunicação, que enseja, através de seus materiais e campanhas, a reflexão e o pensamento crítico em seus públicos-alvo – as comunidades acadêmica da UFJF e também a valadarense.

Em complementaridade, o entrevistado B reforça uma preocupação adicional no que diz respeito à efetivação das ações voltadas aos grupos minoritários. Seu ponto de vista se baseia na necessidade de articulação de ações mais estratégicas para ultrapassar os limites dos projetos realizados pela Comunicação e atingir, de fato, as comunidades envolvidas. Para o entrevistado, há o início da discussão, mas não os desdobramentos.

No entanto eu vejo muitas ações de publicidade, mas vejo pouca ação efetiva da direção, tanto em reitoria quanto em direção do campus avançado. E digo isso porque vejo poucos projetos de extensão na área, não vejo projetos de treinamento profissional na área. Eu vejo as ações de comunicação, mas ações efetivas de grupos específicos eu ainda vejo muito pouco (ENTREVISTADO B. Entrevista realizada em 3 de maio de 2018).

Tais ações de desdobramentos, segundo citado pelo Entrevistado B, podem ser realizadas para garantir que o debate seja frutífero no sentido de aprimorar o pensamento dos envolvidos e inserir neles os conceitos de inclusão, respeito e combate ao preconceito. Segundo o entrevistado, é preciso um projeto conjunto com as direções e a reitoria, de modo a garantir um posicionamento convergente entre os dois campi da UFJF. Em seus estudos, Farber (2012) aproxima a teoria sobre a atuação da universidade à promoção do debate e na

busca pela inclusão entre os integrantes da comunidade acadêmica. Segundo ela, muitas são as expectativas quanto da atuação da instituição pública de ensino

[...] através do tripé: ensino, pesquisa e extensão a educação superior atinge a essência de sua missão. Ou seja, preparar os indivíduos quanto aos conhecimentos técnicos e saberes profissionais para atuarem no mercado de trabalho e formar a pessoa humana, integrando-a na sociedade como verdadeira cidadã (FARBER, 2012, p.123).

Ainda nesse mesmo viés, a autora destaca que a universidade deve induzir mudanças no sentido da busca por uma sociedade equitativa. A instituição torna-se cada vez mais um local de indução ao pensamento crítico, de formação de indivíduos preparados para conviver em sociedade enquanto cidadãos com conhecimentos técnicos e também sociais. Os pensamentos convergem, por meio da fala do entrevistado e da citação da autora, uma vez que ambos cobram ações efetivas da instituição na luta por melhores condições sociais aos seus integrantes.

A fim de conhecer as convicções dos entrevistados sobre a abrangência das políticas desenvolvidas pela universidade no sentido de incluir os públicos que a compõem, estruturamos questões que versam sobre o escopo das ações institucionais nos dois campi; a análise das respostas coletadas será apresentada na seção seguinte.

2.4.3 As ações do campus avançado e sua abrangência na comunidade acadêmica

Para além da conscientização acerca da necessidade de igualdade, as ações afirmativas buscam abranger os diferentes grupos considerados minoritários e promover a eles garantias de tratamento e condições igualitárias. Quando questionados sobre a efetiva abrangência das políticas atualmente realizadas na UFJF – campus sede e avançado, os entrevistados apresentaram opiniões convergentes no sentido da necessidade de ações contínuas, mas durante a conversa, surgiram pontos igualmente interessantes e que merecem destaque, como as discussões que se seguem.

Eu acho que foca-se em alguns grupos mais do que em outros. Existe por exemplo, o foco em questões homossexuais, de gênero, eu percebo daqui que há um foco muito maior nisso do que em outras minorias, outras causas (ENTREVISTADO C. Entrevista realizada em 25 de maio de 2018).

Nesse sentido de reforçar que as ações afirmativas existem para abranger diversas minorias, sem priorizar determinados grupos, retornamos aqui a ideia de Gomes (2001), que

destaca as ações afirmativas como sendo muito maiores do que apenas a aplicação da política de cotas, ou, relacionando à fala do entrevistado, ações voltadas para a população LGBTTI. Dessa forma, compreendemos ser necessário que os demais sujeitos integrantes das minorias participem como parte igualmente interessada nas ações afirmativas da Universidade, através da mobilização de debates, organização de coletivos de discussão, e demais organizações de fomento ao pensamento.

A periodicidade na realização de campanhas de visibilidade a determinados grupos em comparação às realizadas abordando outros grupos foi citada por outro entrevistado. Segundo ele, as campanhas que abrangem a população LGBTTI são mais frequentes do que outras relacionadas a pessoas com deficiência e negros, por exemplo.

Eu acho que dos grupos trans, a questão da diversidade sexual a Universidade aborda bastante, em detrimento dos deficientes, das diferentes deficiências, física, visual, que a Universidade praticamente não aborda. Suspeito que seja porque a Universidade talvez não faz sua parte na questão de acessibilidade, mas a verdade é que praticamente não há campanhas nesse sentido. E mesmo com relação a outras minorias, indígenas, negros, falta um pouco mais (ENTREVISTADO A. Entrevista realizada em 9 de maio de 2018).

Em meio a um dos diálogos, veio à tona a necessidade de os grupos minoritários se organizarem e levarem demandas à Instituição. Segundo o Entrevistado F, a falta de organização desses grupos demanda análise e ação dos próprios estudantes, servidores e docentes.

Eu acho que a gente não está suficientemente organizado, esses grupos que teoricamente seriam atendidos por ações afirmativas aparentemente não estão suficientemente organizados para trazer essas demandas à Instituição. Então eu acho que existe um trabalho a ser feito de organização desses grupos que demandam ações afirmativas também para propor isso à Instituição (ENTREVISTADO F. Entrevista realizada em 29 de maio de 2018).

A desorganização citada pelo entrevistado pode se justificar, talvez, pela pouca experiência dos grupos minoritários do campus GV em se organizarem para solicitarem ações institucionais, ou também pela menor presença de tais grupos em GV em comparação a JF. Assim, entendemos ser um erro fazer comparações, literais, entre a realidade de Juiz de Fora e a de Governador Valadares, uma vez que são instituições que têm a mesma base, o mesmo nome, mas que diferem em inúmeros pontos em seu contexto, desde o tamanho, histórico, organização, estrutura e públicos integrantes. O intuito neste trabalho é compreender como a

comunicação pode colaborar para que o campus avançado seja cada vez mais inclusivo e tenha ações semelhantes às realizadas no campus sede.

Em outro viés, Norris (2002, s.p *apud* AMARAL, 2013, p.235), porém, aponta novas formas de participação coletiva em políticas que visam a melhorias coletivas. O autor cita o engajamento democrático em uma espécie de adaptação às novas formas de expressão e mobilização política

[...] ao invés de uma redução na participação, o ativismo político foi reinventado nas décadas recentes através de uma pluralização nas formas das organizações que estruturam a ação política, nas ações comumente usadas na expressão política e nos sujeitos políticos que as/os ativistas procuram influenciar. Se as oportunidades para a expressão e mobilização política tem se fragmentado e multiplicado ao longo dos anos, o engajamento democrático deve ter se adaptado e evoluído a esse novo contexto ao invés de ter simplesmente diminuído juntamente com as formas tradicionais de participação (NORRIS, 2002, s.p *apud* AMARAL, 2013, p. 235).

Quando se discorre a respeito da organização de grupos estudantis, cabe abordar a formação de um coletivo, ainda sem nome definido, que busca debater o assunto, compartilhar episódios de preconceito sofridos pela comunidade acadêmica e sugerir ações para promover a igualdade dentro e fora do ambiente institucional. O grupo, denominado Coletivo LGBT neste trabalho, é formado por estudantes de ambos os institutos da UFJF-GV (Ciências da Vida e Sociais Aplicadas), docentes e servidores técnico-administrativos da Instituição. O grupo se reúne mensalmente, em horário pré-definido buscando abranger as possibilidades dos participantes e a conciliação com os intervalos entre as aulas, ou mesmo o período pós-aula. A primeira reunião aconteceu em abril de 2018, e foi seguida de reuniões nos meses de maio e junho, enquanto era realizada a presente pesquisa. Durante as reuniões, são discutidas propostas de ações a serem realizadas nos espaços de aula e também no Restaurante Universitário. O grupo organiza solicitações que são levadas à direção-geral do campus avançado e às direções dos institutos. Nesse sentido, Farber (2012, p.122) ressalta a missão da Universidade em colaborar na promoção da igualdade entre seus integrantes, através de “[...] iniciativas para o desenvolvimento humano, social, político e econômico”. Ainda segundo a autora, as ações da universidade devem “estar alicerçadas em valores que reafirmem a democracia e os direitos humanos, o respeito pelas diferenças e especificidades de cada pessoa”. A partir desse raciocínio, refletimos no quanto é importante que a instituição tenha ciência do teor dos eventos que apoia, dos acontecimentos envolvendo estudantes e demais participantes durante as atividades, e não inclua seu nome em episódios que ressaltem

o preconceito e a discriminação. Contudo, tão importante quando não se envolver em determinadas ocasiões, é preciso que a Universidade promova ações que visem à igualdade e ao respeito, dentro e fora dos portões acadêmicos.

A organização de coletivos de militância pela diversidade sexual foi apontada por Amaral (2013) em seus estudos, nos quais os considera um novo meio de atuação política, pois

Os coletivos universitários de diversidade sexual podem ser considerados como uma das novas formas de militância construída pelos jovens. Organizados dentro das universidades, a militância desses grupos se expande para toda a sociedade através das mais diversas formas de ação. Entre os membros dos grupos, há a percepção de que essa militância configura um novo meio de atuação política (AMARAL, 2013, p. 236).

A nova forma de organização, conforme abordada pelo autor, representa a forma de expressão de jovens dentro das instituições de ensino, como o Coletivo LGBTTI, citado neste trabalho. Seus representantes reúnem considerações coletivas, levantam demandas e criam reivindicações que são direcionadas às camadas superiores das instituições. Em maio deste ano, por exemplo, uma reunião foi agendada com a direção-geral a fim de abordar episódios de preconceito vivenciados por estudantes durante o Intercurso, evento onde acontecem competições esportivas envolvendo as Atléticas dos cursos em Governador Valadares. Cabe salientar que o Intercurso não é organizado pela UFJF-GV, mas a Instituição colaborava, até então, com o pagamento dos árbitros para as partidas.

Além da organização da instituição, no sentido de promover ações, é importante que a universidade esteja aberta a receber demandas da comunidade acadêmica. Segundo Amaral (2013) os jovens estão, cada vez mais, se engajando em outras modalidades de ação política não previamente determinadas nos moldes institucionais de participação. No sentido da organização dos estudantes em levar demandas às direções da UFJF-GV, o Entrevistado F comenta os recentes avanços e a recepção das solicitações dos discentes pelos diretores.

A gente teve desenvolvimentos recentes, essa iniciativa com o Coletivo LGBT demonstra isso. Havia a percepção de que as ações afirmativas não eram suficientes para atender esse público, e a partir disso começaram a tomar algumas ações a respeito disso (ENTREVISTADO F. Entrevista realizada em 29 de maio de 2018).

A receptividade das direções - Geral e dos Institutos, ao receber a solicitação, foi pontuada pelo Entrevistado F, que ressaltou uma postura hospitaleira e acolhedora à demanda

apresentada. Tal posição demonstra que talvez haja, de fato, uma falta de organização e de direcionamento das ações por falta dos grupos minoritários, no sentido de incentivar os setores a agirem.

Quando eu levei algumas dessas propostas do Coletivo LGBT para a direção do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e do Instituto de Ciências da Vida e para a direção-geral, eles falaram que isso nunca tinha sido trazido para eles antes. Então apesar de ser uma realidade corrente na vida dos alunos, por exemplo, institucionalmente a UFJF não tinha sido cobrada algum tipo de ação. Então não dá para responsabilizar só a instituição pela falta de ações afirmativas se não existe uma organização prévia, acho que é uma via de mão dupla (ENTREVISTADO F. Entrevista realizada em 29 de maio de 2018).

Ao discorrer a respeito da organização estudantil na UFJF-GV, o Entrevistado E, militante da causa LGBT e integrante do Coletivo LGBTTI, destaca, em sua entrevista, o projeto de criação de uma Atlética LGBTTI. Denominada União, Igualdade e Força, a organização é composta por discentes de diversos cursos do campus avançado. O Entrevistado E apresenta mais informações sobre o que motivou a criação e em que se baseia o desenvolvimento da mesma.

Nós em GV percebemos que não existe nenhuma instituição, pelo menos a gente não conhece, dentro de GV que trate essas causas LGBTs. E nem dentro da UFJF. Então, partindo desse pressuposto, a gente pensou ‘poxa, nós precisamos de uma representatividade’. Tanto dentro do meio acadêmico quanto fora. Então a iniciativa da Atlética é promover o esporte, e alguns eventos que promovam o debate, e para que não aconteçam eventos de homofobia, LGBTfobia... Por isso a gente pensou na criação da Atlética (ENTREVISTADO E. Entrevista realizada em 14 de junho de 2018).

A fala do Entrevistado está próxima ao raciocínio de Amaral (2013), que traz estudos de Mayorga, Prado e Castro (2012) e destaca a organização estudantil em promover associações políticas que busquem melhorias de condições e avanços na participação coletiva.

Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas pela juventude para associação com a política típicas do nosso tempo (dificuldades materiais, educação, legitimidade, etc.), ela pensa e luta por um mundo mais plural e democrático, ela se preocupa em transformar a sociedade transformando a si no processo (MAYORGA; PRADO; CASTRO, 2012, s.p *apud* AMARAL, 2013, p. 235).

Isso posto, estando apresentados o Coletivo LGBTTI e a Atlética União, Igualdade e Força, concluímos o presente tópico com a declaração do Entrevistado F, que comenta que

apesar de haver a necessidade de uma organização discente no sentido de levar pautas à Instituição, não se pode amenizar a responsabilidade institucional na criação de setores específicos, tanto no campus sede quanto no avançado, para lidar com o assunto.

Institucionalmente, apesar de ser importante que os alunos pautem isso, a gente também tem um dever histórico de propor espaços para que isso seja demandado: ouvidorias especializadas, diretorias especializadas, ações de comunicação específicas, os professores com sua parcela de responsabilidade abrirem um caminho para realização de grupos de estudo, projetos de extensão que envolvam isso também, então não dá pra impor só sobre os discentes a necessidade de começar essas conversas. Até porque muitas das dificuldades que poderiam ser atendidas por ações afirmativas podem ser sofridas por TAES e os próprios docentes. Então se a gente for pensar num médio e longo prazo, os alunos vão se formar daqui quatro ou cinco anos, mas a gente permanece, então seria ainda mais necessário pra gente construir um ambiente mais seguro, mais convidativo, mais inclusivo, do que os próprios alunos, né? (ENTREVISTADO F. Entrevista realizada em 29 de maio de 2018).

A primeira campanha voltada para as ações afirmativas no campus avançado foi realizada pelo setor de Comunicação, Cultura e Eventos em maio de 2018, em comemoração ao Dia Internacional de Combate à LGBTTFobia, no dia 17 de maio. O setor produziu e veiculou um vídeo com a transcrição da primeira estrofe do poema “Permita-se”, da escritora Rita Zuim Lavoyer. A sugestão do texto foi dada pelos estudantes, em uma das reuniões do Coletivo LGBTTI, na qual os participantes planejavam ações acadêmicas para a semana do dia 17 de maio. Após a aprovação do texto pelo setor, e liberação de uso pela autora, passou-se então à fase de produção do vídeo. Em outra das reuniões do Coletivo, dois integrantes do setor de CCE abriram a oportunidade de estudantes da UFJF-GV se voluntariarem a participar da gravação. Dessa forma, o vídeo foi produzido com a participação de nove estudantes da Universidade.

Na ocasião do lançamento, durante a semana do dia 17 de maio, a UFJF-GV lançou, também seu canal no Instagram³¹. Além do vídeo, foram postados, durante a semana, *banners* que exaltavam a importância do respeito e da aceitação das escolhas, do posicionamento e das atitudes alheias. Foram veiculadas onze imagens, duas delas apresentadas abaixo. A sequência de ações da UFJF-GV durante a semana mencionada representa a aplicação prática da interação entre os conceitos de comunicação comunitária e comunicação institucional. Isso ocorre pois a comunicação comunitária visa “a participação ativa da população, ter propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de educação, cultura e ampliação

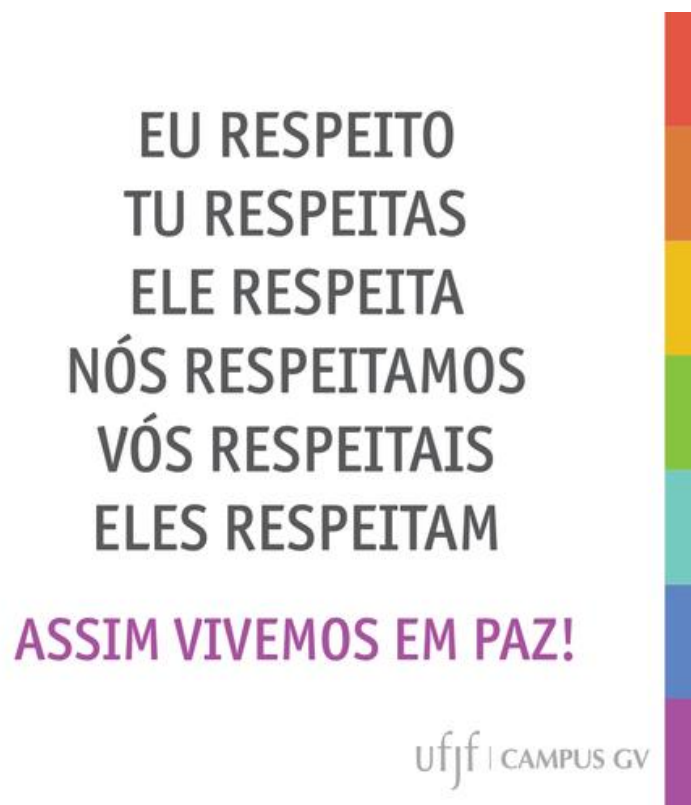
³¹Disponível em [instagram.com/ufjfcampusgv](https://www.instagram.com/ufjfcampusgv).

da cidadania (PERUZZO, 2006, p.9). Por sua vez, a comunicação institucional, segundo Simões (2010), é a ferramenta da comunicação responsável por cuidar da imagem corporativa da instituição.

É através desta comunicação que a organização poderá mostrar quais são as suas filosofias de trabalho, tais como o comportamento organizacional da instituição, sua missão, sua visão, seus valores, suas políticas e práticas de trabalho, assim como os seus objetivos enquanto organização (SIMÕES, 2010, p.2).

Dessa forma, podemos compreender que a campanha feita pelo setor de CCE do campus avançado utilizou dos aparatos fornecidos pela comunicação institucional e comunicação comunitária, ao reforçar os princípios institucionais de estímulo ao respeito e à diversidade, enquanto também enseja a participação coletiva no sentido de divulgar ideais de respeito e igualdade entre os estudantes e servidores da Instituição.

Figura 10 – Campanha UFJF-GV sobre combate à LGBTTFobia



Fonte: UFJF-GV (2018)³².

³²Disponível em:

<https://www.facebook.com/ufjfcampusgv/photos/a.1134482646577163.1073741828.1091546154204146/2420240334668048/?type=3&theater>. Acesso em: 28 jun. 2018.

A figura de número 10 enfatiza, a partir da conjugação do verbo ‘respeitar’, os ideais de civilidade e igualdade entre os integrantes da comunidade acadêmica da UFJF-GV. Com a frase final da divulgação – ‘Assim vivemos em paz’, o setor de Comunicação visou a destacar a importância do respeito para a convivência pacífica entre as pessoas, que em sua essência são diferentes, com princípios distintos e realidades opostas, dentro e fora do ambiente acadêmico. O material fez parte da campanha de ações afirmativas do campus avançado, divulgada na semana do dia 17 de maio de 2018, data em que se comemora o Dia Internacional de Combate à LGBTTifobia.

Figura 11 – Post na fanpage da UFJF-GV sobre combate à LGBTTifobia



Fonte: UFJF-GV, (2018)³³.

A imagem acima retrata a postagem disponível na fanpage da UFJF-GV, do dia 15 de maio. Durante toda a semana, foram postadas imagens sobre a temática do combate ao preconceito. A ação final, no dia 17 de maio, foi a postagem do vídeo, nos canais do Facebook e também do Instagram, juntamente com o lançamento do novo portal da UFJF-GV³⁴. A seguir, a captura de tela com a publicação do campus avançado.

³³Disponível em:

<https://www.facebook.com/ufjfcampusgv/photos/a.1134482646577163.1073741828.1091546154204146/2418791804812901/?type=3&theater>. Acesso em: 28 jun. 2018.

³⁴Disponível em: <http://www.ufjf.br/gv>. Acesso em: 28 jun. 2018.

Figura 12 – Vídeo da UFJF-GV de combate à LGBTTIfobia



Fonte: UFJF-GV, 2018³⁵.

Conforme a imagem acima retrata, a publicação foi compartilhada 46 vezes e alcançou mais de sete mil pessoas – abrangência maior do que a *fanpage*, que possui pouco mais de cinco mil curtidas. Foram 49 curtidas na publicação original e 32 reações do tipo ‘Amei’. Ao ser questionado sobre o produto final do vídeo, o Entrevistado F comenta ter ficado positivamente surpreso com o material.

Para ser bem sincero, sem querer diminuir as ações comunicativas, acho que representa uma ruptura tão grande com as anteriores, que eu não esperava um vídeo de qualidade ou uma coisa de tanto impacto quanto foi pra mim. Eu fiquei positivamente surpreendido e ansioso pelas coisas que vocês têm potencial de produzir daqui pra frente, em outras áreas também (ENTREVISTADO F. Entrevista realizada em 29 de maio de 2018).

³⁵Disponível em: <https://www.facebook.com/ufjfcampusgv/videos/2421291361229612/>. Acesso em: 28 jun. 2018.

Por esse ângulo, o Entrevistado C pontua também a necessidade de as demais iniciativas do tipo no setor abrangerem outras minorias do campus. “O fato de a recepção ter sido boa mostra que, primeiro, a gente precisa trabalhar mais essas questões, e segundo, a gente precisa procurar também as outras minorias” (ENTREVISTADO C. Entrevista realizada em 25 de maio de 2018). A partir da análise desse excerto, podemos ver que a comunicação está, por meio do conteúdo produzido, proporcionando reflexão sobre as questões afirmativas debatidas no campus GV. Esse trecho evidencia primeiro a efetividade da campanha realizada, mas também a necessidade de articular futuras ações a fim de aumentar a abrangência da política afirmativa.

A forma como os materiais e campanhas da UFJF chegam à comunidade acadêmica foi também pontuada pelo Entrevistado F, que comparou a frequência com que recebe e-mails com notas de falecimento, por exemplo, com o recebimento de notícias sobre as ações da Universidade.

[...] eu não recebo email com essas ações de comunicação da Diretoria de Ações Afirmativas, eu recebo Nota de Falecimento todo dia. Então isso quer dizer que os meios institucionais de comunicação oficial da UFJF, que não é o Facebook, não é o Instagram, não é o Twitter, não estão sendo apropriados também pela Diretoria de Comunicação (ENTREVISTADO F. Entrevista realizada em 29 de maio de 2018).

Miani (2011) reforça a importância de que os materiais produzidos pela equipe de comunicação atinjam os públicos de interesse da instituição, uma vez que “os conteúdos são mais dirigidos e focalizados para atender à demanda de informação e conhecimento de cada um dos indivíduos e do coletivo ao mesmo tempo” (MIANI, 2011, p. 230).

Nesse sentido, Kunsch (2003, p.164) vincula tais materiais comunicacionais aos produtos da Comunicação Institucional, “destinados a difundir informações de interesse público sobre as filosofias, as políticas, as práticas e os objetivos das organizações, de modo a tornar compreensíveis essas propostas” (da Instituição).

O manifesto do Entrevistado F a respeito da abrangência dos materiais de comunicação nos leva a refletir sobre o alcance das publicações e do conteúdo produzidos pelo setor de CCE: haveria outra forma de chegar até o público-alvo da UFJF-GV com mais eficiência? O que poderíamos adaptar ao trabalho realizado para que mais pessoas tenham ciência e conhecimento sobre o que acontece dentro da Instituição? Haveria alguma forma de tornar mais atrativas as ferramentas de divulgação de notícias e ações institucionais à comunidade acadêmica?

Essas reflexões nos vêm a partir da leitura dos estudos de Valsani ([200?], n.p. *apud* MARCHIORI, 2006, p. 195) ao debater a busca por formas de tornar mais atrativas e memoráveis as mensagens veiculadas pela comunicação. “A missão dos responsáveis pela comunicação é de transformar as mensagens e os veículos em itens criativos, que chamem a atenção e que sejam lembradas, facilitando o processo de eficácia da comunicação Institucional da organização”.

A partir dos argumentos expostos, estrutura-se o desafio de “(re)inventar” continuamente a tarefa de fazer comunicação e produzir materiais informativos, de modo a atingir os públicos que compõem a comunidade acadêmica, envolvê-los e garantir que as mensagens emitidas sejam recebidas com a eficácia desejada.

2.4.4 Percepções sobre a necessidade de a UFJF-GV discutir inclusão na cidade de Governador Valadares

O campus avançado da UFJF está localizado em Governador Valadares, cidade distante 450km de Juiz de Fora, com 280 mil³⁶ habitantes, em comparação aos 563 mil³⁷ de Juiz de Fora (IBGE, 2018a; 2018b). Entretanto, segundo alguns entrevistados, as diferenças entre os municípios vão além do quantitativo populacional. Visando compreender que obstáculos se posicionam no caminho para que a UFJF-GV seja considerada uma instituição igualitária, questionamos aos entrevistados o que eles consideravam como entraves na instalação de políticas de ações afirmativas no campus avançado. Desse modo, a presente seção foi construída a partir de elementos apresentados nas entrevistas, opiniões expressas pelos entrevistados e posicionamentos apresentados na conversa.

Quando questionados sobre quais seriam os principais problemas para conscientizar a comunidade acadêmica sobre a inclusão e o combate ao preconceito, recebemos respostas diversas, desde problemas estruturais – a falta de um campus ou de um prédio único que reúna os estudantes até entraves da sociedade – considerada tradicionalista e conservadora.

Em comparação com JF, Valadares é uma cidade muito mais conservadora. GV é uma cidade comandada por pequenos grupos, por famílias, coronelismo muito presente, de modo que você fazer campanhas de ações afirmativas aqui é ainda mais desafiador. Não só por isso e também porque a Universidade não é plenamente conhecida e reconhecida aqui. Então Juiz de Fora praticamente toda conhece a UFJF, a UFJF é o patrimônio de Juiz de

³⁶Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/governador-valadares>. Acesso em: 25 jun. 2018.

³⁷Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/panorama>. Acesso em: 25 jun. 2018.

Fora. Não é o que acontece aqui ainda em GV. E é absolutamente natural que não aconteça porque é uma universidade nova, com apenas 5 anos e que não tem nem um campus físico ainda (ENTREVISTADO A. Entrevista realizada em 9 de maio de 2018).

A fala do Entrevistado A tem relação com o tradicionalismo da UFJF em Juiz de Fora, uma Universidade já instalada, com mais de 50 anos de história, o que não acontece em Governador Valadares. A UFJF-GV ainda é considerada uma novidade, uma instituição nova, ainda sem campus, sem um local estabelecido. Esses obstáculos são apontados também pelo Entrevistado H. Em sua fala, ele cita também as diferenças na realização de eventos relacionados ao público LGBTTI em Juiz de Fora e em GV. “Lá em JF você tem a Parada Gay, né, aqui em GV a gente teve uma ou duas edições e acabou. Não tem um clima que proporcione esse tipo de manifestação” (ENTREVISTADO H. Entrevista realizada em 11 de junho de 2018).

Ainda segundo ele, há uma dificuldade de reconhecimento da UFJF-GV na cidade, e isso torna ainda mais difícil a inserção de uma cultura igualitária e que preze pelo respeito na sociedade valadarense.

[...] eu acho que nós temos uma cultura muito interiorana em GV. Até por razões políticas talvez haja uma rejeição à própria Universidade, uma dificuldade de reconhecimento da cidade em relação à própria Universidade, eu acho que faz isso acontecer sim... Então eu acho que numa cidade como a nossa, em que a Universidade ainda não conseguiu entrar na cultura da cidade, e alterar essa cultura, você tem uma cidade que não gera um clima muito favorável para ações desse tipo, né? (ENTREVISTADO H. Entrevista realizada em 11 de junho de 2018).

Com uma visão pouco mais otimista, o Entrevistado G destaca que a cidade tem passado por pequenas mudanças no sentido de favorecer a inclusão na sociedade. Ele destaca a criação dos conselhos de Direitos Humanos, de Juventude e de Igualdade Racial, coletivos políticos que favorecem a realização de discussões inclusivas e afirmativas para as populações LGBTTI, negra e demais minorias. Os temas abordados pelos conselhos representam elementos necessários de serem visualizados e defendidos pela UFJF, enquanto fomentadora e incentivadora de discussões sobre o tema.

Há um avanço, um debate e há um sentido de mudança latente, mas ainda não tem uma política pública efetiva ou espaços efetivos para incluir essa população. Acredito que tenhamos avançado, tem lugares piores, mas aqui ainda tem que caminhar bastante. A cidade, por ser muito conservadora, ainda coloca alguns impedimentos para que isso ocorra de forma mais efetiva. (ENTREVISTADO G. Entrevista realizada em 5 de junho de 2018).

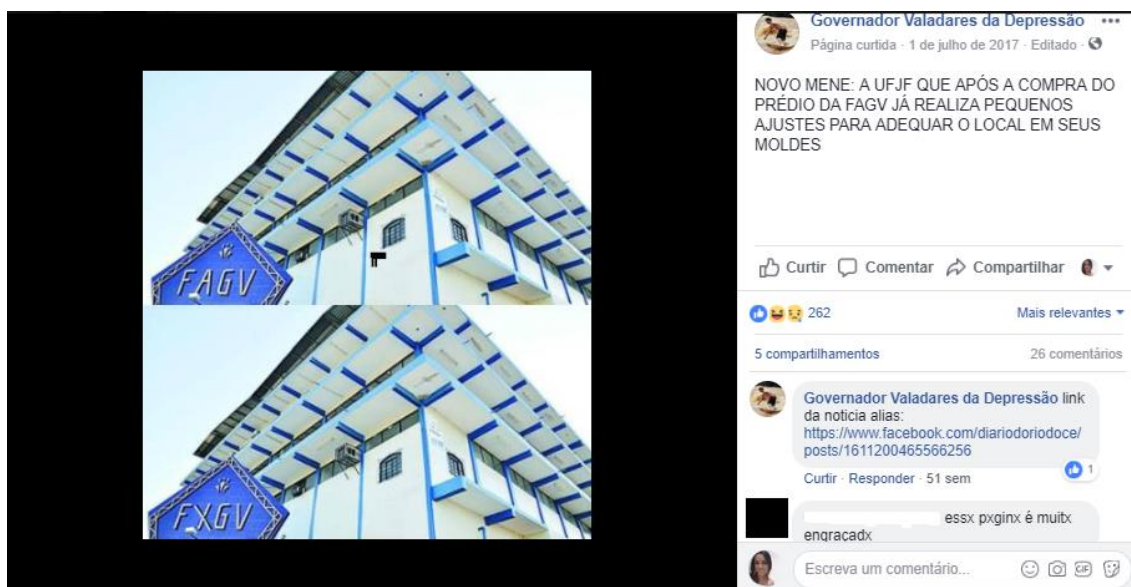
Ao ser questionado se considera GV uma cidade inclusiva para as diversas minorias, o Entrevistado E, em entrevista realizada no dia 14 de junho de 2018, é enfático: “Não, de forma alguma”. Ele argumenta, ainda, que exatamente por ser uma cidade tradicionalista, torna-se ainda mais necessário fomentar o debate de ações afirmativas em Governador Valadares, e que a Universidade tem papel importante nessa tarefa. “Seria de suma importância ter, a todo momento, esse debate dentro da Universidade. E talvez a Universidade convidar a comunidade local para participar desses debates” (ENTREVISTADO E. Entrevista realizada em 14 de junho de 2018).

Fomentar o debate acadêmico de questões afirmativas e reforçar sua inserção na comunidade valadarense são desafios à UFJF-GV. Isso se deve ao conservadorismo observado pelos entrevistados na cidade de Governador Valadares, o que dificulta ainda mais a inserção da temática afirmativa tanto no ambiente acadêmico quanto na sociedade valadarense. Quando questionado se tal conservadorismo atrapalha o desenvolvimento de políticas afirmativas na Universidade, o Entrevistado G destaca uma espécie de estigma da universidade pública, e, por consequência, do campus avançado na cidade de Governador Valadares.

A própria universidade pública muitas vezes é taxada por setores da sociedade como um espaço de resistência dessas pautas. Ela é taxada como o lugar onde tem os gays, os maconheiros, onde tem uma população que é vista como pejorativa pelos setores conservadores da sociedade. Então ela (UFJF-GV) não consegue se desvencilhar de uma característica da cidade de GV, apesar de que ela atua na comunidade de GV no sentido de trazer essas pautas progressistas, de igualdade de direitos, de oportunidades, as pessoas LGBT, mulheres, negras e negros... (ENTREVISTADO G. Entrevista realizada em 5 de junho de 2018).

A forma como o Entrevistado G expõe a imagem da UFJF-GV na cidade nos demonstra a grandeza do desafio a ser superado pela instituição. Nesse mesmo sentido, cabe destacar uma sátira publicada na página do Facebook “Governador Valadares da depressão”.

Figura 13 – Alteração fachada FAGV



Fonte: Governador Valadares da Depressão, 2018³⁸.

A imagem traz a fachada da FAGV, faculdade onde parte dos serviços da UFJF-GV são oferecidos. Há, então, a substituição da letra A pela letra X, referindo-se ao costume de substituir os artigos (A e O) pela letra X. Um dos comentários, inclusive, refere-se à mudança, ao dizer “essx pxginx é muitx engraçadx”. O ‘meme’ da FXGV foi citado pelo Entrevistado B em sua fala, que deu como mais um exemplo do conservadorismo em GV uma situação ocorrida na reunião do Conselho de Patrimônio da cidade.

Na última reunião que tivemos no Conselho de Patrimônio, tivemos um representante da prefeitura que fez umas três piadinhas com relação à comunidade LGBT, que ficou uma situação muito sem graça, porque a gente não entendia o motivo de ele estar soltando aquelas piadinhas. Então, assim, é um representante público que não sabe se comportar, e isso é o reflexo da sociedade que a gente tem. E isso reforça a necessidade do diálogo na Universidade (ENTREVISTADO B. Entrevista realizada em 3 de junho de 2018).

Em concordância, o Entrevistado C reforça a necessidade de se mobilizar a comunidade valadarenses, que, segundo ele, “é preconceituosa, é muito pior que JF, porque é muito mais quadrada e tem um certo tradicionalismo, tem um certo lado de não querer tocar nesse assunto, de querer abafar as coisas...” (ENTREVISTADO C. Entrevista realizada em 25 de maio de 2018). O Entrevistado D compartilha da mesma opinião, ao completar: “GV é uma

³⁸Disponível em:

<https://www.facebook.com/valadaresdadepre/photos/a.570204149743674.1073741828.570066453090777/1275114875919261/?type=3&permPage=1>. Acesso em 28 jun. 2018.

cidade muito conservadora e preconceituosa, e pior, ela não deixa que as coisas aconteçam. Ainda que se tenha uma ideia muito boa, a população vai criar entraves” (ENTREVISTADO D. Entrevista realizada em 25 de abril de 2018).

Para finalizar o raciocínio, o Entrevistado C pontua que tal conservadorismo e resistência a pensamentos que destoam do tradicional reforça ainda mais a necessidade de promover maior sensibilização em meio à comunidade acadêmica da UFJF-GV.

Existe a necessidade de se sensibilizar todos os cursos da universidade, em todos os níveis de servidor, professores, até dos próprios alunos, porque a gente sabe que no meio deles também existe muito preconceito, existe muitas ações que tenta sufocar um pouco esses movimentos, então é um longo caminho e existe milhões de entraves aí no meio (ENTREVISTADO C. Entrevista realizada em 25 de maio de 2018).

O posicionamento acima é reforçado pelo Entrevistado F em sua fala. Segundo ele, o fato de o povo valadarense ser “tão conservador demanda inclusive mais ações do tipo, mais projetos de pesquisa, mais ações afirmativas do que em outros campi.” (ENTREVISTADO F. Entrevista realizada em 29 de maio de 2018).

Prado e Machado, (2008, n.p. *apud* AMARAL, 2013, 230) destacam a continuidade do preconceito social a grupos já marginalizados, como relatado pelos entrevistados acima, como consequência de uma construção histórica que inferioriza classes específicas, como homossexuais, negros e pobres.

É por meio do preconceito social que se dá a manutenção das hierarquias e a inferiorização de certos grupos. O preconceito naturaliza certas diferenças como inferiores e impede que essa naturalização seja percebida como uma construção histórica, e ao mesmo tempo criam formas institucionais de inferiorizar, inserindo os grupos considerados subalternos de maneira deslegitimada nos processos de participação social (PRADO e MACHADO, 2008, s. p. *apud* AMARAL, 2013, p. 230).

E visando à diminuição dessas barreiras invisíveis impostas pela sociedade, o Entrevistado F destaca ainda a importância da atuação da comunicação, no sentido de fortalecer o posicionamento da Universidade e buscar melhorias na atual situação observada.

Eu acho que é imprescindível o setor de Comunicação, porque vocês dão o tom da identidade da Instituição [...]. Acho que o setor de Comunicação é fundamental para isso, para fazer essa comunicação não apenas à comunidade acadêmica, mas à sociedade externa, para mostrar ‘olha, ainda que essa sociedade de GV seja extremamente conservadora ou resistente a essas políticas afirmativas, na Universidade Federal de Juiz de Fora, campus GV, a gente entende que isso é certo, e a gente quer construir um ambiente

acadêmico inclusivo, inclusive na sociedade’ (ENTREVISTADO F. Entrevista realizada em 29 de maio de 2018).

A necessidade de fomentar um debate que insira a questão afirmativa e inclusiva na sociedade valadarense – à qual não faltam adjetivos expostos pelos entrevistados que a coloquem como conservadora e preconceituosa, destaca a importância do papel da Universidade, enquanto instituição pública, em incentivar a inclusão do respeito no pensamento e no discurso do povo valadarense. A produção do conhecimento e o incentivo ao pensamento crítico, neste ponto, nos remetem a uma visão da Universidade como iluminadora do ambiente ao seu redor.

A partir dessa relação, cabe aqui a referência à frase oriunda do brasão da UFJF, *‘Lymina Spargere’*, que em latim significa espalhar a luz. O escudo da Universidade traz ainda uma chama no topo, que representa, em nossa interpretação, a luta contra um obscurantismo histórico, ao buscar a reflexão, a racionalização e o pensamento críticos, por meio da produção de conhecimento na vida dos que nela se inserem. Em tempos e ambientes em que o ataque a minorias em meio a cenários de retrocesso se faz frequente, mais do que nunca é necessário que a UFJF torne-se um iluminador da sociedade, a fim de fomentar o debate e promover o conhecimento.

Para além dos obstáculos observados na sociedade valadarense, os entrevistados citaram, também, os problemas estruturais, simbolizados pela falta de um campus próprio, um prédio da UFJF-GV onde as atividades acadêmicas aconteçam.

Em sua fala, o Entrevistado A apontou o reduzido quadro de servidores e os entraves de infraestrutura quando questionado sobre os obstáculos que impedem mais ações afirmativas no campus avançado.

Primeiro temos que pensar que a equipe de comunicação, assim como a maioria do campus GV é muito enxuta. Então o grupo de servidores é bem pequeno para fazer tudo aquilo que gostaríamos, esse é um dos entraves. E o outro que considero principal e dificultador de tudo que acontece nessa Universidade em GV é que nós não temos um campus próprio, né? [...] Em suma, a infraestrutura é um dificultador. Além disso, a gente está espalhado em 11 locais de GV, e essa diversidade de locais atrapalha demais a comunicação, o contato, então a infraestrutura é o principal dificultador, também nesse sentido (ENTREVISTADO A. Entrevista realizada em 9 de maio de 2018).

Apesar de a questão da falta de espaços próprios e de deficiências estruturais ter sido pontuada na fala do Entrevistado A, a resolução de problemas que envolvem a questão física

do campus avançado foge do escopo do presente trabalho, que busca levantar alternativas e proposições para o setor de Comunicação. Dessa forma, a fim de que se resolva a demanda exposta pelo entrevistado, é necessário que outros estudos de caráter estrutural sejam realizados.

Em contrapartida, o Entrevistado E enxerga opções para o posicionamento da Universidade. A despeito da falta de um campus próprio – situação já conhecida por todos, ele levanta a possibilidade de se realizar eventos nos locais onde há mais atividades da UFJF-GV. Ao ser questionado se a falta de um espaço próprio dificulta a realização de atividades afirmativas na Universidade, ele responde destacando a multiplicidade de locais e a pluralidade de opções para se mobilizar.

A falta de espaço é um problema? É. Mas, a universidade tem condições de criar eventos em vários locais. Hoje nós temos dois locais que tem grande quantidade de alunos: o Pitágoras e a Unipac. Então, assim, poderiam criar workshops, palestras, tanto no Pitágoras quanto na Unipac, o que vai contemplar todos os alunos da universidade como um todo. Eu acho que estarmos divididos em dois, três lugares, no máximo, não seria um grande valor de impacto. Eles podem fazer mudanças de dias... (ENTREVISTADO E. Entrevista realizada em 14 de junho de 2018).

Esse ponto de vista tira o foco do problema e o transfere para as opções. Diante da falta de um espaço físico que reúna todos os estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos, há, então, que se pensar em alternativas para resolver a demanda, a despeito da situação inicial do problema. Assim, campanhas, *banners*, eventos acadêmicos e demais ações promovidas pela Imagem Institucional em conjunto com a Diaaf, bem como pelo setor de CCE em Governador Valadares, buscam, além de publicizar as atividades da Instituição e garantir a representatividade dos integrantes da comunidade acadêmica. Fazer com que os estudantes, professores e servidores técnico-administrativos da UFJF se vejam representados pelas ações da instituição está entre os principais objetivos das peças e textos comunicacionais.

A multiplicidade de públicos e a pluralidade dentro do ambiente acadêmico nos destacam a necessidade de se realizar um diagnóstico prévio da realidade na UFJF-GV. Os entrevistados reforçam essa necessidade, a carência de se conhecer o público da Instituição, para possibilitar que a Comunicação atue de forma direcionada e, ao mesmo tempo, abrangente.

Logo, buscando conhecer a opinião dos entrevistados acerca da representatividade na UFJF como um todo – campus sede e avançado, questionamos a respeito do sentimento de pertencimento à Instituição. Entre as respostas, recebemos percepções diferentes, que

apontam a importância das ações da Universidade no sentido de dar visibilidade a grupos historicamente excluídos, o impacto dessa discussão na sociedade, e ainda a necessidade de se promover ainda mais atividades, a fim de convidar um número cada vez maior de pessoas, estudantes ou não, a debater o respeito, a igualdade e a convivência pacífica em sociedade.

A visibilidade que a Instituição dá a temas afirmativos fomenta o debate sobre o assunto entre a comunidade acadêmica e colabora na construção de pensamentos inclusivos, conforme apresenta o Entrevistado G, na sequência:

[...] quando a instituição dá visibilidade para as pautas desses públicos historicamente excluídos, as minorias, ela incentiva a participação e o acesso desse público aos direitos, e também faz com que eles se sintam pertencentes à Instituição, faz com que eles não se sintam excluídos dentro da própria Instituição (ENTREVISTADO G. Entrevista realizada em 5 de junho de 2018).

Para além da discussão dentro da universidade, o debate de assuntos dessa temática reforça, também, a postura da instituição na sociedade. “quando a instituição faz essa comunicação para fora, ela dá um sinal para a sociedade e abre a possibilidade de as pessoas que estão fora da instituição adentrarem” (ENTREVISTADO G. Entrevista realizada em 5 de junho de 2018). A realização de eventos para a comunidade acadêmica e também para a sociedade valadarense e juizforana permite que temas como respeito, representatividade, preconceito e sexualidade sejam comentados publicamente. Assim, favoreceria-se, de modo a tornar-se pauta para discussões e incentivo ao pensamento crítico, ou seja, que estejam dentro do movimento das ações comunicacionais.

Entretanto, eventos e campanhas tornam-se mais efetivas quando acompanhadas da busca pela conscientização. Em sua resposta, o Entrevistado E destacou um problema na realização de eventos da temática:

[...] a Universidade, ao meu ver, ela poderia promover tanto eventos a respeito disso, só que se promove eventos a respeito disso você acaba limitando o público, porque às vezes as pessoas que precisam debater sobre determinado tema não vão a essas palestras e eventos que a Universidade cria (ENTREVISTADO E. Entrevista realizada em 14 de junho de 2018).

Assim, torna-se ainda mais fundamental conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância de se discutir o tema, de modo a favorecer a adesão de maior número de pessoas aos eventos da temática afirmativa. Conforme o entrevistado pontuou, o tema apenas

será incorporado à mentalidade coletiva quando for esclarecido, debatido e reforçado em eventos, debates, coletivos, etc.

Conforme Kunsch (2003, n.p.),

[...] a Comunicação Institucional está intrinsecamente ligada aos aspectos corporativos institucionais que explicitam o lado público das organizações, e tem como proposta básica a influência político-social na sociedade onde está inserida.

Neste raciocínio, a utilização de aparatos comunicacionais teria grande influência na promoção do debate e na inserção da temática afirmativa no cotidiano dos estudantes da Universidade. Durante a conversa, o Entrevistado E sugere, ainda, a criação de disciplinas obrigatórias na graduação da UFJF-GV, como uma forma de incentivar, e de certa forma garantir, o debate e o pensamento sobre igualdade e combate ao preconceito dentro e fora de sala de aula.

Porque dessa forma, quem realmente precisa desses eventos iria participar, porque seriam disciplinas obrigatórias, e eles iriam discutir dentro de sala. Acho que seria uma das melhores formas de fomentar isso dentro da universidade (ENTREVISTADO E. Entrevista realizada em 14 de junho de 2018).

A indicação da possibilidade de criação de disciplinas obrigatórias é um ponto interessante, válido no sentido de abranger os estudantes em sua totalidade e promover a discussão do tema entre eles. Contudo, a sugestão foge das possibilidades abordadas pela pesquisadora devido ao escopo do presente trabalho, que busca levantar alternativas e proposições para o setor de Comunicação. A ação indicada pelo Entrevistado E abrange o setor de Graduação, esfera não integrante deste estudo, e, por consequência, sugestões que interfiram na ementa dos cursos devem passar por um estudo prévio junto a aquele setor.

Na seção seguinte, apresentamos um compilado das demandas mais frequentemente apresentadas pelos sujeitos durante a realização do trabalho de campo, bem como as principais queixas expostas pelos entrevistados e sua opinião a respeito do papel da comunicação no incentivo à política de ações afirmativas no campus Governador Valadares da UFJF. Nossa intenção era abordar os temas mais recorrentes e explicitá-los, a fim de construir, a partir das queixas obtidas, um plano de ações que vise à resolução dos problemas encontrados no ambiente de trabalho do pesquisador.

2.4.5 Principais problemas encontrados durante a pesquisa de campo

O capítulo 2, aqui apresentado, abordou as formas pelas quais o trabalho promovido pelo setor de Comunicação, Cultura e Eventos pode incentivar a política de ações afirmativas no campus avançado da Universidade Federal de Juiz de Fora em Governador Valadares. Perpassando esses elementos uma outra questão apareceu nos dados: a necessidade dos grupos minoritários em Governador Valadares possuírem representatividade e representação dentro do campus avançado.

Pelas falas dos entrevistados observamos a política de ações afirmativas na UFJF-GV – conceito do tema, impedimentos à sua realização, entraves, barreiras sociais, preconceito, sugestões para atuação, entre outros pontos de discussão suscitados durante a conversa. Os servidores do setor de Comunicação, Cultura e Eventos apresentaram posições, em sua maioria, convergentes, quando se trata da comparação entre as campanhas realizadas nos campi de Juiz de Fora e Governador Valadares: a incidência de atividades e mobilizações institucionais é maior no primeiro do que no segundo campus. A necessidade de fomentar iniciativas que envolvam não somente a comunidade acadêmica, mas também servidores técnico-administrativos e professores foi pontuada pelos entrevistados, que consideram a UFJF elemento importante no processo de incentivo a políticas de ações afirmativas e de integração em um campus novo, com menos de seis anos de existência, e distante mais de 400km de sua sede.

A prevalência de campanhas que visam ao público LGBTTI, em detrimento de demais iniciativas que tenham como públicos-alvo negros, mulheres, pessoas com deficiência e indígenas, foi também um dos pontos levantados durante a pesquisa de campo realizada com integrantes da comunidade acadêmica e com os servidores do setor de CCE. Um desses profissionais, entretanto, realça a carência de representatividade de grupos minoritários também na composição da reitoria da UFJF – o único negro na reitoria da Universidade é o diretor de Ações Afirmativas, e na equipe gestora do campus avançado, composta majoritariamente por homens.

Foi destacada, durante as entrevistas, a necessidade de se produzir um diagnóstico que compreenda quem são as pessoas que compõem o campus avançado. É preciso primeiro conhecer as pessoas para quem estamos produzindo comunicação para depois nos comunicarmos com elas, afinal. Após um levantamento que pontue quem são os estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos da Universidade, quais são suas origens sociais, suas demandas por ações específicas e necessidades de vinculação à Instituição, será então

possível organizar a produção de materiais comunicacionais que atinjam o público-alvo da Universidade.

Também figurou entre os obstáculos apontados pelos entrevistados para que o campus avançado tenha uma política concreta de ações afirmativas a ausência de uma secretaria, setor vinculado ou comissão que faça parte da Diretoria de Ações Afirmativas em Governador Valadares. A carência de um núcleo que aborde no campus avançado os trabalhos e projetos desempenhados pela Diaaf no campus sede foi levantada por mais de um entrevistado, que vê nessa inserção da Diretoria em GV um possível início de melhorias e intervenções a serem desenvolvidas neste campus.

Pôde-se perceber, com os diálogos promovidos durante esta pesquisa, que espera-se muito que a Universidade cumpra seu papel de fomentar o debate e estimular o pensamento crítico entre seus integrantes. No mesmo sentido, Guzzo e Guzzo (2015, p.64) destacam que:

[...] os estabelecimentos de ensino, por sua vez, devem dedicar-se à implementação de uma cultura do pensamento que forneça estímulo constante ao desenvolvimento intelectual dos estudantes, para que assim eles sejam desafiados a estruturar argumentos adequadamente embasados para justificar as suas ideias, e tenham as habilidades e a disposição necessárias para avaliar as afirmações a que forem apresentados, bem como as suas próprias crenças e ideias mais arraigadas.

Essa necessidade de incentivo ao debate e ao pensamento crítico no meio acadêmico como forma de estimular o desenvolvimento intelectual dos integrantes que compõem a Universidade torna-se primordial ao nos depararmos com um obstáculo apontado pelos entrevistados: o preconceito da sociedade valadarense.

A cidade que abriga o campus avançado da UFJF foi caracterizada pelos sujeitos da pesquisa como conservadora e tradicionalista, um local que possui um sistema de coronelismo (CARVALHO, 1997)³⁹ ainda muito presente, no qual campanhas afirmativas são necessárias para estabelecerem pontos de reflexão e se tentar uma mudança de posicionamentos. Um cenário como esse nos reforça a demanda por ações advindas da instituição para modificar a realidade observada na cidade – a partir da criação de uma universidade igualitária e inclusiva, podemos preparar os estudantes e profissionais para a busca por uma cidade melhor.

O alinhamento das entrevistas com o referencial teórico deste trabalho nos levou também a questionar possíveis mudanças e aperfeiçoamentos na forma como as informações e

³⁹Prática com raízes na colonização do Brasil. O coronelismo é uma espécie de rede de relações baseada em barganhas entre o governo e os coronéis. Nesse sistema, observa-se a tomada do controle político de um território por um pequeno grupo de privilegiados, que definem os rumos políticos de uma cidade ou região.

notícias institucionais são apresentadas ao público na universidade como um todo. Durante a pesquisa de campo, foi pontuada pelos entrevistados a necessidade de estabelecer melhorias nos canais de comunicação atualmente utilizados pela instituição. Ademais, um dos sujeitos da pesquisa retratou em sua fala a alta frequência com que recebe mensagens eletrônicas com notas de falecimento, em comparação com a periodicidade de recebimento de boletins informativos, por exemplo. A queixa relatada nos traz à tona mais um desafio a ser superado: fazer com que os materiais comunicacionais alcancem efetivamente o público-alvo da Instituição.

Nesta seção, inferimos que muitos são os percalços a serem ultrapassados e superados na implementação de uma política de ações afirmativas no campus avançado, e, por consequência, na busca por nos tornarmos uma instituição que receba seus estudantes e servidores de forma inclusiva, dando-lhes oportunidades e liberdades dentro e fora do ambiente acadêmico. Entretanto, a observação da atual situação da UFJF-GV, a partir das demandas apresentadas pelos sujeitos de pesquisa, nos reforça o sentimento de que há espaço para organizar melhorias e receptividade para ações junto à comunidade acadêmica. Percebemos que existem obstáculos a serem superados e avanços a serem iniciados, sendo necessário um trabalho de empenho e organização de metas para enumerar propósitos e ações a serem implementadas no campus avançado.

Nesse contexto, o Plano de Ação Educacional (PAE) foi estabelecido a partir das interpretações advindas das entrevistas realizadas, da percepção dos entrevistados sobre a realidade e as necessidades do campus avançado e de toda a pesquisa realizada neste trabalho até o momento. Dessa forma, no terceiro capítulo, apresentamos um plano de ação, cujo objetivo é fazer com que a equipe gestora da Instituição possa interpretar os dados colhidos durante a pesquisa e estabelecer o desenvolvimento de uma política de ações afirmativas no campus avançado. O PAE aponta caminhos para que as equipes que gerenciam as estratégias de planejamento, organização, atuação e posicionamento da UFJF-GV possam sanar as dificuldades aqui apresentadas, cobrir as lacunas observadas na estrutura da Universidade e promover melhorias nas políticas de inclusão da Instituição.

3 CAMPANHAS, DIÁLOGOS, CONVERSAS: ESTRUTURAR AÇÕES AFIRMATIVAS NO CAMPUS AVANÇADO DA UFJF

O primeiro capítulo deste trabalho expõe informações sobre as ações afirmativas em um contexto geral, a partir do conceito do tema e seu histórico de políticas realizadas no Brasil, nas últimas décadas. A fim de favorecer o entendimento do leitor acerca das discussões que seriam realizadas no decorrer do trabalho, apresentamos a Diretoria de Ações Afirmativas (Diaaf) da UFJF, os setores de comunicação de ambos os campi e ainda um panorama das mais recentes ações realizadas pela Instituição no sentido de incentivar a política de ações afirmativas. No capítulo um, exploramos também o histórico do campus avançado de Governador Valadares, com dados a respeito do processo de criação, além de informações sobre sua estruturação e serviços oferecidos.

Na sequência, o segundo capítulo deste trabalho foi estruturado de modo a estabelecer debates sobre as ações afirmativas em si. Retomamos o conceito do termo, as descrições metodológicas de seu estudo e sua relação com a comunicação, em suas vertentes institucional e comunitária. Produzimos um estudo sobre a relação entre os materiais comunicacionais e a divulgação do posicionamento institucional na questão afirmativa. Também neste segundo capítulo, relacionamos os pilares da Comunicação Institucional ao trabalho realizado no setor de Comunicação da UFJF-GV, esclarecendo as formas utilizadas pela instituição para integrar os diferentes participantes da comunidade acadêmica. O segundo capítulo expõe, também, a metodologia utilizada no trabalho, a forma pela qual a pesquisa foi idealizada e como foi realizada, por meio de entrevistas com integrantes da comunidade acadêmica da UFJF-GV e também com servidores técnico-administrativos do Setor de Comunicação, Cultura e Eventos da Universidade.

Tendo como subsídios o referencial teórico e o estudo empírico realizados a partir do caso exposto nessa dissertação, apresenta-se neste terceiro capítulo o Plano de Ação Educacional (PAE). Este plano tem como objetivo pontuar intervenções que contribuam para o desenvolvimento da política de ações afirmativas no campus avançado da Universidade Federal de Juiz de Fora em Governador Valadares.

Com o advento de funcionalidades das redes sociais e consequente desenvolvimento das ferramentas comunicacionais, as informações e notícias institucionais atingem cada vez mais usuários. Tendo como ponto de partida tal abrangência, torna-se mais importante planejar as práticas comunicacionais dentro de uma instituição pública de ensino, no sentido de enfatizar princípios de igualdade, respeito e convivência. Neste ponto, vale ressaltar que

por ser uma ferramenta relevante na formação pessoal e profissional do estudante, a influência da universidade permeia o ambiente acadêmico, colaborando, também, para a construção do pensamento crítico que permeará o convívio em sociedade.

Destarte, a fim de embasar intervenções que visem a desenvolver a política afirmativa no campus avançado da UFJF em GV, foi desenvolvido o presente PAE. As ações aqui compiladas são resultado da observação das evidências encontradas no ambiente de trabalho do pesquisador – o campus avançado, analisadas sob a ótica de um referencial teórico composto por autores como Duarte (2014), Farber (2012), Gomes (2001) e Kunsch (2003), e ainda a partir da análise das entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo. Após todas as etapas delineadas para o presente trabalho, tornou-se, então, possível, estabelecer uma sequência de proposições a serem implementadas neste campus.

O presente PAE baseia-se no modelo 5w2h, ferramenta que permite a estruturação de planos de atividades a serem desenvolvidas. Conforme Silva et al. (2013, n.p. *apud* REIS et. al., 2016, p.6) o modelo permite, de maneira objetiva, a disposição de todas as informações fundamentais ao processo estratégico além de descrever de forma minuciosa, porém simplificada, as ações propostas. Para construir as atividades que integrarão o plano geral, são formuladas sete perguntas básicas, conforme quadro que se segue.

Quadro 3 – Perguntas básicas da ferramenta 5W2H

5W	What	O quê?	Que ação será executada?
	Who	Quem?	Quem irá executar/participar da ação?
	Where	Onde?	Onde será executada a ação?
	When	Quando?	Quando a ação será executada?
	Why	Por quê?	Por que a ação será executada?
2H	How	Como?	Como será executada a ação?
	How much	Quanto custa?	Quanto custa para executar a ação?

Fonte: Adaptado de MEIRA, 2003 *apud* REIS et al., 2016.

A escolha do método 5W2H se deu a fim de evitar possíveis lacunas na proposição de ações a serem implementadas pelos gestores. Ao colocar em prática a ferramenta, utilizamos uma base demasiadamente ampla na criação de uma perspectiva do caso estudado. Assim, conforme as questões apresentadas no quadro acima são respondidas, suas respostas são interligadas, e, também segundo estudos de Silva et al., (2013, n.p. *apud* REIS et. al., 2016, p.6) ao final observa-se um plano detalhado e de fácil compreensão

em que são definidas as ações tomadas, de que maneira e quais os responsáveis pela execução destas. Com a utilização desta ferramenta, dúvidas ou incertezas serão eliminadas no planejamento, pois a ferramenta possibilita uma resposta bem clara de quem, onde, quando, por quê, como e quanto custa para resolver o problema (SILVA et. al. 2013, n.p. *apud* REIS et. al., 2016, p.6).

Tendo sido apresentada a ferramenta 5W2H, suas funcionalidades e benefícios quando da proposição de intervenções a serem efetivadas pelos gestores da UFJF-GV, passamos à efetiva apresentação das ações deste PAE.

Nossos objetivos a curto prazo são:

- (i) construir um diagnóstico do campus avançado da UFJF em Governador Valadares, a partir do levantamento de características do público que o compõe – étnico-raciais, orientação sexual, situação social;
- (ii) promover eventos de conscientização e incentivo ao debate nas áreas comuns ocupadas pelos estudantes;
- (iii) organizar campanhas que incentivem a convivência e o respeito dentro e fora do ambiente acadêmico;
- (iv) repensar as formas de interação e veículos de comunicação utilizados pelo setor de Comunicação, Cultura e Eventos para atingir com maior precisão a comunidade acadêmica e favorecer a integração entre os atores que compõem a Universidade;

O PAE contempla, também, proposições de atuação a longo prazo na UFJF-GV, que são:

- (v) estabelecer uma agenda de discussões entre a Diretoria de Ações Afirmativas, a Imagem Institucional, representantes da equipe gestora do campus avançado e dos movimentos estudantis de Governador Valadares

No Quadro 4, apresentamos uma síntese das ações estipuladas para implementação, incluindo cada uma das proposições sugeridas, as atividades a serem colocadas em prática, seus objetivos, responsáveis, os prazos de execução, local e custo para sua realização.

Quadro 4 – Síntese das ações a serem desenvolvidas durante a execução do Plano de Ação Educacional

Ação	Objetivos
Construir um diagnóstico da comunidade acadêmica da UFJF-GV	Produzir embasamento informacional para que as políticas e implementações da instituição possam, de fato, atender as necessidades e se adequar à realidade do corpo discente da Instituição.
Promover eventos de conscientização e incentivo ao debate nas áreas comuns ocupadas pelos estudantes	Promover oportunidades de conscientização coletiva, bem como fomento ao debate e pensamento crítico acerca de temas de interesse comum, como a igualdade, o respeito e a luta contra o preconceito dentro e fora do ambiente acadêmico.
Organizar campanhas que incentivem a convivência e o respeito	Reforçar o posicionamento institucional em dias de comemoração pública e destacar os princípios da UFJF-GV junto à comunidade acadêmica. Além disso, as campanhas têm como objetivo promover a valorização dos integrantes da Universidade.
Repensar as formas de interação e veículos de comunicação utilizados pelo setor de CCE	Manter ativo o interesse coletivo nas publicações da UFJF-GV e incentivar o debate sobre os assuntos. Adicionalmente, a medida é necessária para melhorar a divulgação das notícias veiculadas no site e dos eventos institucionais realizados em GV.
Estabelecer uma agenda de discussões entre a Diaaf, a Imagem Institucional, a UFJF-GV e movimentos estudantis de GV	Quebrar barreiras geográficas e preencher lacunas observadas no organograma do campus avançado – que ainda não apresenta um setor equivalente à Diretoria de Ações Afirmativas. Dessa forma, visamos absorver as demandas estudantis e setoriais, planejar aperfeiçoamentos junto à equipe gestora e implementar ações que acarretem melhorias no meio acadêmico.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2018.

Para facilitar a compreensão da proposta acima, na seção seguinte detalhamos como se dará cada uma das proposições, bem como os mecanismos estipulados para que este Plano de Ação Educacional (PAE) seja colocado em prática no campus avançado da UFJF em Governador Valadares.

3.1 AÇÃO 1: CONSTRUIR UM DIAGNÓSTICO DA COMUNIDADE ACADÊMICA DA UFJF-GV

Os produtos comunicacionais – matérias, campanhas, eventos, entre outros – são planejados e desenvolvidos visando a atingir determinados públicos-alvo estipulados previamente. É nesse molde que acontece parte do processo criativo em um setor de Comunicação, como ocorre no setor de CCE da UFJF-GV, por exemplo. No processo de produção de materiais e eventos da Instituição, leva-se em conta o público que receberá os produtos; portanto, é imprescindível conhecer as pessoas que compõem os públicos-alvo de uma universidade.

A partir desse pressuposto, e das indagações dos sujeitos de pesquisa durante as entrevistas deste trabalho, propomos a construção de um diagnóstico da comunidade acadêmica da UFJF-GV: quem são nossos estudantes, de onde vêm, qual é sua trajetória acadêmica, suas preferências, entre outras questões que nos embasarão na construção deste levantamento. A necessidade de realização deste diagnóstico foi evidenciada por entrevistados, que trouxeram à tona lacunas observadas ao se caracterizar a comunidade acadêmica da UFJF-GV. Os sujeitos declararam não saberem quem são os estudantes da Instituição, sua etnia e suas preferências – desconhecimentos que interpelam a produção eficaz de ações que façam a diferença no cotidiano destes estudantes. O quadro 5 representa as etapas do processo de construção do diagnóstico:

Quadro 5 – Síntese da ação 1 sob a ótica do modelo 5w2h

(continua)

O quê?	Ação 1: Construir um diagnóstico da comunidade acadêmica da UFJF-GV.
Quem?	Comissão escolhida em reunião do Conselho Gestor e orientada pela gestão do campus avançado.
Onde?	Formulário do <i>Google Forms</i> disponibilizado via SIGA.
Quando?	A partir de outubro de 2018.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018).

Quadro 5 - Síntese da ação 1 sob a ótica do modelo 5w2h

(conclusão)

Por quê?	Para construir um banco de informações sobre a comunidade acadêmica da UFJF: quem são, de onde vêm, e quais as principais características sócio-econômico-comportamentais dos integrantes. A intenção é produzir um diagnóstico que sirva de base para a criação de futuras campanhas, matérias e ações institucionais, visando a atingir adequadamente o público-alvo.
Como?	A partir do levantamento de informações, por meio de formulário online e tabulação de dados.
Quanto Custa?	Sem custos financeiros. O questionário será enviado e respondido em meios digitais.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018).

O objetivo é dar, não apenas ao setor de Comunicação, mas a todos os setores que planejam e executam ações junto aos estudantes da Universidade, embasamento informacional para que as políticas e implementações da instituição possam, de fato, atender as necessidades e se adequar à realidade do corpo discente.

A pesquisa de perfil discente da UFJF-GV será construída a partir do trabalho de uma comissão formada para este fim. A comissão, por sua vez, será aprovada durante reunião do Conselho Gestor do campus avançado. Na ocasião da reunião, será apresentada a definição desta proposição, seus objetivos e sua importância. Na sequência, os conselheiros definirão os integrantes da comissão, a partir de sugestão coletiva e aprovação da maioria presente na reunião.

A fim de abranger toda a comunidade acadêmica da UFJF-GV, evitar custos financeiros de deslocamento e impressão de folhas de papel, o meio ideal para a aplicação da pesquisa é o digital, através de formulário online. Será criado, a partir da plataforma *Google Forms*, um formulário digital que será composto por perguntas elaboradas para colaborar no levantamento de informações sobre os estudantes da Universidade.

As questões do formulário vão versar sobre idade, classificação étnico-racial, orientação sexual, renda, origem (cidade e estado), cotas, moradia, domínio de língua estrangeira, acesso a atividades culturais e esportivas e trajetória acadêmica (se está na primeira graduação, se possui demais qualificações). A partir das respostas para essas perguntas, será possível compreender a origem dos estudantes, suas preferências, escolhas, e, sobretudo, será possível organizar melhor as formas pelas quais a Universidade utiliza para chegar até seu corpo discente. Com a análise do levantamento, será possível estabelecer critérios de produção de materiais de comunicação de forma a ampliar seus resultados e sua eficácia.

O formulário poderá ser aplicado no mês de outubro de 2018, de forma a já abranger os estudantes que ingressaram no segundo semestre do presente ano, iniciado em agosto. Serão estipuladas datas limite para resposta do questionário e para análise das respostas, a fim de favorecer a conclusão do diagnóstico ainda neste ano de 2018. A pesquisa ficará disponível aos estudantes entre os dias 1 e 28 de outubro, por meio do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA). Ao acessar a página, estará disponível um ícone que direcionará o discente ao formulário de perguntas.

Entre os dias 29 de outubro e 1 de novembro, integrantes da comissão vão recolher os índices de respostas e formular um relatório da pesquisa, que será apresentado na primeira reunião do Conselho Gestor no mês de novembro. O documento será exposto aos conselheiros, de modo a prestar contas do trabalho da comissão e para que todos tenham ciência dos resultados obtidos e possam, posteriormente, incorporar análises dos resultados no processo de planejamento e desenvolvimento de ações junto aos estudantes.

Devido à escolha do meio digital para aplicação do formulário, esta ação do presente PAE não possuirá custos financeiros para a Universidade. A realização da pesquisa demandará tempo de trabalho aos integrantes da comissão, para que façam um compilado dos dados obtidos e produzam o relatório final para apreciação no Conselho Gestor.

Ainda no objetivo de apresentar ações que intensifiquem o papel da comunicação na divulgação e aplicação da política de ações afirmativas no campus avançado de Governador Valadares, propomos a realização de eventos de conscientização coletiva e fomento ao debate junto aos integrantes da comunidade acadêmica. Essa ação será detalhada na seção seguinte deste trabalho.

3.2 AÇÃO 2: PROMOVER EVENTOS DE CONSCIENTIZAÇÃO E INCENTIVO AO DEBATE NAS ÁREAS COMUNS OCUPADAS PELOS ESTUDANTES

Esta ação foi idealizada a partir da contribuição de entrevistados durante as pesquisas de campo do presente trabalho. Alguns dos sujeitos da pesquisa sugeriram que fossem organizados eventos de conscientização e fomento ao debate nas áreas onde são ministradas as aulas da UFJF-GV – Pitágoras e Unipac. Partindo-se deste ponto, sugerimos que sejam realizadas ações institucionais, como rodas de conversa e as chamadas ‘mesas-redondas’, com ampla participação docente e discente, e contribuição de convidados oriundos de outras instituições para incrementar a discussão.

Para organizar e promover as atividades, serão necessários o empenho e a atuação de servidores vinculados aos dois Institutos – Ciências da Vida e Ciências Sociais Aplicadas, tais como docentes e Técnico-Administrativos em Educação, e ainda servidores do setor de CCE, para realizarem tarefas como divulgação e cobertura. No quadro 6 a seguir, apresentamos os detalhes necessários para compreender esta ação que se propõe.

Quadro 6 – Síntese da ação 2 sob a ótica do modelo 5w2h

O quê?	Ação 2: Promover eventos de conscientização e incentivo ao debate nas áreas comuns ocupadas pelos estudantes.
Quem?	Setor de CCE em parceria com institutos e direção.
Onde?	Sala 305 do Pitágoras e Anfiteatro da Unipac.
Quando?	A partir de outubro de 2018.
Por quê?	Disseminar entre os integrantes da comunidade acadêmica os princípios de respeito e inclusão, fomentar o debate entre estudantes e servidores, bem como para divulgar a política de ações afirmativas da UFJF-GV.
Como?	Os eventos serão organizados junto aos institutos e/ou direção, divulgados pelo setor de CCE e terão notícias veiculadas no portal.
Quanto Custa?	Os custos estão relacionados à presença de palestrantes convidados, quando houver.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018).

Conforme citado anteriormente, propomos a realização de atividades em ambos os espaços ocupados pela UFJF-GV, a fim de favorecer a participação dos discentes de ambos os institutos, que têm aulas nas duas instituições de acordo com o período em que estão matriculados. Em sua fala, um dos entrevistados pontuou a realização de atividades em ambas as instituições como uma forma de amenizar os impactos causados pelas lacunas estruturais do campus avançado. Segundo ele, a realização de eventos em locais diversos faria com que a alocação dividida da UFJF-GV não fosse considerada um problema de grande impacto.

Como proposta de ação a ser inserida neste PAE, sugerimos a realização de uma atividade interdisciplinar, que terá como focos a discussão de saúde coletiva relacionada à questão homoafetiva e a inserção da população LGBTTI na sociedade. Propomos a realização de atividades voltadas aos estudantes das áreas da saúde e das sociais aplicadas, por meio de palestras, debates com os participantes, solução de dúvidas e momentos de integração.

O evento, previamente denominado “Integração social e convívio saudável – a importância de lidar com o outro”, será realizado no mês de novembro do presente ano, em data provável de 8 de novembro. A escolha da data se deu para que a ocasião permita que formandos do segundo semestre de 2018 também participem, antes da conclusão de suas atividades acadêmicas. As atividades serão divididas entre os turnos da manhã e tarde, sendo a

primeira etapa no Pitágoras e a segunda, na Unipac. A divisão foi estipulada visando a atender os estudantes de ambos os institutos, que estudam nas duas instituições de ensino.

Foram planejadas atividades com objetivos de disseminar entre os integrantes da comunidade acadêmica os princípios de respeito e inclusão, bem como de fomentar o debate entre estudantes e servidores, como etapa integrante da divulgação da política de ações afirmativas da Universidade. No quadro 7 a seguir, apresentamos a programação do evento, cujas atividades serão explicadas com detalhes na sequência.

Quadro 7 – Programação do evento Integração social e convívio saudável – a importância de lidar com o outro

(continua)

Horário	Local	Atividade	Condutor
9h - 9h45	Sala 305 – Pitágoras	Palestra Saúde coletiva e combate a Doenças Sexualmente Transmissíveis.	Profa. Viviane Helena de França, doutora em Ciências da Saúde e Saúde Coletiva e docente do Departamento de Medicina da UFJF-GV.
9h45 - 10h15	Sala 305 – Pitágoras	Debate e participação dos estudantes.	Profa. Viviane Helena de França.
10h15 - 10h45	Sala 305 – Pitágoras	Palestra Gênero, Identidade e Pessoaalidade.	Lais Godoi Lopes, mestranda em Direito na UFMG e coordenadora do grupo de estudos de Gênero na Universidade Federal de Minas Gerais.
10h45 - 11h15	Sala 305 – Pitágoras	Debate e participação dos estudantes.	Lais Godoi Lopes
11h15 - 12h	Sala 305 – Pitágoras	Integração no ambiente acadêmico – a Assistência Estudantil da UFJF-GV.	Psicólogo Lucas Napoli, servidor do Setor de Apoio Estudantil da UFJF-GV.
12h - 14h	Intervalo para almoço		
14h - 14h45	Anfiteatro Unipac	Políticas públicas de diversidade na cidade de Governador Valadares.	Patrícia Ferreira Bandeira, Membro do Núcleo de Debates sobre Diversidade e Identidades de Governador Valadares (NUDIs-GV) Luciane Dias de Oliveira (Membro fundadora do NUDIs-GV)
14h45 – 15h15	Anfiteatro Unipac	Inclusão e combate ao preconceito no ambiente acadêmico da UFJF-GV.	Profa. Tayara Talita Lemos, coordenadora do projeto de extensão Direito e Identidades de Gênero, da UFJF-GV, e docente do Departamento de Direito. Profa Nara Pereira Carvalho, vice-coordenadora do projeto de extensão e docente do departamento de Direito.

Quadro 7 - Programação do evento Integração social e convívio saudável – a importância de lidar com o outro

(conclusão)

Horário	Local	Atividade	Condutor
15h15 - 16h	Anfiteatro Unipac	Debate: Como as atléticas da UFJF-GV podem colaborar na inclusão? - Apresentação da Atlética União, Igualdade e Força.	Integrantes da Atlética União, Igualdade e Força e representantes das demais atléticas da Universidade.
16h - 16h45	Anfiteatro Unipac	Debate e levantamento de propostas a serem levadas às direções dos institutos e direção-geral da UFJF-GV.	Profa. Tayara Talita Lemos e Profa. Nara Pereira Carvalho
16h45	Anfiteatro Unipac	Encerramento e coleta de sugestões para futuros eventos.	Representantes das atléticas e participantes do evento.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018).

O primeiro momento do evento será a palestra “Saúde coletiva e combate a Doenças Sexualmente Transmissíveis”, a ser ministrada pela doutora em Ciências da Saúde e Saúde Coletiva, Viviane Helena de França. A escolha da convidada se deu por se tratar de uma profissional já atuante no tema de saúde coletiva e já conhecida pelos participantes do evento – Viviane é docente do Departamento de Medicina da UFJF-GV. Na ocasião, serão tratados assuntos de interesse coletivo e de indiscutível relevância, como as Doenças Sexualmente Transmissíveis e as principais formas de combate aos males relacionados à saúde sexual. O momento será a oportunidade de desmistificar junto à comunidade acadêmica diversos tópicos relativos à transmissão de doenças – fator que interfere na criação de preconceitos e discriminações entre as minorias. Após a palestra, a convidada mediará um debate entre os presentes, visando à solução de dúvidas e integração entre os convidados. As verbas para trazer uma convidada externa serão retiradas do orçamento previsto para o ano vigente no Sistema de Planejamento (SISPLAN).

A segunda palestra terá como tema “Gênero, Identidade e Pessoaalidade”, e será apresentada pela mestrandia em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e coordenadora do grupo de estudos de Gênero na UFMG, Lais Godoi Lopes. A convidada desenvolve, na UFMG, a pesquisa “Dissolução da Identidade de Gênero: Biotecnologias e Autonomia para uma (In)Definição”, além de pesquisa sobre pessoaalidade e identidades de gênero no grupo de pesquisa “Persona”, da mesma universidade. A escolha da palestrante se dá por ser uma profissional que já trabalha a identidade de gênero e discussões relacionadas ao tema. Dessa forma, é um nome que certamente acrescentará muito à discussão que pretendemos desenvolver no ato do evento. Na sequência de sua palestra, Lais participará de

um debate junto aos presentes, no intuito de dirimir dúvidas e compartilhar mais de sua experiência no assunto.

A última atividade do turno matutino será comandada pelo psicólogo do Setor de Apoio Estudantil da UFJF-GV, Lucas Napoli. O momento denominado “Integração no ambiente acadêmico – a Assistência Estudantil da UFJF-GV” foi pensado com o objetivo de apresentar aos estudantes as modalidades de assistência oferecidas pelo campus avançado da UFJF, a fim de que os participantes possam se sentir seguros para dividir seus conflitos pessoais e tenham ciência do acolhimento oferecido pela instituição durante a fase acadêmica.

A etapa vespertina do evento será realizada no Auditório da Unipac, e começa com a palestra “Políticas públicas de diversidade na cidade de Governador Valadares”, a ser ministrada pelas integrantes do Núcleo de Debates sobre Diversidade e Identidades de Governador Valadares (NUDis-GV), Patrícia Ferreira Bandeira e Luciane Dias de Oliveira. As convidadas irão apresentar as principais políticas públicas desenvolvidas na cidade de GV no sentido de fomentar o debate sobre a diversidade e a integração das diferentes minorias na sociedade.

Na sequência, as professoras do Departamento de Direito da UFJF-GV Tayara Talita Lemos e Nara Pereira Carvalho apresentam a palestra “Inclusão e combate ao preconceito no ambiente acadêmico da UFJF-GV” (CARVALHO; LEMOS, 2014). Elas são respectivamente coordenadora e vice do projeto de extensão Direito e Identidades de Gênero, da UFJF-GV, atividade que visa auxiliar na promoção e na efetivação dos direitos humanos concernentes às identidades de gênero no ambiente acadêmico do campus avançado. A escolha das participantes se deu por sua inserção no citado projeto, que tem como público-alvo a população LGBTTI de Governador Valadares, tanto as pessoas atingidas pelas diferentes formas de violência e preconceito, quanto as que queiram entender mais sobre seus direitos.

O momento seguinte consistirá em um debate ministrado por representantes das atléticas da UFJF-GV, organizações compostas por estudantes que desenvolvem atividades de lazer, esportivas e de representação estudantil. Na ocasião, será apresentada a atlética União, Igualdade e Força, já citada neste trabalho, que foi constituída no ano de 2018 com o objetivo de reunir integrantes da minoria LGBTTI e suas demandas por inserção, igualdade e respeito dentro e fora do ambiente acadêmico.

Após as discussões e os momentos de troca de conhecimento oferecidos durante o evento, as professoras Tayara Lemos e Nara Carvalho coordenam um debate com o objetivo de levantar propostas a serem direcionadas às direções dos institutos e à direção-geral da UFJF-GV. A intenção é dar abertura para que os participantes apresentem suas queixas após as

oportunidades de reflexão e compartilhamento proporcionadas pelo evento, e também após terem ciência dos projetos e auxílios oferecidos pela Universidade.

No encerramento do evento, haverá momento de coleta de sugestões para futuras atividades a serem desenvolvidas na Instituição. Busca-se, com isso, expor a disponibilidade da UFJF-GV em acolher as sugestões da comunidade acadêmica, no sentido de promover atividades de interesse e relevância coletivos.

O evento será realizado no interior de instituições locadas pela UFJF-GV, dessa forma, não haverá custos adicionais com local e infraestrutura. As inscrições serão gratuitas, e haverá emissão de certificado de participação; ambas as definições colaboram para uma maior taxa de adesão dos estudantes. Os custos definidos para o evento serão para transporte e diárias da convidada externa Lais Godoi: 1,5 diária e também reembolso dos custos de transporte para se deslocar de Belo Horizonte para Governador Valadares. Serão gastos R\$ 265,50 em diárias e R\$ 200,00 em passagens rodoviárias para que a convidada participe do evento (a passagem custa cerca de R\$ 99 por trecho) (BRASIL, 2006).

Para além deste evento, sugerimos a organização coletiva e o planejamento institucional para que demais atividades sejam realizadas no ambiente acadêmico em Governador Valadares. A ampla participação de docentes e estudantes colabora na proposição de ações a serem implementadas na UFJF-GV, bem como reforça o posicionamento institucional de integração e combate ao preconceito.

Na próxima seção, apresentamos as proposições para organização de campanhas que incentivem a convivência e o respeito no interior do ambiente acadêmico e também no convívio em sociedade.

3.3 AÇÃO 3: ORGANIZAR CAMPANHAS QUE INCENTIVEM A CONVIVÊNCIA E O RESPEITO

O setor de Comunicação, Cultura e Eventos da UFJF-GV desempenha diversas ações de informação e divulgação de atividades entre a comunidade acadêmica da Instituição, conforme já abordado no presente trabalho. Além da cobertura de eventos, divulgação de projetos de extensão, oportunidades aos estudantes e assessoria do contato entre a Universidade e a imprensa local, os jornalistas do setor desenvolvem campanhas no meio institucional.

Em sua maioria, as campanhas estão relacionadas a datas comemorativas, tais como o Dia do Estudante, Dia do Professor e Dia da Mulher. Além de representar o posicionamento

institucional em dias de comemoração pública, as campanhas são, também, uma oportunidade de reforçar os princípios da UFJF-GV junto à comunidade acadêmica. Sob a ótica dessa perspectiva de estabelecer as diretrizes da instituição, temos como exemplo a campanha afirmativa da UFJF-GV, realizada neste ano de 2018, por ocasião do Dia Internacional de Combate à LGBTTifobia, comemorado em 17 de maio. Conforme já abordado no capítulo anterior deste trabalho, a campanha foi bem recebida nas redes sociais, com comentários positivos e votos da comunidade acadêmica para que seja a primeira de outras. O reconhecimento à campanha foi ressaltado, também, durante as entrevistas, quando os sujeitos de pesquisa enfatizaram o empenho do setor na produção e divulgação do material.

A fim de dar continuidade a essa política de valorização dos integrantes da comunidade acadêmica e dar luz a datas comemorativas, propomos a realização de mais campanhas, tendo como exemplo a repercussão positiva da primeira campanha realizada, e os ensejos da comunidade acadêmica por mais materiais. Da idealização à divulgação da campanha, há uma série de atividades que demandam tempo de trabalho dos integrantes do setor. Para esta tarefa, será requerido o trabalho do representante do setor – responsável pela criação artística e edição de audiovisual, bem como dos jornalistas do setor, em atividades de divulgação nas redes sociais e também no portal da Universidade. No quadro 8, a seguir, apresentamos mais informações para que se compreenda a ação proposta.

Quadro 8 – Síntese da ação 3 sob a ótica do modelo 5W2H

O quê?	Ação 3: Organizar campanhas que incentivem a convivência e o respeito.
Quem?	Jornalistas do Setor de CCE.
Onde?	Meios digitais e locais de acesso dos estudantes.
Quando?	A partir de outubro de 2018.
Por quê?	As campanhas incentivam os princípios afirmativos, destacam o posicionamento institucional de combate ao preconceito e estimulam o pensamento crítico junto à comunidade acadêmica. Os resultados obtidos na primeira campanha afirmativa do campus avançado foram positivos, o que nos leva a pensar em mais ações nesse sentido.
Como?	A partir da criação de materiais, vinculados ou não a datas comemorativas, que reforcem a busca pelo respeito dentro e fora da UFJF-GV.
Quanto Custa?	A produção e divulgação de materiais digitais não enseja custo financeiro, apenas trabalho administrativo dos setores envolvidos.

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2018).

A importância das campanhas está em seu papel de incentivo aos princípios afirmativos e de convivência baseada no respeito. Os materiais destacam, também, o posicionamento institucional de combate ao preconceito e estimulam o pensamento crítico junto à comunidade acadêmica. Como proposição, temos ainda neste ano o dia 20 de

novembro, no qual se comemora o Dia da Consciência Negra. A data representa uma oportunidade de a Universidade reforçar seu intuito de promover a igualdade e o respeito dentro e fora do ambiente acadêmico.

Neste ano, a referida data se dará em uma terça-feira, dia útil com atividades acadêmicas normais para os estudantes da Universidade. Dessa forma, torna-se viável a realização de uma campanha em conjunto com os institutos – Ciências da Vida e Ciências Sociais Aplicadas. Nesse sentido, o setor de CCE colaborará com a produção e divulgação dos materiais digitais, enquanto os institutos providenciam, junto aos professores e chefes de departamento, a intervenção junto aos estudantes durante as aulas. Dada a sugestão de que as campanhas sejam divulgadas nos meios digitais da UFJF-GV, não haverá custos financeiros, o que representa um ponto positivo nesta ação do PAE.

Além da realização de intervenções digitais como as apresentadas neste trecho do documento, é preciso sempre inovar as formas de contato da Universidade com os estudantes. Atualmente, utilizamos meios digitais, a saber: Facebook, Instagram e Portal de Notícias, porém, sabemos da importância de sempre inovar nos meios de intervenção digital para garantir a continuidade do interesse coletivo nos produtos comunicacionais da Universidade. A partir dessa necessidade, estruturamos a seção seguinte para propor maneiras de repensar as formas de interação acadêmica e os veículos de comunicação utilizados pelo Setor de CCE.

3.4 AÇÃO 4: REPENSAR AS FORMAS DE INTERAÇÃO E VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS PELO SETOR DE CCE

Atualmente, as notícias e campanhas institucionais da UFJF-GV são divulgadas aos públicos interno e externo por meio do portal do Campus GV. Em maio deste ano, o *layout* do portal foi reformulado e atualizado, permitindo, em sua nova versão, maior destaque para fotos e imagens, bem como melhor adaptação a diversos tamanhos de telas nos *smartphones*, tablets, computadores, dentre outros dispositivos.

Além do portal, os materiais comunicacionais são apresentados à comunidade acadêmica e externa por meio das redes sociais institucionais, a saber: Facebook e Instagram – este criado em maio deste ano, na ocasião da divulgação da campanha afirmativa, no Dia Internacional de Combate à LGBTTIfobia. O desenvolvimento de um novo canal de relacionamento se deu para ampliar a rede de contato e compartilhamento de informações e imagens da UFJF-GV e de seus integrantes.

É preciso reinventar continuamente as formas de contato da Universidade com seus públicos-alvo, de forma a manter o interesse coletivo nas publicações e incentivar o debate sobre os assuntos. A medida é necessária, também, para melhorar a divulgação das notícias veiculadas no site e dos eventos institucionais realizados em GV. Na sequência, apresentaremos os detalhes da ação proposta sob a ótica do modelo 5w2h.

Quadro 9 – Síntese da ação 4 sob a ótica do modelo 5W2H

O quê?	Ação 4: Repensar as formas de interação e veículos de comunicação utilizados pelo setor de CCE.
Quem?	Servidores do setor de CCE.
Onde?	Discussão no âmbito interno do setor de CCE e aplicação no site do Campus GV, via correio eletrônico e também nas redes sociais.
Quando?	A partir de outubro de 2018.
Por quê?	É preciso reinventar continuamente as formas de contato da Universidade com seus públicos-alvo, de forma a manter o interesse coletivo nas publicações e incentivar o debate sobre os assuntos. A medida é necessária, também, para melhorar a divulgação das notícias veiculadas no site e dos eventos institucionais realizados em GV.
Como?	Através de reuniões entre os integrantes do setor de CCE, para produção de <i>brainstorming</i> e adaptação de sugestões dos estudantes.
Quanto Custa?	Sem custos financeiros. Serão necessárias apenas ações de organização e planejamento do setor de CCE.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018).

A fim de permitir melhores formas de divulgação das novidades e dos acontecimentos referentes ao campus avançado, propomos a implementação de novas formas de interação digital no ambiente acadêmico. Esperamos que as sugestões de mudanças surjam por meio de discussões entre os integrantes do setor de CCE, em sua reunião de pauta semanal, normalmente realizada às sextas-feiras. A partir do contato e da discussão entre profissionais da área, esperamos desenvolver uma espécie de *brainstorming* – a chamada chuva de ideias, para que sejam levantadas sugestões aplicáveis à nossa realidade. A ampliação do acesso à informação é de suma importância, pois promove maior integração entre a universidade e seus públicos em Governador Valadares, bem como também reduz lacunas na divulgação de informações e conteúdos relevantes aos públicos mencionados.

Como proposição, trazemos aqui a ideia de inserir, a partir de outubro, uma nova via de informação digital: o Boletim Informativo do campus avançado. O material foi pensado para representar uma espécie de resumo semanal acerca das principais informações de relevância coletiva no ambiente acadêmico. O Boletim consistirá em um compilado das notícias de

referência publicadas no portal, juntamente com uma breve agenda dos próximos eventos do campus, e ainda um espaço para apresentação de campanhas e/ou artes de divulgação pontual.

Propomos a organização semanal do material, e seu envio por e-mail a todos os servidores técnico-administrativos, docentes e discentes do campus GV. No formato sugerido, serão apresentados textos curtos, com uma espécie de resumo da notícia que será acessada via link no Boletim, em conjunto com uma imagem ou foto, que terá a função de incutir no leitor o anseio pelo conteúdo em sua totalidade.

O projeto do Boletim, com os espaços previamente apontados para divulgação de notícias, servirá, também, para apresentação de informações concernentes à Universidade. Neste ponto, podemos aproveitar o espaço para divulgar, por exemplo, fluxos de ações desenvolvidas nos setores administrativos da UFJF-GV que prestam serviço ao público. A partir do Boletim, podemos apresentar de forma didática e ilustrada a maneira mais fácil de solicitar uma carteirinha estudantil junto à Central de Atendimento, ou assistência psicológica no setor de Apoio Estudantil. A via escolhida será de grande valia para facilitar a transmissão de mensagens, orientações e notícias, do polo emissor – a Universidade, ao polo receptor, neste caso a comunidade acadêmica da UFJF-GV.

Os boletins serão enviados através de ferramenta para envios de e-mails em massa já disponível no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA) para o setor de CCE. A utilização de meios digitais como o Siga e inovações junto às redes sociais não enseja custos financeiros; será necessária, porém, disponibilização de tempo de trabalho dos jornalistas do setor de CCE para a organização das informações e o envio online.

Para além das sugestões a serem aplicadas no cotidiano e no planejamento do setor de CCE, trazemos neste PAE propostas a serem implementadas pela equipe gestora do campus avançado, através da pessoa dos diretores – geral e dos Institutos, juntamente com integrantes do campus sede e representantes discentes. Na próxima seção, apresentamos essas ações, que dependem de empenho coletivo e planejamento prévio para que rendam melhorias efetivas e garantam condições de igualdade e respeito à comunidade acadêmica.

3.5 AÇÃO 5: ESTABELECEER UMA AGENDA DE DISCUSSÕES ENTRE A DIAAF, A IMAGEM INSTITUCIONAL, A UFJF-GV E MOVIMENTOS ESTUDANTIS DE GV

No campus sede, o planejamento de ações de incentivo ao respeito na Universidade e de posicionamento afirmativo da Instituição são planejadas e realizadas em conjunto entre a Imagem Institucional e a Diaaf. A ausência de uma secretaria relacionada à Diaaf no campus

avanzado, ou mesmo um setor que trate de assuntos afins para a comunidade acadêmica de GV foi citada por vários entrevistados durante a pesquisa de campo.

No sentido de quebrar barreiras geográficas e preencher lacunas observadas no organograma do campus avanzado – que ainda não apresenta um setor equivalente à Diaaf, propomos uma maior aproximação da Diretoria no campus GV, para absorver as demandas estudantis e setoriais, planejar aperfeiçoamentos junto à equipe gestora e implementar ações que acarretem melhorias no meio acadêmico. No quadro 10 esclarecemos a ação que se propõe, sob a luz do modelo 5w2h.

Quadro 10 – Síntese da ação 5 sob a ótica do modelo 5w2h

O quê?	Ação 5: Estabelecer uma agenda de discussões entre a Diaaf, a Imagem Institucional, a UFJF-GV e movimentos estudantis de GV.
Quem?	Equipe gestora do campus avanzado.
Onde?	Equipe gestora do campus avanzado.
Quando?	A partir de março de 2019.
Por quê?	Por meio das reuniões, poderão ser pensadas ações a serem colocadas em prática no campus avanzado. A participação de setores variados permite que as demandas sejam discutidas com maiores possibilidades de atuação e solução de lacunas.
Como?	Um representante da Diaaf e um da Imagem virão periodicamente ao campus avanzado, trazendo consigo orientações da Diretoria, bem como da Imagem Institucional. Em GV, a equipe se reúne com representantes estudantis e equipe gestora e planeja ações conjuntas.
Quanto Custa?	Os custos se referem ao deslocamento de servidores do campus sede para o campus avanzado.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018).

Como sugestão de atividade a ser desempenhada a partir de março de 2019 - quando ingressam novas turmas na Universidade, propomos uma agenda de discussões entre a Diaaf, a Imagem Institucional, a equipe gestora do campus avanzado e os movimentos estudantis de Governador Valadares. Por meio dos encontros, poderão ser pensadas ações afirmativas e proposições para a política de integração da Universidade a serem colocadas em prática no campus avanzado. A participação de setores variados permite que as demandas sejam discutidas com maiores possibilidades de atuação e solução de lacunas; é preciso ter uma equipe direcionada ao acolhimento de demandas e ao planejamento de ações conjuntas no campus avanzado.

A ação terá como locais propostos a Sede Administrativa e as instituições onde acontecem as aulas da Universidade. A escolha se dá para permitir uma aproximação não apenas entre estudantes e equipe gestora, mas também entre setores administrativos da UFJF-GV. Nos encontros, pretende-se discutir a atual política de ações afirmativas da Universidade, as boas práticas observadas em Juiz de Fora – e que podem ser implementadas em GV, as

possíveis campanhas a serem aplicadas no campus avançado, e, como desdobramento dessas ações, a possibilidade de se introduzir, na UFJF-GV, um desmembramento da Diaaf, seja a partir de uma Comissão de Ações Afirmativas, uma Secretaria de Ações Afirmativas, ou mesmo um Grupo de Trabalho relacionado ao tema.

Neste primeiro momento, propomos um processo de reflexão coletiva que reúna a equipe gestora de GV, representantes dos estudantes e servidores do campus sede, estes já inseridos na política de ações afirmativas da Universidade. Participarão o diretor-geral da UFJF-GV, Peterson Andrade, representantes das Atléticas e/ou Diretórios Acadêmicos dos cursos de graduação, um representante da Diaaf e um da Imagem Institucional. Aqui, visando a diminuir os custos de deslocamento e diárias, bem como para evitar lacunas nos campos de trabalho de dois setores de Juiz de Fora, pode se pensar na vinda de apenas um integrante do campus sede, que participaria previamente de uma reunião em Juiz de Fora, e traria encaminhamentos e proposições coletivas de ambos os setores a serem discutidas e implementadas em GV.

Como proposição de agenda, aponta-se a realização de uma reunião na terceira semana de março de 2019, quando as turmas do primeiro semestre acadêmico já estarão formadas, e os estudantes, ambientados à realidade de GV. Dessa forma, propomos a vinda inicial de dois servidores do campus sede, sendo um representante da Diaaf e outro da Imagem Institucional. Assim, seria possível apresentar o trabalho realizado pelas equipes em Juiz de Fora e, também, acolher as demandas de Governador Valadares.

Na ocasião da reunião, estão determinados momentos de fala e debate entre os convidados, atentando-se para que os estudantes presentes tenham oportunidade de expor suas queixas, apresentar suas sugestões e participar do levantamento de encaminhamentos concernentes ao encontro. Além disso, é necessária participação ativa da equipe gestora de GV, na pessoa do diretor-geral e/ou dos diretores dos Institutos, a fim de favorecer o entendimento sobre a realidade do campus avançado e a apresentação de suas propostas de ação.

Os custos dessa atividade se referem ao deslocamento de servidores do campus sede para o campus avançado. A proposição de valores específicos se dará a partir da definição de quantos dias serão necessários para as reuniões e produção de encaminhamentos, porém, acreditamos que a seguinte agenda seria pertinente: vinda de servidores na segunda-feira, dia 18 de março, com reuniões nos turnos matutino e vespertino do dia 19, e retorno para Juiz de Fora no dia 20. Neste plano, serão estimadas 2,5 diárias para cada servidor do campus sede, além dos gastos com carro oficial para transporte dos convidados.

É oportuno destacar, neste ponto da pesquisa, que as ações propostas aqui representam apenas o começo do que deve se tornar uma busca contínua por intervenções e esforços coletivos que fomentem o debate no ambiente acadêmico e acarretem mudanças na política afirmativa da Universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um campus avançado, advindo de uma Universidade com mais de 50 anos de experiência representa um desafio aos que nele estão inseridos e que nele injetam seu conhecimento e atuação profissional. A partir deste cenário apresentamos neste trabalho o campus avançado da UFJF, seu histórico de criação, sua estrutura, e também as principais diferenças entre as realidades observadas em Governador Valadares e em Juiz de Fora. Tais diferenças serviram como inspiração para que o principal assunto deste trabalho fosse idealizado: a política de ações afirmativas do campus Governador Valadares.

Tendo como modelo a política afirmativa da UFJF em seu campus sede, bem como as ações desenvolvidas naquele local para promover igualdade, respeito e diretrizes inclusivas para seus estudantes, docentes e técnicos administrativos, propusemos uma pesquisa para estudar os meios pelos quais o setor de CCE da UFJF-GV poderia se inserir nessa missão.

Durante a realização desta pesquisa, pudemos conhecer e revisar as principais atividades afirmativas desenvolvidas no campus sede, a partir do trabalho conjunto entre a Diaaf e a Diretoria de Imagem Institucional. Também por meio deste estudo, compilamos as mais diversas ações realizadas pelo setor de CCE no campus avançado, que em menos de seis anos de experiência já apresenta avanços e práticas voltadas para a integração no ambiente acadêmico de seus estudantes, docentes e servidores.

Em meio aos estudos realizados nessa empreitada, nos deparamos com uma gama de entraves apresentados pelos sujeitos de pesquisa entrevistados, a saber: estudantes, docentes e técnico-administrativos em Educação, integrantes do setor de CCE e demais setores do campus avançado. Entre os principais obstáculos e demandas apontados pelos entrevistados, destacamos a maior incidência de campanhas e atividades afirmativas no campus sede, em comparação com o campus avançado; a carência de iniciativas que envolvam não somente a comunidade acadêmica, mas também servidores técnico-administrativos e professores; a necessidade de se produzir um diagnóstico que compreenda quem são as pessoas que compõem o campus avançado, em uma espécie de censo, e também a ausência de uma secretaria, setor vinculado ou comissão que faça parte da Diretoria de Ações Afirmativas em Governador Valadares.

Por meio das entrevistas realizadas durante a pesquisa, pudemos perceber que os sujeitos envolvidos esperam muito que a Universidade cumpra seu papel de fomentar o debate e estimular o pensamento crítico entre seus integrantes. Essa necessidade de diálogo e debate está relacionada à visão do perfil da sociedade valadarense exposto pelos entrevistados. A

cidade que abriga o campus avançado da UFJF foi caracterizada pelos sujeitos da pesquisa como conservadora e tradicionalista, lacuna que se torna uma oportunidade de atuação para os estudantes, docentes e formadores de opinião de uma instituição pública de ensino, como a UFJF.

Consolidando todo o estudo empreendido com a construção do caso, o referencial teórico apresentado e os entendimentos observados por meio da pesquisa empírica, foi possível estabelecer um PAE adequado à realidade e questões diagnosticadas. As propostas foram abrangentes, versando sobre o trabalho realizado pelo setor de CCE na produção de campanhas afirmativas e eventos institucionais, bem como na atuação da equipe gestora do campus avançado, capaz de fomentar discussões interdisciplinares que culminem em melhorias efetivas para a comunidade acadêmica de GV.

O fortalecimento das ações afirmativas e da presença da UFJF-GV na cidade de Governador Valadares é uma ação necessária, e sua realização pode ter, como consequência maior espaço para divulgação das campanhas institucionais, entre elas as de ações afirmativas e maior inserção de todas as minorias no ambiente acadêmico. Temos, nesse caso, uma via de mão dupla: uma vez que o pertencimento da UFJF-GV à cidade aumenta, as ações afirmativas tomam ainda mais espaço no cenário da comunidade, e quanto mais ações e campanhas sejam divulgadas, mais se conhece sobre a UFJF-GV.

Entretanto, cabe salientar que diante das lacunas observadas e das demandas apresentadas pelos sujeitos durante a pesquisa, muito ainda deve ser feito para que o campus avançado tenha plenas condições de igualdade e inserção das diversas comunidades em seu interior. Ainda há trabalho a se fazer para a integração das comunidades quilombolas e remanescentes indígenas da região Leste de Minas Gerais no universo acadêmico. Há ainda muitas análises a serem feitas a fim de embasar a criação de uma efetiva política afirmativa para GV, ou seja, o presente trabalho dá luz à questão das ações afirmativas no campus avançado, sem aprofundar-se em questões de grupos específicos ou nas demandas de infraestrutura do campus – demanda visível e de interesse coletivo.

A expectativa dos realizadores deste trabalho é que ele represente um primeiro passo, e que por meio das ações propostas no PAE, possam sair contribuições positivas à UFJF-GV, que sejam então convertidas em ações efetivas de gestão, e que resultem em benefícios à classe discente e também aos servidores da Instituição.

REFERÊNCIAS

ACESSA. Cidade. Diaadia. **Plano de trabalho aprovado para discutir os Sistemas de cotas para negros e índios na UFJF**. Portal ACESSA, Juiz de Fora, 07 jun. 2004. Disponível em: <www.acesa.com/cidade/arquivo/diaadia/2004/06/07a11/>. Acesso em: 10 jun. 2017.

AMARAL, J. G. Lutas por reconhecimento, desrespeito e universidade: a atuação dos coletivos universitários de diversidade sexual para o enfrentamento à homofobia institucional. **Teoria e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 2, n 21, p. 229-262, jul./dez, 2013. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/revistasociedade/index.php/rts/article/viewFile/90/73>>. Acesso em: 24 set. 2017.

ARAÚJO, N. M. C. **Ações afirmativas e educação**: o Projeto de Lei 73/99. 2009. 89f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, Fortaleza, CE, 2009. Disponível em: <http://www.repositoriobib.ufc.br/000003/000003DB.pdf>. Acesso em: 19 out. 2017.

ARGENTI, P. A. **Comunicação Empresarial**: a construção da identidade, imagem e reputação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

BELLO, E. Políticas de ações afirmativas no Brasil: uma análise acerca da viabilidade de um sistema de cotas sociais para ingresso nas universidades. **Direito, Estado e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.9, n.26, p. 32 a 53, jan./jun. 2005. Disponível em: <<https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/download/324/296/>>. Acesso em: 19 out. 2017

BRAGON, R. “Queremos ser tratados como pessoas”, diz funcionária transexual da UFJF. **Portal UOL Educação**, Belo Horizonte, 20 maio 2016. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/05/20/queremos-ser-tratados-como-pessoas-diz-funcionaria-transexual-da-ufjf.htm>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

BRASIL. **Extrato de Contrato nº 144/2012 – UASG 153061**. Concorrência SISPP Nº 14/2012. Obras de construção do Campus Avançado da Universidade Federal de Juiz de Fora na cidade de Governador Valadares. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 out. 2014. Seção 3, p. 83.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 9.034, de 20 de abril de 2017**. Altera o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9034-20-abril-2017-784631-publicacaooriginal-152394-pe.html>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2.995, de 15 de setembro de 2015.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o ingresso de pessoas com deficiência nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1724773>>. Acesso em: 03 out. 2017.

BRASIL. **Portaria nº 389, de 09 de maio de 2013.** Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/proae/files/2008/10/Portaria-n%C2%BA-389-2013-MEC.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm>. Acesso em: 05 set. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.** Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/D7824.htm>. Acesso em: 05 set. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<https://presrepública.jusbrasil.com.br/legislacao/109583/decreto-5992-06>>. Acesso em: 21 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002.** Cria o Programa Diversidade na Universidade, e dá outras providências. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10558.htm>. Acesso em: 21 set. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Câmara, 1988.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 52, de 03 de abril de 1997.** Define os crimes de prática de racismo e discriminação. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/25942>>. Acesso em: 07 set. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro, 1943. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 25 ago. 2017

CAMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 6, n.2, p. 179-191, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.ppgp3.caedufjf.net/pluginfile.php/6660/mod_forum/attachment/159739/v6n2a03.pdf>. Acesso em 13 nov. 2017.

CAMPOS, C. Apresentação. In: GASPAR, L.; BARBOSA, V. **Ações afirmativas e políticas de cotas no Brasil: uma bibliografia - 1999-2012**. Recife, 2013.

CARDOSO, F.H. 2003. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, J. M. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>>. Acesso em: 10 jun. 2017

CARVALHO, N. P.; LEMOS, T.T. **Direitos e Identidade de Gêneros**. 2014. 16f. (Projeto de extensão) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Departamento de Direito, Centro de Referências de Direitos Humanos, Governador Valadares, MG, 2014. Disponível em: <http://www.ufjf.br/siddharta_legale/files/2014/08/Direito-e-identidades-de-g%C3%AAnero.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2017

CATRACA LIVRE. Cidadania. **UFJF lança campanha nas redes sociais contra a homofobia** [online], 17 maio 2016. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/ufjf-lanca-campanha-nas-redes-sociais-contra-a-homofobia>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

CEDEFES - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA. **Povos indígenas em Minas Gerais**. Belo Horizonte, nov. 2017. Disponível em: <<http://www.cedefes.org.br/povos-indigenas-destaque/>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

COLETIVO DUAS CABEÇAS. **Quem somos**. Juiz de Fora, MG, 2017. Disponível em: <<http://coletivoduascabecas.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>>. Acesso em: 06 set. 2017.

DAFLON, V. T.; FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L.A. Ações afirmativas raciais no ensino superior brasileiro: um panorama analítico. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, nº148, p. 302-327, jan./abr. 2013.

DUARTE, A. A. **Constitucionalidade das Políticas de Ações Afirmativas**. Senado Federal. Publicação e Documentação, Estudos Legislativos (Texto para Discussão nº 147). Brasília, abr. 2014. Disponível em: <www.senado.leg.br/estudos>. Acesso em: 05 out. 2017.

EXTRA. Notícias. Brasil. ‘Quantos professores negros você tem?’ Campanha de Universidade de MG viraliza na web. **Jornal Extra**, Rio de Janeiro, 02 fev. 2016. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/quantos-professores-negros-voce-tem-campanha-de-universidade-de-mg-viraliza-na-web-18591937>>.html. Acesso em: 04 ago. 2017.

FARBER, S.G. A Universidade está contribuindo para a igualdade de gênero? Uma percepção dos docentes de pós-graduação. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 5, n. 4, p. 116-140, 2012 (Edição Especial). Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/27524>>. Acesso em: 18 out. 2017.

GRIN, M. Esse ainda objeto de desejo: políticas de ações afirmativas e ajustes normativos – o seminário de Brasília. **Revistas Novos Estudos**, Brasília, n. 59, p.172, mar. 2001.

GOMES, J. B. B. **Ação Afirmativa & princípio constitucional da igualdade**: o Direito como instrumento de transformação social - a experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GUARNIERI, F.V.; MELO-SILVA, L.L. Ações afirmativas na educação superior: rumos da discussão nos últimos cinco anos. **Psicologia & Sociedade**; São Paulo, v.19, n.2, p.70-78, 2007.

GUZZO, V.; GUZZO, G.B. O pensamento crítico como ferramenta de defesa intelectual. **Conjectura: Filos**, Caxias do Sul, v. 20, n. 1, p. 64-76, jan./abr. 2015.

HYPENESS. #nãoécoincidência: campanha questiona a ausência de professores negros nas universidades brasileiras. **Hypeness Online**, fev. 2016. Disponível em: <<http://www.hypeness.com.br/2016/02/naoecoincidencia-campanha-questiona-a-ausencia-de-professores-negros-nas-universidades-brasileiras/>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidade. Brasil. Minas Gerais. **Juiz de Fora**. Rio de Janeiro, RJ, 2018a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/panorama>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidade. Brasil. Minas Gerais. **Governador Valadares**. Rio de Janeiro, RJ, 2018b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/governador-valadares>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidade. Brasil. Minas Gerais. **Censo Populacional - 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 02 out. 2017.

JÚNIOR, D. J.S. Ku Klux Klan. **Brasil Escola**. Uol, 2017. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/ku-klux-klan.htm>>. Acesso em: 7 nov. 2017.

KUNSCH, M.. M. K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. 4. ed. São Paulo: Summus, 2003.

LAUDARES, H. Por que não negar as ações afirmativas? **Jornal Nexo Online**, 06 set. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/colunistas/2017/Por-que-n%C3%A3o-negar-as-a%C3%A7%C3%B5es-afirmativas>>. Acesso em: 07 set. 2017.

MARCHIORI, M. **Faces da cultura e da comunicação organizacional**. São Caetano do Sul, SP: Editora Difusão, 2006.

MENDES JÚNIOR, H. F.; COSTA, A. J.L. A Comunicação Viral nas redes sociais da internet: Estudo de dois casos de repercussão. **Revista Comunicação, Cultura e Sociedade**, Alto Araguaia, n.3, v. 3, p. 01-16, jan./ago. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unemat.br/index.php/ccs/article/view/63/51>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

MIANI, R. A. Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. **Intexto**, Porto Alegre, v.02, n.25, p. 221-233, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/intexto/article/viewFile/16547/14492>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa no ensino superior: Entre a excelência e a justiça social. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 88, n. 25, p. 757 - 776, out. 2004. Disponível em: <<http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1046.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2017.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Inclusão Social: um debate necessário?** [online], UFMG, Belo Horizonte, MG, 2017. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>>. Acesso em 30 nov. 2017.

ODIA. Legado Brasil. Lei de Cotas faz três anos com mais de 111 mil negros no ensino superior. **Jornal O Dia Online**, 28 ago. 2015. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2015-08-28/lei-de-cotas-faz-tres-anos-com-mais-de-111-mil-negros-no-ensino-superior.html>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

OLIVEN, A.C. Ações Afirmativas nas universidades brasileiras: uma questão política, um desafio pedagógico. In: FRANCO, M.E.D.P. e KRAHE E. D.(Orgs.) **Pedagogia Universitária e Áreas de Conhecimento**. Porto Alegre: Série RIES/PRONEX EdUPUCRS, v.1, 2007. p.151-160.

PAIVA, R. **O espírito comum**: comunidade, mídia e globalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PERUZZO, C.M. K. **Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária**. Brasília: Intercom, 2006. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

PERUZZO, C.M. K. Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania. **Comunicação e Informação**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 205-228, jul./dez. 1999. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/ci/article/view/22855/13596>>. Acesso em: 20 out. 2017.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, n.3, p. 887-896, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300010>. Acesso em: 05 set. 2017.

PORTAL AFRICAS, **Campanha ‘Quantos professores negros você tem’ é lançada na UFJF**. Disponível em: <<http://www.portalafricas.com.br/v1/campanha-quantos-professores-negros-voce-tem-e-lancada-pela-ufjf/>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

RABAÇA, C.A.; BARBOSA, G. G. **Dicionário de Comunicação**. São Paulo: Campus, 2002.

REIS, C. S.; SOUSA, C. A. Breve análise sobre a ação afirmativa. **Portal Âmbito Jurídico**, Rio Grande, fev. 2005. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=817>. Acesso em: 07 set.2017

REIS, L. V. R.; et al. O uso das ferramentas *brainstorming* e 5w2h no planejamento de combate a incêndio em indústrias de tabaco. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, XXXVI, 2016, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ENGEPP, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/309618810_o_uso_das_ferramentas_brainstorming_e_5w2h_no_planejamento_de_combate_a_incendio_em_industrias_de_tabaco>. Acesso em: 07 ago. 2018.

RIO DE JANEIRO (estado). **Lei nº 4.296, de 24 de março de 2004**. Institui a reserva de 10% das vagas em instituições de ensino fundamental e médio da rede particular para alunos excedentes da rede pública. Rio de Janeiro, RJ, 2004. Disponível em: < <https://gov->

rj.jusbrasil.com.br/legislacao/136094/lei-4296-04>. Acesso em: 07 jan. 2017.

RIO DE JANEIRO (estado). **Lei Estadual nº 4.151, de 04 de setembro de 2003**. Institui nova disciplina sobre o sistema de cotas para ingresso nas universidades públicas estaduais e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ, 2003. Disponível em: <
<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/69d90307244602bb032567e800668618/e50b5bf653e6040983256d9c00606969?OpenDocument>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, p.237-280, out. 2002. Disponível em: <
http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS63.PDF
 >. Acesso em: 10 mar. 2017.

SANTOS, B. S. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, M. A. **Evasão, um problema comum, origens diversas**: um estudo sobre a evasão entre os diferentes grupos de alunos da UFJF. 2016. 99f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Juiz de Fora, MG. 2016. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/evasao-um-problema-comum-origens-diversas-um-estudo-sobre-a-evacao-entre-os-diferentes-grupos-de-alunos-da-ufjf/>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

SIMÕES, F. R. **Comunicação Institucional**: um Estudo sobre sua Prática em uma Indústria Paranaense. 2010. Disponível em:
 <http://www.abrapcorp.org.br/anais2010/EIC/EIC_Fabiana.pdf>. Acesso em 03 ago. 2018.

TODA MATÉRIA. História. História Geral. **Guerra de Secessão**. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/guerra-de-secessao/>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **História**. Juiz de Fora, MG, 2018a. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/ufjf/sobre/historia/>>. Acesso em 30 ago. 2018.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **A universidade**. Juiz de Fora, MG, 2018b. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/gv/sobre/universidade/>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Notícias. **Eleitos representantes do fórum da diversidade**. Juiz de Fora, 28 ago. 2018c. Disponível

em:<<https://www2.ufjf.br/noticias/2018/08/28/eleitores-representantes-do-forum-da-diversidade>>. Acesso em 10 set. 2019.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Notícias. **UFJF –GV abre edital para construção de prédio da Farmácia e da Nutrição**. Juiz de Fora, 04 jun. 2018d. Disponível em:< <https://www2.ufjf.br/noticias/2018/06/04/ufjf-gv-abre-edital-para-construcao-de-predio-para-cursos-de-farmacia-e-nutricao/>>. Acesso em: 12 jul. 2018

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Ações Afirmativas. **Competências**. Juiz de Fora, MG, 2017a. Disponível em:< <http://www.ufjf.br/diaaf/acoes-afirmativas/descricao/>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Ações Afirmativas. **Ouvidoria**. Juiz de Fora, MG, 2017b. Disponível em:< <http://www.ufjf.br/diaaf/ouvidoria-especializada/competencias/>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Programa de Pós-graduação em Educação. **Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade**. Juiz de Fora, MG, 2017c. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppge/pesquisa/grupos-de-pesquisa/genero-sexualidade-educacao-e-diversidade/>. Acesso em: 06 set. 2017.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Campus GV. **Organograma**. Juiz de Fora, MG, 2017d. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/gv/sobre/organizacao/organograma/>>. Acesso em 06 set. 2017

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Conselho Gestor**. Juiz de Fora, MG, 2017e. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/conselhogestorgv/>>. Acesso em: 06 set. 2017.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Programa de Pós-graduação em Educação. **Grupo Flores Raras – Educação, Comunicação e Feminismos**. Juiz de Fora, MG, 2017f. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppge/pesquisa/grupos-de-pesquisa/grupo-flores-raras-educacao-comunicacao-e-feminismos/>>. Acesso em: 06 set. 2017.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Notícias. **Diretoria de Ações Afirmativas intensifica combate à violência e ao preconceito**. Juiz de Fora, 20 dez. 2017g. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/noticias/2016/12/20/diretoria-de-acoes-afirmativas-intensifica-combate-a-violencia-e-ao-preconceito>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Campus GV. Notícia. **Confira as deliberações da última reunião do Conselho Gestor**. Governador Valadares, 11 ago. 2017h.

Disponível em: <<http://www.ufjf.br/campusgv/2017/08/11/confira-as-deliberacoes-da-ultima-reuniao-do-conselho-gestor-2>>. Acesso em: 06 set. 2017.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Notícias. **Conheça alguns dos projetos de acolhimento e apoio oferecidos aos calouros.** Juiz de Fora, 02 ago. 2017i. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/noticias/2017/08/02/conheca-alguns-dos-projetos-de-acolhimento-e-apoio-oferecidos-aos-calouros>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Notícias. **Calouros e veteranos serão recebidos com programação especial.** Juiz de Fora, 28 jul. 2017j. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/noticias/2017/07/28/calouros-e-veteranos-serao-recebidos-com-programacao-especial/>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Notícias. **Diversidade na UFJF é tema de evento no campus de Governador Valadares.** Juiz de Fora, 22 jun. 2017k. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/noticias/2017/06/22/diversidade-na-ufjf-e-tema-de-evento-no-campus-de-governador-valadares/>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Notícias. **Diaaf e Flores Raras realizam mesa redonda** “Desafios de acesso e permanência das lésbicas na Universidade”. Juiz de Fora, 21 jun. 2017l. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/noticias/2017/06/21/diaaf-e-flores-raras-realizam-mesa-redonda-desafios-de-acesso-e-permanencia-das-lesbicas-na-universidade>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Campus GV. Notícia. **Cine Acadêmico discute dia a dia de menores infratores.** Governador Valadares, MG, 1 jun. 2017m. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/campusgv/2017/06/01/cine-academico-discute-dia-a-dia-de-menores-infratores>>. Acesso em: 20 set. 2017.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Notícias. **Emoção e esperança na abertura da exposição “Afrobrasilidades”.** Juiz de Fora, 17 nov. 2016a. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/noticias/2016/02/04/campanha-da-ufjf-viraliza-nas-redes-sociais/>> Acesso em 24 ago. 2017.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Notícias. **Série de eventos celebra Semana da Consciência Negra.** Juiz de Fora, MG, 16 nov. 2016b. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/noticias/2016/11/16/serie-de-eventos-celebra-semana-da-consciencia-negra>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Notícias. **Peterson Andrade e Fábio Pieri são eleitos para a direção do campus da UFJF-GV.** Juiz de Fora, MG, 1º set. 2016c. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/noticias/2016/09/01/peterson-andrade-e-fabio>>

perier-sao-eleitos-para-a-direcao-do-campus-da-ufjf-gv/>. Acesso em: 14 ago. 2017.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Comissão de Obras. **Relatório das ações da Comissão de Obras**. Governador Valadares, MG, 06 maio 2016d. Governador Valadares, MG, 2016. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/conselhogestorgv/files/2017/04/Relat%C3%B3rio-comiss%C3%A3o-de-Obras.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Campus GV. **Notícias**. “Vamos Ler” e “CineClube – Educação Mulher” discutem igualdade e gênero. Governador Valadares, MG, 4 mar. 2016e. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/campusgv/2016/03/04/vamos-ler-e-cineclub-e-educacao-mulher-discutem-igualdade-de-genero/>>. Acesso em: 20 set. 2017.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Notícias. **Campanha da UFJF viraliza nas redes sociais**. Juiz de Fora, 04 fev. 2016f. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/noticias/2016/02/04/campanha-da-ufjf-viraliza-nas-redes-sociais/>> Acesso em 24 ago. 2017.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Campus de Governador Valadares tem novo diretor**. Juiz de Fora, 24 mai. 2015a. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/secom/2015/05/25/campus-de-governador-valadares-tem-novo-diretor/>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Comunicação. **Sisu 2015**: 49,6% dos aprovados são de Juiz de Fora; 50,4% vêm de outros municípios. Juiz de Fora, MG, 03 fev. 2015b. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/secom/2015/02/03/496-dos-aprovados-de-juiz-de-fora-504-vem-de-outros-municipios>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Portaria nº 1172, de 15 de setembro de 2014**. Estabelece as atribuições da Diretoria de Ações Afirmativas. Juiz de Fora, MG, 2014. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/progepe/files/2014/10/Portaria-1172-Deleg-compet-DIAF.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2014.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Conselho Superior. **Resolução nº 17, de 11 de novembro de 2013**. Aprova a ampliação da oferta de vagas para o curso de Bacharelado em Educação Física, vinculada ao *Campus* avançado da UFJF em Governador Valadares-MG. Juiz de fora, 11 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/consu/files/2015/11/Resolucao-17.2013.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Processo: 23071.000766/2012-06. **Implantação do campus avançado da UFJF em Governador Valadares**. Juiz de Fora, MG, 2012a.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Conselho Superior. **Resolução nº 01, de 16 de fevereiro de 2012**. Aprova a criação de um *Campus Avançado* da UFJF, na cidade de Governador Valadares-MG. Juiz de fora, 16 fev. 2012b. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/consu/files/2015/11/Resolucao-01.2012.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Conselho Superior. **Resolução nº 16, de 04 de novembro de 2004**. Aprova relatório da Comissão sobre a adoção do sistema de cotas na UFJF. Juiz de Fora, MG, 2004. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/portal/files/2009/06/resolucao161.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

VASCONCELOS, I. B. **A comunicação interna na consolidação do Campus Avançado da Universidade Federal de Juiz de Fora em Governador Valadares (MG)**. 2018. 280f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Juiz de Fora, MG, 2018.

YOUNG, I.M. *Activists Challenge to Deliberative Democracy*. Political Theory, 2001.

APÊNDICE A – Instrumento de Pesquisa de Campo: Roteiro de entrevistas com o setor de Comunicação, Cultura e Eventos para levantamento de evidências para a pesquisa “A COMUNICAÇÃO COMO INCENTIVADORA DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO CAMPUS AVANÇADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA EM GOVERNADOR VALADARES”.

Prezado, essa entrevista compõe a pesquisa **“A COMUNICAÇÃO COMO INCENTIVADORA DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO CAMPUS AVANÇADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA EM GOVERNADOR VALADARES”**. O estudo é elaborado como mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela UFJF. As informações coletadas serão utilizadas apenas para fins de pesquisa.

1. O que você entende por ações afirmativas?
2. As ações afirmativas devem ser dirigidas a que público especificamente?
3. Qual a importância delas na constituição da representação de grupos dentro da universidade?
4. Como tem percebido as ações afirmativas na UFJF? E qual a importância do setor de comunicação e as campanhas no processo?
5. Em relação ao campus avançado de Governador Valadares os materiais de divulgação das campanhas do campus sede chegam de qual maneira no setor? Vocês já foram consultados para elaboração delas?
6. De que forma podemos pensar em relação a Governador Valadares a representatividade ? Pensa serem os mesmos grupos de Juiz de Fora? Por quê?
7. Que dificuldades tem encontrado para o desenvolvimento dessas discussões e uso dos materiais, publicitários e informativos, em GV?
8. Gostaria de falar algo sobre essa temática e não abordada nas questões anteriores?

APÊNDICE B – Instrumento de Pesquisa de Campo: Roteiro de entrevistas com o setor de Comunicação, Cultura e Eventos para desenvolvimento de pesquisa “A COMUNICAÇÃO COMO INCENTIVADORA DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO CAMPUS AVANÇADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA EM GOVERNADOR VALADARES”.

Prezado, essa entrevista compõe a pesquisa “**A COMUNICAÇÃO COMO INCENTIVADORA DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO CAMPUS AVANÇADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA EM GOVERNADOR VALADARES**”. A pesquisa é base do desenvolvimento da dissertação no mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela UFJF. As informações coletadas serão utilizadas apenas para fins de pesquisa.

1. Há quanto tempo você atua na UFJF-GV?
2. Como você tem percebido o cenário de realização de políticas voltadas para as ações afirmativas na Universidade? E no Campus de Governador Valadares?
3. Você sente que as ações da UFJF- GV (tanto atividades realizadas quanto postagens online) abrangem os interesses e a realidade de todos os integrantes (estudantes, professores e TAEs) da Instituição?
4. Como a equipe da Imagem Institucional de Juiz de Fora pode auxiliar no incentivo às ações afirmativas no campus avançado, a partir da atuação do setor de comunicação em GV?
5. Se analisarmos os diferentes grupos que compõem as ações afirmativas em GV, como podemos pensar estratégias de mobilização desses sujeitos para integrar as campanhas?
6. De que maneira a comunicação pode ser compreendida para os processos de publicidade das campanhas e a integração dos estudantes, servidores e professores da UFJF-GV?
7. Quais são os principais entraves para que a UFJF-GV seja considerada uma universidade igualitária, abrangente no sentido das ações afirmativas?
8. É papel do setor de GV produzir individualmente as campanhas ou a ação deve ser pensada em conjunto com JF?
9. De que maneira os diferentes grupos presentes em ambos os campi devem ser observados e pensados dentro de sua singularidade, mas como parte integrante da UFJF como um todo? Como adotar uma linguagem única que atinja os diferentes grupos?
10. Quais são as principais dificuldades encontradas para o estabelecimento de ações afirmativas se levarmos em consideração o contexto de Governador Valadares e as especificidades do campus avançado?
11. Uma das últimas campanhas publicitárias da UFJF envolveu a polêmica com a *drag queen* Femmenino. De que maneira isso se torna importante para pensarmos a estruturação de ações afirmativas dentro da UFJF, no campus sede e em GV?
12. Como você se posiciona a respeito da polêmica envolvendo o vídeo do Na Hora do Lanche e o personagem Femmenino? Como a polêmica pode ser analisada frente à necessidade de um posicionamento da UFJF (tanto em GV quanto em JF) sobre as discussões de ações afirmativas?
13. Como a comunicação e as ações afirmativas podem ajudar a combater o preconceito?

14. Há alguma questão que gostaria de falar e não foi abordada?

APÊNDICE C – Instrumento de Pesquisa de Campo: Roteiro de entrevistas com integrantes do campus avançado para desenvolvimento de pesquisa “A COMUNICAÇÃO COMO INCENTIVADORA DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO CAMPUS AVANÇADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA EM GOVERNADOR VALADARES”.

Prezado, essa entrevista compõe a pesquisa **“A COMUNICAÇÃO COMO INCENTIVADORA DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO CAMPUS AVANÇADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA EM GOVERNADOR VALADARES”**. O estudo é elaborado como mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela UFJF. As informações coletadas serão utilizadas apenas para fins de pesquisa.

1. As ações afirmativas vêm ganhando cada vez mais espaço dentro das discussões da UFJF. Nesse contexto o que você entende por esse princípio?
2. Como você acha que poderiam ser pensadas as ações institucionais de modo a acolher os estudantes da Universidade?
3. Como uma ação institucional (um *post*, um evento, por exemplo) pode garantir representatividade dentro da Instituição e despertar o debate sobre o tema? O que precisa ser feito em GV?
4. A UFJF está presente em duas cidades: Juiz de Fora e Governador Valadares. Você acha que em GV há o mesmo espaço para ações afirmativas que no campus sede?
5. Você se sente representado na UFJF-GV? E nas campanhas de ações afirmativas do campus sede?
6. Quais são os principais entraves para que a UFJF-GV seja considerada uma universidade igualitária e abrangente no sentido das ações afirmativas?
7. Você acompanha as publicações das redes sociais da UFJF em ambos os campi? Você acha que as publicações nas redes sociais do campus sede abrangem todas as minorias integrantes da Universidade? E as do campus avançado?
8. Há ‘espaço para todo mundo’ nas postagens da UFJF? Em sua percepção quais elementos faltam para estruturar ações afirmativas mais efetivas em GV?
9. Você sente falta de campanhas que destaquem a importância da convivência, da igualdade, do respeito e do combate à discriminação no campus avançado, tal qual acontece no campus sede? A que atribui essa ausência?
10. Você considera Governador Valadares uma cidade inclusiva? Há espaço na cidade para que as pessoas possam expressar sua personalidade e sua realidade com igualdade?
11. Na sua opinião, GV é uma cidade em que a discussão de ações afirmativas deva ser mais intensa, necessária? Se sim, qual seria o motivo? Como as ações afirmativas e a comunicação da UFJF podem ajudar no processo?
12. Uma das campanhas publicitárias da UFJF envolveu a polêmica com a *drag queen* Femmenino. De que maneira isso se torna importante para pensarmos a estruturação de ações afirmativas dentro da UFJF, no campus sede e em GV?
13. Como você se posiciona a respeito da polêmica envolvendo o vídeo do Na Hora do Lanche e o personagem Femmenino?
14. Você já sofreu preconceito na UFJF-GV?
15. Como a comunicação e as ações afirmativas podem ajudar a combater o preconceito?

16. Há alguma questão que gostaria de falar e não foi abordada?

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a ser entregue durante as entrevistas do capítulo 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Gabriella Ramos de Moura

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa com o título provisório **“A comunicação como incentivadora da política de ações afirmativas no campus avançado da Universidade Federal de Juiz de Fora em Governador Valadares”**.

Neste estudo, pretende-se compreender a atual situação de apoio institucional da UFJF às ações de grupos específicos e levantar quais projetos poderiam ser implementados a fim de que as atividades sejam melhor divulgadas no campus avançado e para que haja maior representatividade na Instituição a partir do trabalho de Comunicação. .

A metodologia consiste na realização de uma entrevista que, se autorizada, será gravada e transcrita posteriormente. Os sujeitos da pesquisa serão integrantes da comunidade acadêmica da UFJF-GV. Para participar, você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se.

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Você não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador.

Eu, _____, ocupante da função de _____ fui informado (a) dos objetivos da referida pesquisa. Sei que, a qualquer momento, poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Dessa forma, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as dúvidas.

_____, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador

ANEXO B – Nota de Esclarecimento do Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora sobre o programa “Na hora do Lanche”

Data: 17 de outubro de 2017

O Colégio de Aplicação João XXIII, pelo respeito que tem por seus alunos, pais e familiares, bem como para informar corretamente a população de Juiz de Fora, vem a público para esclarecer o que se segue a respeito de atividade programada pela Diretoria de Imagem Institucional da UFJF, postada em vídeo no site da UFJF no dia 12/10/2017:

1 – A produção do vídeo faz parte do Programa Institucional “Na Hora do Lanche”, que é veiculado mensalmente pelo canal do youtube TVUFJF. O contexto do vídeo é a temática do dia das crianças. Femmenino, personagem interpretada por Nino de Barros, estudante da UFJF e bolsista participante da equipe de produção do referido programa, comparece ao Colégio para conversar com os estudantes sobre o que gostariam de receber como presente pelo dia das crianças. Foi uma conversa descontraída e divertida.

2 – A partir das respostas dadas pelas crianças, surge o questionamento sobre a distinção estabelecida entre o que é presente de menino e o que é presente de menina, o que claramente trata-se de um condicionamento cultural, uma vez que os brinquedos simulam os papéis sociais masculino e feminino. Não se coloca aqui a questão das diferenças biológicas existentes entre meninos e meninas, mas os papéis que nossa cultura atribui a uns e outros.

3 – Educar para a diversidade significa o estímulo ao reconhecimento de que somos diferentes, e de que respeitar as diferenças, sejam elas quais forem, além de não significar adesão a essas diferenças, é a alternativa para construirmos uma sociedade mais fraterna e tolerante.

4 – O trabalho pedagógico, que não pode prescindir do diálogo, se desenvolve em instituições escolares e, como indicado no art. 1º da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, § 2º, estabelece que “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.” Ora, a prática social engloba todas formas de estar no mundo e relacionar-se com o outro. Portanto, uma educação que pretenda cumprir efetivamente seu papel não pode desvincular-se desse compromisso de considerar todas as manifestações da realidade social.

5 – O Colégio de Aplicação João XXIII orgulha-se de valorizar a diversidade e uma demonstração inequívoca desse orgulho pode ser vista na forma de ingresso de seus estudantes: o sorteio público. Essa forma contempla o acesso de estudantes oriundos de diferentes níveis sócio-econômico-culturais, de diferentes etnias, de religiões várias etc. A sociedade juizforana reconhece a qualidade do trabalho do Colégio e ocorre em grande número em atendimento aos editais que informam a abertura de inscrições para o sorteio público, que indicará os discentes que iniciarão sua jornada estudantil no Colégio.

6 – Não faz sentido diversificar na entrada para padronizar depois. Portanto, pedagogicamente, o tema da diversidade faz parte do projeto educativo defendido e praticado pelo Colégio. A temática veiculada não apresenta conflitos com os princípios orientadores daquilo em que o Colégio acredita e trabalha, de forma respeitosa e adequada à faixa etária dos estudantes, como parte de seu Projeto Político Pedagógico.

7 – Desconsiderar aspectos da realidade e considerar determinados assuntos interditados ao trabalho pedagógico, aí sim é permitir a formação de conceitos e práticas baseados na intolerância, nos costumes que têm cristalizado situações de injustiça e desrespeito e na falta de comprometimento com o desenvolvimento da sociedade como um todo. Destacamos que em nossa ação pedagógica não há qualquer elemento de doutrinação, mas de construção de uma autonomia, de um respeito às capacidades de entendimento dos estudantes, que, ainda que com pouca idade, vivem e formam seu pensamento a partir de tudo que os rodeia.

Esperamos que estes esclarecimentos possam realçar o compromisso que o Colégio de Aplicação João XXIII tem assumido com uma educação de qualidade, que, para além da veiculação de um conteúdo relevante, estimule a formação de cidadãos comprometidos com o respeito, com a justiça, com o desenvolvimento social e com a transparência das finalidades orientadoras das ações que desenvolve.

Colégio de Aplicação João XXIII/UFJF

Disponível em: <http://www.ufjf.br/joaouxiii/2017/10/17/nota-de-esclarecimento/> Consultado em 20/06/2018, às 08:49.